

MARIA DA SALETE SACHWEH

AS INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS NA REGIÃO DO CONTESTADO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PUC - PR

CURITIBA

MARIA DA SALETE SACHWEH

AS INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS NA REGIÃO DO CONTESTADO

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Peri Mesquida.

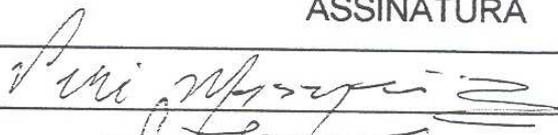
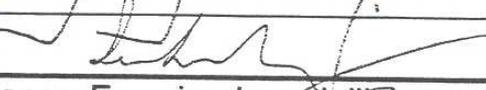
CURITIBA

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO, DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ.

Exame de Dissertação n.º 219

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação "AS INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS NA REGIÃO DO CONTESTADO", apresentada por **Maria da Salete Sachweh**, ano de ingresso 1998, para obtenção do título de Mestre. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores:

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
Prof. Dr. Peri Mesquida	
Prof. Dr. José Fagundes	
Prof. Dr. Sérgio Rogério de Azevedo Junqueira	

De acordo com as normas regimentais a Banca Examinadora deliberou sobre os conceitos a serem atribuídos e que foram os seguintes:

Prof. Dr. Peri Mesquida	Conceito <u>H</u>
Prof. Dr. José Fagundes	Conceito <u>A</u>
Prof. Dr. Sérgio Rogério de Azevedo Junqueira	Conceito <u>A</u>
Conceito Final <u>A</u>	

Observações da Banca Examinadora:

A Banca indica a dissertação para publicação


Prof.ª Dr.ª Maria Amélia Sabbag Zainko
Diretora da Área de Educação
Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação

Certo dia Narusdin encontrou um falcão sentado no parapeito da janela. Ele nunca havia visto um pássaro desta espécie em sua vida.

“Pobre criatura!”, exclamou compadecido. “Como puderam te deixar chegar a este estado!” Cortou as garras do falcão, aparou o bico, e podou as suas penas.

“Agora”, exclamou Narusdin satisfeito, “agora você está com mais cara de pássaro”.

IDRIES SHAH

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que nos momentos de ausência e de angústia sempre tiveram palavras de amor e carinho para aliviar meu cansaço. Obrigada por tudo, Herbert, Marielle, Emmanuelle e Nina.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus familiares.

Ao professores Peri Mesquida pelas orientações, discussões e paciência nas diferentes etapas desse processo.

Aos professores do curso de Mestrado em Educação da PUC-PR.

Aos amigos da UnC em especial: Argos, Rosi, Roque, Jeanie, Marisa, Joice, Fernando, Gildo, Maria Luiza, Gilmar, e Irineu.

A todos que direta ou indiretamente participaram com uma palavra ou um gesto de amizade.

A idéia desta pesquisa nasceu da leitura de um jornal que destacava uma crise de identidade e apelava para uma redefinição da vocação econômica da região do Contestado, especialmente do Vale do Canoinhas. Assim, tomamos por objetivo o estudo das intervenções educacionais e político-culturais ocorridas durante a Guerra do Contestado para investigar até que ponto os atores sócio-políticos estiveram envolvidos no Movimento e de que forma utilizaram a educação para auxiliá-los a manter o *status quo* ou para modificar a realidade. Analisamos três elementos importantes: o contexto regional, as práticas religiosas e o modo de produção. Verificamos que esses elementos constituem a essência do Movimento que resultou em uma deflagração armada de significativa importância para a história. Como metodologia, optamos por uma pesquisa bibliográfica acrescida de entrevistas, objetivando uma revisão histórica do tema. Em seguida, tratamos do assunto em uma abordagem histórico-crítica, tentando visualizar o desempenho dos principais envolvidos neste Movimento, como se fossem eles os idealizadores do futuro cidadão da região. Ao concluir a pesquisa, constatamos que tanto a elite agrária quanto os “contestadores” fizeram uso da educação para “formar mentes”, ou para excluir o caboclo de seu próprio mundo. A rebeldia do sertanejo se entende como rejeição à realidade opressora. Tanto sua religiosidade como a educação informal contribuíram para construir uma consciência de rebeldia às imposições da dominação.

ABSTRACT

The idea of this research was born of the reading of a newspaper that highlighted an identity crisis and it appealed for a redefinition of the economic vocation of the Contestado region, especially that one of Canoinhas Valley. Thus, we took for objective the study of the educational and political-cultural interventions happened during the Contestado War in order to investigate to what extent the socio-political actors were involved in the Movement and which way they used the education for helping them to maintain the *status quo* or to change the reality. We analyzed three important elements: the regional context, the religious practices and the production mode. We verified that those elements constitute the essence of the Movement that resulted in an armed deflagration of significant importance to history. As methodology, we opted for a research bibliographical added by interviews, objectifying a historical revision of the theme. Then, we dealt with the matter in a historical-critic approach, trying to visualize the acting of the main involved ones in this Movement, as if they were the idealizers of the future citizens of the region. When concluding the research, we verified that not only the agrarian elite but also the "contestants" made use of the education "for shaping minds", or to exclude the "caboclo" (=countryman) from his own world. The rebelliousness of the countryman means rejection to the oppressed reality. Not only his religiosity but also his informal education contributed to build a rebelliousness conscience to the impositions of the dominance.

INTRODUÇÃO	1
1.0 A GÊNESE	7
1.1 UMA QUESTÃO DE LIMITES CAUSA DISCÓRDIA.....	7
1.2 OUTRA QUESTÃO DE LIMITES: MAIS DISCÓRDIA.....	9
1.3 O MONSTRO DE FERRO: UMA NOVA CAUSA	13
1.4 AS CRIAS DO MONSTRO DEVORAM TUDO: UMA TERCEIRA CAUSA....	21
1.5 O HOMEM, SUAS CRENÇAS, SUA FÉ - O MESSIANISMO: QUARTA CAUSA.....	24
1.6 DESFECHO DA GUERRA.....	32
2.0 PRODUZINDO CABEÇAS	43
2.1 OCUPANDO OS ESPAÇOS “QUASE VAZIOS”	
2.2 TARTARUGAS ... LENTOS, MAS NEM TANTO.....	55
3.0 ALIMENTANDO O MONSTRO COM FORÇAS CELESTIAIS: UMA “APRENDÊNCIA” DIVINA?	68
3.1 AS IRMANDADES E AS CONFRARIAS: APARELHOS LEIGOS DE EDUCAÇÃO INFORMAL NA FORMALIDADE DA IGREJA.....	76
3.2 PEDAGOGOS DA FÉ, PREGADORES DA EDUCAÇÃO	82
3.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR: INCULCANDO A CONCEPÇÃO DE MUNDO AOS DOMINADOS	107
3.4 O ESTADO: UMA NOVA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO <i>STATUS QUO</i>	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125

INTRODUÇÃO

“Um homem não é nada se ele não é contestador. Mas ele deve também ser fiel a alguma coisa. Um intelectual, para mim, é isso: alguém que é fiel a um conjunto político e social mas que não deixa de contestá-lo”.

JEAN-PAUL SARTRE

A idéia desse trabalho nasceu quando em 1997, nos deparamos com a seguinte manchete de um caderno especial do DIÁRIO CATARINENSE:

Economia em crise no Vale do Canoinhas.

Microrregião apresenta altos índices de pobreza e uma massa de trabalhadores sem qualificação.

Canoinhas – Uma crise de identidade e a redefinição de sua vocação econômica são os fantasmas que atormentam o Vale do Canoinhas. A microrregião engloba seis municípios que têm como características a economia sustentada no extrativismo e na agricultura temporária, o estreito vínculo com o Paraná, a multiplicidade étnica e a Guerra do Contestado (1 ago., 1997).

Diante de tal matéria, iniciamos nossa pesquisa com intenções de estabelecer um elo de ligação entre aquilo que teorizávamos como professora de História do Contestado (Universidade do Contestado – Unidade Universitária de Canoinhas - SC), e aquilo que ensinamos como um movimento de classes sociais.

De início como em um filme, as cenas históricas corriam nossa mente em forma de turbilhão, mas não conseguíamos ver onde estava o elo de ligação entre a manchete do jornal e a nossa prática como educadora.

A cisão entre um e outro, ocorreu somente quando em Demerval SAVIANI, nos deparamos com uma frase de GRAMSCI, “a educação não deve ser

nascimento de uma nova cultura entre as grandes massas populares, isto é, desaparecerá a separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore” (1989, p.15).

A partir de então começamos a nos questionar sobre a história, a cultura e a educação. Mais uma vez recorremos a GRAMSCI e tentamos entender o que ele queria dizer com “O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que transforma. Pode ocorrer, inclusive, que sua consciência teórica esteja historicamente em construção com o seu agir” (1995, p. 20).

A tentativa de entender rapidamente o processo que se desenrolava não somente conosco, mas com a história, levou-nos a nos socorrer novamente em Antonio GRAMSCI, quando este, nos Quaderni del carcere, afirma:

Quando um período histórico vem a ser estudado, a grande importância desta distinção torna-se clara. Sobrevém uma crise que pode durar décadas. Esta excepcional duração significa que contradições estruturais insanáveis se pronunciaram [...] e que, a despeito disso, as forças políticas em luta para conservar e defender a estrutura existente [...] estão fazendo todo esforço para saná-la dentro de certos limites [...] Esses esforços incessantes formam o terreno do ‘conjuntural’ [...] Um erro comum em análise histórico-política consiste na incapacidade em determinar a relação correta entre o que é orgânico e o que é conjuntural. Isto leva a apresentar como imediatamente operativas causas que, de fato, só indiretamente atuam, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas verdadeiras. (1975, p. 1579-80)

Através destas palavras é que outros questionamentos vieram se somar aos primeiros. Que fatores levaram a microrregião do Contestado, epicentro de uma guerra camponesa, cabocla, mística e bem brasileira à estagnação que se encontra neste final de século XX? O capitalismo agrário, no período estudado

exerceu qual tipo de influência pedagógica na Região do Contestado?

Na presente dissertação, compreendemos a educação como um processo amplo de formação que não se limita à prática trabalhada somente nas instituições escolares, mas como uma forma de cultura, vista como um “conjunto de valores materiais e espirituais. É também um fenômeno social que demonstra o nível alcançado por uma sociedade, o progresso, a técnica, a educação, a ciência”. (MIGUEL, 1998) Educação tem, ainda, outro significado implícito na palavra cultura. É o de que ela representa as “formas de vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados, ou seja produzidos” (MIGUEL, 1998).

A partir dessa concepção é que nos propomos a estudar o Movimento do Contestado (1912-1916), como um movimento construído por segmentos originados de vários estratos sociais que traziam em sua bagagem elementos de cultura, como a religião e a **educação**.

A pesquisa aponta para o fato de a concepção de educação encontrada no Movimento do Contestado, difusa entre os grupos em conflito, aproximava-se daquela emitida por Émile DURKHEIM: a “ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social, tendo por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, dela exigidos pela sociedade política no seu conjunto e no meio especial a que se destina particularmente” (1975, p.72). Desse modo, entendemos que o processo educacional, especialmente na região Sul, e mais especificamente no Norte catarinense e Sul do Paraná, se deu quando foi

normas e valores sociais, religiosos e culturais de uma referida sociedade (a capitalista que ora se formava). No contexto da nossa pesquisa, educação, portanto, pode ser entendida como um processo socializador cujo foco central é constituído não somente pelas relações entre gerações, mas, também, como uma forma da sociedade política (Estado) inculcar, através de aparelhos privados da sociedade civil, determinada concepção de mundo favorável ao modo de produção vigente, ou de um novo modo de produção a ser implantado, como muito bem perceberam Pierre BORDIEU e Jean Claude PASSERON. (1992).

Pierre FURTER, no seu livro *Les espaces de la formation*, afirma que enquanto a “pedagogia escolar atua de cima para baixo, a educação informal procura seguir outro caminho: começa por identificar a população-alvo, para, então, perguntar por que, em função de que e em nome de quem ela deverá se realizar, funcionando de forma democrática” (1983, p. 38-39). Os beatos, na sua peregrinação, sempre colocavam estas questões quando se tratava de ensinar a população constituída dos seus seguidores. Daí, como veremos, a ação pedagógica levada a efeito por esses líderes **carismáticos**, era sempre desenvolvida em nome de Deus. Para eles, e isso os distanciava da salvação prometida pela Igreja oficial, o céu começava aqui e agora, e não era somente oferecido por Deus em Jesus Cristo, mas seria fruto de uma conquista conseguida através da luta contra as forças que os oprimiam. A sua prática pedagógica difundia, portanto, uma visão utópica (no sentido de Mannheim), de atualização de um futuro melhor possível.

Diante disso estabelecemos como problema a seguinte pergunta de

educacionais para manter o *status quo* vigente ou modificar a realidade?

Dessa maneira, estudaremos as intervenções educacionais e político-culturais ocorridas durante a Guerra do Contestado tendo como objetivo principal investigar até que ponto os atores sócio-políticos estiveram envolvidos neste Movimento e de que forma utilizaram a educação para auxiliá-los a manter o *status quo* vigente ou quanto esta foi utilizada para modificar a realidade. Este objetivo nos ofereceu a oportunidade de fazermos uma análise mais profunda de três pontos que até o momento não têm merecido a importância sócio-política que, na realidade possuem: o contexto regional, a presença do elemento religioso na educação e desta nas práticas religiosas, bem como o modo de produção instalado na região. Estes três elementos representam, para nós, a essência do Movimento que resultou em uma conflagração armada de significativa importância para a história regional (QUEIROZ, 1974; QUEIROZ, 1981; THOMÉ, 1992, LUZ, 1999).

Como metodologia, optamos por uma pesquisa bibliográfica objetivando uma revisão histórica do tema. Utilizamos-nos da análise documental bem como fizemos entrevistas com remanescentes do Movimento, para, em seguida, tratarmos do assunto com uma abordagem histórico-crítica, tentando visualizar o desempenho dos principais envolvidos neste Movimento, como se fossem eles os organizadores e os idealizadores do futuro cidadão do planalto norte-catarinense.

Trataremos, também, do envolvimento do Estado, enquanto “Estado ampliado”: sociedade política, mais sociedade civil (ligada aos aparelhos privados de hegemonia) (GRAMSCI, 1984). Hegemonia esta que, em Gramsci, é vista

hegemônica, ou seja, é ela que conduz e traduz os interesses da sociedade conforme seus próprios interesses.

Buscamos, portanto, no decorrer desse trabalho, entender o Estado como o conjunto resultante da união entre a sociedade política e a sociedade civil, planejando e idealizando os projetos e os planos políticos educacionais tanto nas questões administrativas como no sistema educacional, quer seja no setor privado ou público, em tempos de guerra ou de paz.

No primeiro momento, procuraremos interpretar o Movimento do Contestado no seu processo histórico, suas causas e conseqüências, tanto em nível regional quanto nacional, e suas implicações na sociedade que busca a escola como fonte de saber científico para, em seguida, analisarmos as intervenções educacionais ocorridas durante e após a Guerra do Contestado.

1.0 A GÊNESE

1.1 UMA QUESTÃO DE LIMITES CAUSA DISCÓRDIA

O Movimento do Contestado tem suas causas primárias num passado que antecede a própria história do 'descobrimento', ou posse das terras brasileiras pela Coroa portuguesa.

Ele tem início quando a ambição e o desejo de poder, partilhados tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis, fazem com que estes se lancem ao mar em busca de riquezas e lucro.

Corria o ano de 1494, quando na localidade espanhola de Tordesilhas, é firmado o acordo da "Capitulação da Partição do Mar Oceano" (Tratado de Tordesilhas), que foi a divisão das terras descobertas ou por se descobrir entre os países da Península Ibérica. Este fixava que "caberiam a Portugal todas as terras localizadas até a distância de 370 léguas a oeste das ilhas que compunham o arquipélago de Cabo Verde" (THOMÉ, 1987, p. 13).

Mesmo tendo ocorrido a "descoberta" do Brasil, em 1500, pela Coroa portuguesa, somente em 1530, o governo lusitano efetuou a primeira divisão territorial com fins administrativos - as Capitânicas Hereditárias. Neste período as cartas geográficas não eram muito claras ao delimitar as terras sul-americanas pertencentes a Portugal, conforme o Tratado de Tordesilhas - 1494. Admitia-se, então que a linha divisória deveria compreender todas as terras localizadas ao

Catarina, ao sul.

“Santa Catarina foi a primeira região brasileira explorada pelos espanhóis, que se mantinham fiéis ao que ficara combinado em Tordesilhas. Eles se consideravam possuidores de uma faixa litorânea que se estendia até Cananéia e Iguape” (PIAZZA, 1987, p. 13).

Quando da criação e da demarcação das Capitanias Hereditárias, os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná estavam em quase sua totalidade sob o domínio espanhol, fato este que ocorreu até o ano de 1580, quando Portugal passou a ser governado pelo rei de Espanha - Felipe II, resultando no que ficou conhecido historicamente por União Ibérica 1580-1640.

Durante o período em que o Brasil esteve sob o domínio espanhol as linhas de posse foram abolidas e os portugueses, organizados em grupos - Bandeiras - penetraram sem oposição as regiões, cujos donos ainda eram os espanhóis, em busca de índios para o trabalho escravo nas fazendas luso-brasileiras.

Mesmo tendo os espanhóis colonizado grande parte de Santa Catarina, não encontraram aqui “povos indígenas com cultura complexa, contra a qual fosse necessário travar uma luta no campo próprio da ideologia” (CUNHA 1989, p. 9) Foram assim, fundando numerosos “estabelecimentos destinados a agrupar indígenas já catequizados, integrando-os nos hábitos e costumes europeus” (CONTESTADO, 1987, p. 14). Trabalho este que já vinha sendo desenvolvido pelos padres jesuítas entre os índios, portanto, a integração aos costumes europeus já se fazia presente nas regiões dos vales do Rio Paraná, Iguazu, Irani,, Ivaí, Parapanema entre outras, como as 13 reduções que constituíam a Província

costumes e a cultura dos europeus.

Foi neste espaço físico e geográfico que tiveram início os ataques e as destruições por parte dos bandeirantes paulistas, preadores de índios, que agora buscavam não só o homem totalmente rústico e despossuído de cultura européia, mas também aquele que já tinha noções da cultura dos invasores.

Em 1629, os estabelecimentos dos jesuítas, com exceção de Loreto e Santo Inácio, que eram situados fora da vasta região mais povoada, foram completa e impiedosamente atacados e devastados pelos paulistas e, em 1632, Vila Rica, único reduto espanhol capaz de oferecer resistência, estava sitiada por Antônio Raposo Tavares, que punha na mais séria situação 4.500 sitiados, brancos e índios (CONTESTADO, 1987, p. 14)

1.2 OUTRA QUESTÃO DE LIMITES: MAIS DISCÓRDIA

Com a abolição da linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas - 1580 - 1640, os portugueses não abriram mão das terras por eles invadidas ou dominadas, situadas nos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina.

A Comarca de Paranaguá (17/06/1723), limitava-se com Santa Catarina pelos rios Negro e Iguazu (MARTINS, 1995, p. 208), passando a ter como sede a vila de Curitiba, (residências dos ouvidores), denominada de Comarca de Paranaguá e Curitiba, a partir de 1812, sendo mais tarde elevada à categoria de Província integrada à Capitania de São Paulo.

Por outro lado, Santa Catarina fora desmembrada da Capitania de São

Santa Catarina e São Paulo sob a chefia de comissários portugueses que tinham como tarefa fixar os limites entre aqueles dois países (CONTESTADO, 1987)

Vários foram os Tratados posteriores ao de Madri assinados com a intenção de reduzir os problemas de fronteiras, porém nenhum deles conseguiu realmente acabar com os confrontos entre as duas nações ibéricas.

Na Europa, Portugal e Espanha não se entendiam quanto à questão de fronteiras nem quanto às questões do poder regencial, enquanto isto ocorria lá, no além-mar, aqui, no Brasil, as desavenças entre espanhóis, lusitanos, luso-brasileiros e hispânicos não se diferenciavam em muito do que ocorria no velho Continente. Transcendia, pois os portugueses, ora ansiavam por nativos para o trabalho escravo em suas fazendas, ora destruíam aldeias indígenas, ora sequer permitiam sua vida nas florestas e ora queriam-nos nos moldes europeus.

Assim, como em quase todo Brasil é que vamos encontrar entre desavenças e desentendimentos os atuais Estados do Paraná e Santa Catarina habitados naquela época, por diversas tribos indígenas, entre elas: os tupi, abapani, crêns e os gê, sendo as duas primeiras nações menos hostis à presença do homem branco; por sua vez os crêns e os gê em muito diferiam dos outros grupos como observa MARTINS:

O aspecto físico, o idioma e os costumes dos Botocudo, muito os distinguiam dos outros índios. Parece que não estavam ainda localizados na região, quando, em 1541, D. Alvar Núñez Cabeza de Vaca atravessou sem precauções o Alto Iguaçu com sua numerosa expedição ao Paraguai, pois na descrição dessa viagem há referências, alias numerosas, aos Guaranis. Entretanto, ao retornar a expedição ao Iguaçu, na região oeste, teve notícias de índios bravios e desceu o rio em canoas policiadas, de ambas as margens, pela sua gente de armas (1995, p. 44)

Encontramos na mesma obra o seguinte comentário:

Cortes, em viagem para o Rio Grande do Sul. Os índios mataram as pessoas da comitiva e os animais, levando o dinheiro objetos por eles cobiçados, mas Pedro Siqueira, defendendo-se valorosamente, assinalou um índio no rosto com a boca de uma arma de fogo. Esse índio era Vitorino Condá, célebre cacique dos Caingans de Palmas, que confessou o fato (1995, p. 44)

Neste ambiente, bastante hostil e de difícil permanência, em 1766, Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo, mandou estabelecer um núcleo populacional em Lages, hoje planalto catarinense, a fim de fazer o elo de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, atribuindo a Corrêa Pinto a incumbência de “fortificar aquelas paragens contra as invasões que aí podem fazer os índios das Missões Castelhanas, cortando-nos com muita facilidade o passo e as comunicações que possamos ter por terra com os habitantes de Viamão” (QUEIROZ, 1981, p. 25), fato este que deu origem a vários protestos na Capitania de Santa Catarina, que sentia-se ludibriada pela perda de terras consideradas da sua jurisdição. Esta questão só foi resolvida após a vinda de D. João VI para o Brasil, através do Alvará de 9 de setembro de 1820, quando o rei desanexou a vila de Lages da Capitania de São Paulo e incorporou – à Capitania de Santa Catarina.

Uma Província, era o ideal dos habitantes da Comarca de Curitiba, que lutavam junto aos Poderes do Império para sua criação e autonomia, o que de fato ocorreu através da Lei nº 704, de 20 de agosto de 1853, com a elevação da “Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná . [...] A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca” (PIAZZA, 1987, p. 20).

Com a indefinição dos limites para a Província, teremos o início e uma das

...região, mantendo em permanente estado de fronteira com mais outro Estado, com o Rio Grande do Sul. Para tanto tomou posse as Terras dos Ibiturunas ao se desmembrar, em 1853, da então Província de São Paulo, e nesta circunstância parecem repousarem os seus fundamentos (1995, p. 24).

Deste modo surgiu um novo entrevero territorial para somar-se às causas da Guerra do Contestado. Este, de cunho internacional na sua origem que ficou conhecido pelos brasileiros como Questão de Palmas e, entre os argentinos, por Missões.

PIAZZA (1987) aponta que desde 1881 a Argentina reclamava a posse de terras situadas entre os rios Chapecó (SC) e Chopim (PR), onde ficava a região de Palmas, antigo território das Missões Jesuíticas, área que já vinha sendo ocupada por brasileiros.

Durante o Império nada ficou resolvido. Somente em 1889, com a Proclamação da República, foi que o ocupante da pasta dos Negócios Estrangeiros - Quintino Bocaiúva, viajou à Argentina e ao Uruguai numa tentativa de solucionar esta questão.

Porém, uma primeira e desastrosa proposta para o Brasil foi aceita por aquele representante em 1885, não agradando de forma alguma aqueles que há muito estavam no poder (antes no Império, agora República), provocando entre os brasileiros manifestações populares de repúdio contra aquele ministro que, sem encontrar outra saída, entregou a decisão do caso ao julgamento de um árbitro estrangeiro. Tanto argentinos como brasileiros concordaram que o mediador da questão deveria ser o presidente dos Estados Unidos da América do Norte - Grover Cleveland, porém cada um dos países deveria escolher seus defensores nacionais frente a tal autoridade internacional (CONTESTADO, 1987, p. 24).

Aguiar de Aruaque que foi mais tarde substituído pelo também diplomata José da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco.

A defesa do Brasil apresentada pelo Barão do Rio Branco ao árbitro americano ocorreu em 08 de fevereiro de 1894, seu discurso dizia:

... jamais houve por ali missão alguma, porque os índios Kaigangs, inimigos irreconciliáveis dos Guaranis não consentiriam. Os estabelecimentos fundados pelos jesuítas no período colonial tinham uma outra localização. Situavam-se em Loreto e Santo Inácio Mini (1610), à margem esquerda do Paranapanema e, mais tarde, no vale dos rios Tibagi, Corumbataí, Ivaí e Iguaçu, em sua margem direita, junto ao Salto Grande. As missões e cidades de Guairá ficavam compreendidas entre o Iguaçu, ao sul, o Paranapanema, ao norte; o Paraná, a oeste e a serra dos agudos, a leste. Não estavam pois, as missões hispano-jesuíticas localizadas na região de Palmas (O CONTESTADO, 1987, p. 24).

Um ano após esta defesa e entendendo que as missões hispano-jesuíticas não estavam, portanto, localizadas na região de Palmas e que os espanhóis nunca haviam pisado o território contestado, o árbitro norte americano deu seu parecer favorável ao Brasil, em 05 de fevereiro de 1895, que teve desse modo seu território aumentado em mais 30.622 km² (CONTESTADO, 1987, p. 24).

Assim, novas terras foram agregadas à questão do Contestado pelos catarinenses que exigiam do Governo Federal uma definição quanto aos limites entre os dois estados do sul - Paraná e Santa Catarina.

1.3 O MONSTRO DE FERRO: UMA NOVA CAUSA

Por volta de 1700, o ciclo do ouro que se inaugurava nas Minas Gerais trouxe conseqüências ao país inteiro, às quais não ficaram infensos os rincões de que tratamos. As catas clamavam por mantimentos e toda espécie de mercadoria, e, para transportá-los do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Nordeste, havia necessidade de tronas de burro. Mais tronas eram indispensáveis no trabalho das

... para o transporte não bastavam os portos dos navios à vela. O trajeto mais curto e mais cômodo, por terra, teria de passar pelos sertões... (QUEIROZ, 1981, p. 23).

Para um mundo que despontava para a indústria e o capitalismo, a máquina a vapor como um dos meios de transporte, tornava-se o objetivo de muitos governantes e políticos “liberais” brasileiros, na segunda metade do século XIX, mais ainda, pois esta corria sobre trilhos levando toneladas de produtos que iriam em muito alterar a economia e o progresso do país.

No Brasil Imperial, a política ferroviária nunca desenvolveu projetos ou planejamento de uma forma global e prospectiva. Os responsáveis pelas obras de viação jamais obedeciam às idéias dos seus executores. Uma afirmação de CALÓGERAS corroborada por THOMÉ diz:

Para mais clara compreensão do estado a que chegaram e das dificuldades que tiveram muitas de nossas ferrovias, seria necessário remontar às suas origens e examinar esses fatos à luz da história. Enquanto as ferrovias européias se dirigem para as cidades e foram construídas para entrelaçar importantes focos de civilização, já articulados por estradas seculares, os nossos ferrocarris, ao contrário, estiraram seus trilhos para ligar, através de grandes distâncias, os centros produtores aos consumidores de exportação. Em vez de unir centros fabris e agrícolas, de vida já intensa, e muito próximos uns dos outros, como na Europa, entre nós o caminho de ferro foi um criador de cidades (1992, p. 23).

No sul do país os fatos não eram diferentes, interesse por uma estrada que ligasse a feira de Sorocaba (São Paulo) ao centro produtor de gado e muar no Rio Grande (Rio Grande do Sul) era há muito desejada pelos homens de negócio que, até então, utilizavam-se de uma estrada, denominada pelos tropeiros de “Estrada da Mata” a qual nada mais era do que uma simples picada, uma trilha amoldada pelo casco e as passadas dos animais.

No princípio, vindos do Sul, os tropeiros iniciavam suas viagens cujo trajeto percorriam sem pressa os campos de Lages, passavam por Curitiba...

gauo pronto para a doma e venda.

Os negociantes desses animais chamavam-se *alquiladores*: suas tropas compostas de animais xucros, que só seriam amansados em Sorocaba, - onde, aliás, ao lado da feira, se desenvolveu uma notável escola, - compreendiam centenas e até milhares de muars, divididos em lotes. Cada tropa com uma *madrinha*. Eram dirigidas por um *capataz*, em regra, natural de Sorocaba, auxiliado por vários camaradas a cavalo, geralmente filhos das Missões; e por um menino que ia a pé, o *piá*, encarregado de todos os pequenos trabalhos anexos, verdadeiro grumete da tropa. Estes *camaradas* recebiam salários (QUEIROZ, 1981, p. 24).

Este comentário de Queiroz mostra claramente que, naquela época, na região, já se faziam sentir as relações capitalistas de produção. No entanto, além do gado, outro produto que entrava no mercado da metrópole paulista e até mesmo nos países sul americanos que adotaram os hábitos dos espanhóis do Prata, era o mate que, como o gado, exigia melhores e mais rápidos meios de transporte para chegar ao consumidor. A exportação da erva-mate foi origem de muitas fortunas, tanto em Santa Catarina como Paraná, que tinha como pólo exportador o Porto de Paranaguá.

Após ter o Paraná se desmembrado da Província de São Paulo, pessoas influentes da zona portuária paranaense procuraram obter concessão para construir uma ferrovia ... [...] para o escoamento da produção. [...] Primeiro optou-se pela construção do trecho Curitiba - Paranaguá, com aproximadamente 110 quilômetros, sendo a construção iniciada em 1880 e concluída em 1885. Nesta obra entrou em cena o engenheiro Teixeira Soares, quando no km 45 os técnicos italianos contratados desistiram de orientar o empreendimento, em vista das dificuldades da Serra (THOMÉ, 1980, p. 31).

Foi ainda no ano de 1885 que as atenções e interesses de brasileiros e estrangeiros, voltaram-se para planos do Governo Imperial que estudava a possibilidade da implantação de uma ferrovia que viesse a fazer a união das províncias de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Novamente o engenheiro

através de empresas especializadas, recebendo do Gregal, terras devolutas.

(THOMÉ, 1980)

Aos poucos o capital estrangeiro foi se impondo, em detrimento das empresas privadas nacionais. Dos investimentos em ferrovias, logo passou a estender suas atividades a outros setores da economia. O barão de Mauá, por exemplo, que teve a sua Estrada de Ferro Santos-Jundiaí tomada pelos ingleses da San Paulo Railway Company Limited, viu sua Ferrovia Rio-Minas ser implantada pela The Minas and Rio Railway Company. Sua concessão para lançamento de cabos submarinos, passou para a Brazilian Submarine Telegraph Company. Sua Cia. de navegação do Amazonas caiu nas mãos da Amazon steam Navegation. Finalmente, sua Cia. de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, passou a ser explorada pela The Rio de Janeiro Gas Company Limited (THOMÉ, 1980, p. 20).

O mesmo autor, em seus estudos para a obra Trem de Ferro, 1980, aponta que o capital estrangeiro teve portas abertas para a construção de estradas de ferro no Sul do Brasil, a partir de 9 de novembro de 1889, com as concessões feitas por D. Pedro II, ratificadas pelo Governo Provisório da República, em 7 de abril de 1890, quando Teixeira Soares tratou de levantar o capital junto aos investidores europeus. Obtendo êxito em seu intento junto à Inglaterra e à França, fundou a Compagnie Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens.

A região por onde deveria passar a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande encontrava-se em terras contestadas, ora pelo Paraná - Santa Catarina, ora pela Argentina, ora pelo Brasil. Dadas às grandes dificuldades encontradas, Teixeira Soares que deveria apresentar estudos definidos secção por secção a cada 100 quilômetros de estrada construída para que recebesse novas concessões, atrasou em parte seu trabalho.

Devido aos atrasos que vinham ocorrendo na construção, pois 15 anos já haviam passado desde o seu início quando o Ministro de Viação de Obras Públicas, o catarinense e mais tarde governador de Estado, Lauro Müller, trouxe

setores de transporte (portos e ferrovias) e energia elétrica, passa a atuar no Brasil, incentivado pela política do governo republicano.

O grupo Farquhar, em empreendimentos arrojados, instalou em território brasileiro muitas empresas, tais como: eletricidade, incorporou a Rio de Janeiro Ligth & Power Company; construiu e explorou o porto de Belém, construiu a Estrada de Ferro Madeira-mamoré, criou a Companhia de Navegação do Amazonas, que passou a dominar o transporte fluvial naquela área; criou também a Amazon Development Co. e a Amazon Land & Colonization Co., a qual recebeu, após uma visita de Farquhar a Belém em 1911, uma doação de 60.000 quilômetros quadrados que hoje constituem o território do Amapá, adquiriu e construiu diversas outras linhas de estrada de ferro (E.F. Paraná, E.F. Dona Teresa Cristina, E. F. Mogiana, E.F. Paulista, E.f. Sorocabana, entre outras) construiu e explorou o porto de Rio Grande (RS); obteve junto ao governo federal o controle dos portos do Rio de Janeiro (RJ) e do porto de Paranaguá (PR); além de grandes fazendas de gado – “4 milhões de acres com 140.000 cabeças em cinco ranchos, em Descalvado, no Pantanal, em nome do Brazil Land, Cattle & Packing Co.; fundou o primeiro frigorífico do Brasil, com sede em Osasco (SP) construiu hotel e cassino em Guarujá (SP)”, (AURAS, 1995, p. 36-37) foi ainda o dono e fundador de uma das mais importantes empreiteiras do mundo, a Brazil Railway Company que, a partir de então, passou a deter o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, obtendo junto ao governo federal uma concessão de terras devolutas equivalente a 15 km de terras de cada um dos lados do eixo da ferrovia (THOMÉ, 1980).

... norte americano / alemão / francês, assumiu a construção do trecho da ferrovia compreendida entre o Rio Iguazu e o Rio Uruguai, exatamente na região contestada e em terras férteis do Vale do Rio do Peixe, onde a Companhia instalou na pequena localidade de Calmon (SC) um acampamento com o Escritório Central da obra e organizou um Corpo de Segurança particular e especial, a fim de fiscalizar, acelerar a construção e intervir em caso de conflitos e descontentamento por parte dos trabalhadores contratados ou ainda de moradores da região sobre os desmandos provocados pelo grupo que exercia o "policimento". CABRAL diz: "Um engenheiro de construção afirmaria mais tarde, que, se fosse possível reunir o sangue de todas as vítimas havidas ao tempo, por largo período as águas daquele rio vizinho correriam rubras. Os cadáveres dos assassinados, quando não desciam corrente abaixo, jogados pelos facínoras às águas, sumiam-se sob as terras da linha permanente" (1979, p.102).

Mesmo assim, o assentamento dos trilhos entre os rios Iguazu e Uruguai durou três anos.

Muita mão-de-obra foi contratada por esse Brasil adentro, no princípio eram quatro mil, porém com ritmo acelerado das obras foi necessário buscar o dobro destes. Homens rudes, das mais diversas raças e origens, de diferentes usos, costumes, credos e religiões, *peessoas sem qualificação* para trabalho especializado, porém fortes e prontos para a luta braçal, foram trazidos sem vínculo empregatício e sem legislação trabalhista que regulasse o sistema de contrato; vinham das zonas de pobreza e eram tanto quanto a maioria dos brasileiros, mais especificamente, os povos das regiões distantes de

removiam-se em treze grandes armazéns mantidos pela estrada ... [...] levantes de trabalhadores que protestavam contra a falta de pagamento ou reagiam aos desmandos dos feitores. Era trágico o resultado de todos esses conflitos. 'Cadáveres boiavam nas águas do rio do Peixe, quando não ficavam sob os aterros da linha férrea' (QUEIROZ, 1981, p. 71).

Os operários, constituídos de "pessoas honestas e boas, outro tanto de maltrapilhos, vagabundos, aventureiros, ex-presidiários, desertores, e até fugitivos da justiça [...]" (THOMÉ, 1992, p.51), ao serem recrutados recebiam como promessa o retorno ao fim da empreitada; no entanto, ao chegarem ao fim destas podia-se observar a deslealdade por parte dos empreiteiros que, na maioria das vezes, abandonavam estes homens à sua própria sorte. Ao que Oswaldo Rodrigues CABRAL apresenta: "A Companhia não efetuava os pagamentos em dia e as condições de trabalho eram mínimas. As manifestações dos operários eram reprimidas severamente pelos homens da segurança, que empregavam a violência com tranqüilidade" (1979, p. 102). Foram essas, as perseguidas, desempregadas e maltratadas pessoas que foram se somar àqueles que se tornaram os partícipes da Guerra do Contestado.

Por muitas vezes, durante a construção da estrada de ferro, a Brazil Railway, através de seu advogado Affonso Camargo, que era também chefe supremo da política situacionista bem como vice-governador do Paraná, reclamou invasões e ocupação de terras por parte de posseiros, aos governos dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Frente a estas solicitações, o Governo do Paraná reconheceu os 15 km de terras às margens da ferrovia como sendo legítimas da construtora da estrada de ferro e em edital de novembro de 1911 a Companhia publicou o seguinte:

estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela (Jornal PALMENSE, 5-11-1911 In: QUEIROZ, 1981, p. 73).

Diante de tal edital e das execuções que vinham sendo feitas pelas forças da empresa é que os trabalhadores da região passaram a fazer outra análise da sigla E.F.S.P.R.G. (Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande) que era traduzida da seguinte forma “**Estrada Feita Somente Para Roubar o Governo**” (AURAS, 1995, p. 39).

Assim, é que os caboclos¹ tanto das terras do Paraná como de Santa Catarina, considerada gente humilde, porém valente, antigos moradores do lugar, eram também vistos agora como posseiros e obrigados a retirar-se do local. Aqueles que não obedeciam às regras da empresa, eram expulsos pela força do Corpo de Segurança da Companhia e iam se somando a massa popular que viu o desequilíbrio social ir rapidamente se concretizando.

Por mais este motivo, as causas não podem ser vistas isoladamente como uma ou outra, e sim, como: mais uma e mais outra. A história relata que o resultado de tudo isso foi uma onda de sangue, um caminho de terror e muito medo ocorrendo no chão do Paraná e de Santa Catarina, deixando marcas difíceis de serem apagadas, pois o monstro de ferro que aqui nasceu, não veio só, trouxe filhotes, felizes por encontrarem solo fértil; não só ceifou vidas como também aniquilou com a exuberante floresta de pinhais e imbuais presente no sul do país, no início do século XX.

¹ Caboclo – proletário do campo, do sertão e da roça. Sertanejo, matuto acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico e desconfiado. Tinha dentro de si alto sentimento de justiça do bem e do coletivismo dos

Uma autorização especial assinada em 1903 pelo governo brasileiro deu origem a uma das mais terríveis **formas de exploração** já vista em nosso país. Os responsáveis pela elaboração de leis, decretos e autorizações não pareciam preocupados com a devastação que por ventura pudesse vir a ocorrer nas florestas

de imbuais e pinheirais do Sul. Esta autorização cedia à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, não somente os 15 km de terras a cada um dos lados da estrada construída como também lhe dava os direitos de exploração de toda madeira na região.

As conseqüências desta autorização, por certo não foram previstas, pois permitia-se à companhia até a devastar algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados de terras, ao longo da ferrovia, reservada para a colonização futura. Depois de ter seu controle acionário absorvido pela Brazil Railway Company, em 1906, quando se preparava para dinamizar os trabalhos de implantação dos trilhos na secção União da Vitória-Rio Uruguai, a companhia instalou um "engenho de serrar" na região, com a finalidade de aproveitar a madeira existente em abundância, para os dormentes e para serrar táboas, destinadas as estações, alojamentos, depósitos, armazéns e demais construções (THOMÉ, 1992, p. 56).

Foi com intenções reais de explorar as terras laterais à estrada de ferro e outras que a Companhia pudesse comprar a fim de colonizar as terras devolutas e aproveitar a autorização que a estrada São Paulo - Rio Grande havia recebido em 1903, que a *Brazil Railway Company* criou em Miami, em 1909, sua subsidiária a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, devendo esta **explorar os serviços de colonização** às margens da estrada. Maurício Vinhas de QUEIROZ (1981) escreve que foi através da intermediação de Afonso Camargo, Vice-presidente do Paraná, junto a diversos fazendeiros da região, que a companhia firmou contratos para explorar a mata nativa de pinheiros e madeiras de lei além

canoinhas, já adquiridas pela Companhia, ao preço médio de 15 mil réis o hectare. Para isso a empresa construiu duas grandes serrarias que deram início a um dos maiores processos de devastação de floresta nativa que a história já tem notícia. De início “parecia” que a empresa oferecia muito trabalho, porém usando os mais modernos meios de mecanização no corte, armazenamento e exportação da madeira ela logo dispensou um elevado número de trabalhadores.

A primeira e de maior porte foi erguida em Três Barras (terras paranaenses, naquele período), distante apenas 12 km de Canoinhas (hoje Santa Catarina), ali a Lumber, montou:

[...] seu maior complexo industrial de exploração madeireira da América do Sul, nunca igualada em toda história, com equipamento trazido diretamente da Europa e dos Estados Unidos, e importando tecnologia canadense... [...] tinha capacidade para serrar, num período normal de 10 horas de trabalho por dia, cerca de 300 metros cúbicos de madeira, obtendo um rendimento médio de 19 táboas de 12 polegadas por 5,60 de comprimento, mais o aproveitamento, totalizando mil dúzias de madeiras diversas (THOMÉ, 1992, p. 57).

A madeireira era auto-suficiente sendo ela própria responsável pela manutenção de seu engenho, trabalho, vida sócio-econômica e cultural na região cortada pela ferrovia. A exemplo desse fato podemos citar: o primeiro cinema, cassino, casa de hóspedes, armazéns, escola, além de vários ramais da estrada de ferro que foram trazidos pela Companhia para o Sul do Brasil.

Marii AURAS, apresenta a pesquisa de Borelli sobre a empresa quando diz que a mesma foi “reduzindo a mão-de-obra, assenhorando-se dos meios de transporte e produzindo muito mais do que a totalidade das serrarias de engenho estabelecidas, essa empresa gerou uma crise para a pequena indústria local. Note-se que só a serraria de Três barras cortava 300m (cúbicos) de madeira por

Contestado:

Em 21 de julho de 1909, a Lumber adquiriu do fazendeiro paranaense Afonso Alves de Camargo, e outros, o imóvel conhecido como São Roque, que tinha o lugar Calmon ao centro, abrangendo uma área de 51,691 hectares, onde instalou outras quatro serrarias, passando a utilizar-se da ferrovia para exportar milhares de metros cúbicos de madeira ano, devastando os grandes pinheirais da região. Demarcada a área da Fazenda São Roque, a Lumber promoveu a expulsão dos que a habitavam. Os antigos moradores, posseiros na maioria, nunca antes incomodados, em vão tentaram argumentar o usucapião junto ao governo. Aos relutantes em sair, era enviado o Corpo de Segurança, que nunca falhava em suas missões assassinas.

Assim surge a segunda serraria, em Calmon, nas nascentes do Rio do Peixe e ao sul de Porto União. A empresa construiu uma fábrica de menor porte que tinha como função básica “fornecer dormentes para a estrada de ferro e madeira para a construção de estações, depósitos e armazéns da própria companhia” (AURAS, 1995, p. 42).

A agressividade e a opressão sobre os caboclos acentuava-se de tal forma visível que um bilhete sujo de sangue, encontrado no bolso de um combatente morto durante umas das campanhas era possível ler “Nóis não tem direito de terra, tudo é pragente das Oropa” (*sic*) (ASSUMPÇÃO, 1916, vol. I, p.245).

Aqui, cabe também, uma observação feita por THOMÉ, sobre a forma do contrato de colonização que a multinacional se dispunha a cumprir junto ao governo da União: “somente colonizar as terras, depois de extraída a madeira; de entremeio, demorou demais para serrar os pinheiros, e nem nativos nem imigrantes tiveram a oportunidade de comprar porções para estabelecer e subsistir. Por isso, atraiu o ódio, a ira e a raiva dos caboclos, que na primeira oportunidade surgida deram o troco” (1992, p. 59).

interesse em ser igual àqueles que vinham para fazer “colonização” e em consequência disto iam inculcando na mente do caboclo formas de submissão, como veremos mais adiante em nosso estudo.

1.5 O HOMEM, SUAS CRENÇAS, SUA FÉ - O MESSIANISMO: QUARTA CAUSA

No interior do Paraná e de Santa Catarina é muito comum encontrarem-se sertanejos², caipiras³ e caboclos tentando em meio a uma avalanche de modernidade e tecnologia manter seus usos, costumes e tradições. Para Aujor Ávila da LUZ a formação étnica foi bastante diversificada, e ainda é fácil encontrar descendentes de índios Tupi-guarani, Kaingang e Xockleng, de negros, filhos, netos de escravos africanos, de brancos - portugueses e espanhóis, muitos mestiços - mamelucos, mulatos e cafuzos que transformaram os homens dos sertões em grupos unidos, ora pelo conhecimento científico produzido pelo branco europeu, ora pelo senso comum empirista do índio e do negro.

A presença de vários componentes étnicos na população da região do Contestado propiciou campo fértil ao processo de assimilação, também do imigrante europeu que apareceu neste espaço geográfico no decorrer dos séculos XIX e XX, formando grupos cuja heterogeneidade se assemelha a do feijão e o pinhão que, em nossa história, marcaram a alimentação pela coleta, mas

2- sertanejo: (ê). Adj. 1 Do sertão 2. Que habita o sertão. 3. Rústico, agreste, rude. (FERREIRA, 1995, p. 596).
3- caipira: S. 2 g 1.bras; S. Habitante do campo ou da roca. particularmente os de pouca instrução e de

para formar quando necessário, **resistência à dominação**, aos interesses pela terra e pelo próprio povo, tornando-os inconfundíveis pelo apego, por vezes exagerado, ao pedaço de chão onde moram, ao rio que corre tranqüilo ao lado de sua casa, ao vizinho que se torna compadre, gerando um quase parentesco pelo qual são capazes de dar a vida, tão fortes são os laços de amizade que os unem.

Região de natureza invejável, de clima serrano próprio para diversas culturas, que vão do milho às frutas européias, como a uva e a maçã.

Homens simples e sem muitas exigências construía sua morada como um rancho de madeira rústica, sem repartições. Enfeites eram colocados nas paredes e em cima de escassos móveis e entre fotografias de parentes e amigos, surgiam as imagens de santos, ganhando destaque a figura de um místico religioso: "São João Maria". A casa era coberta com folhas de palmeiras ou "taboinhas", com paredes sem pintura, com frestas enormes enegrecidas pela fumaça do sapeco da erva-mate do fogo aceso no seu interior. O chão era de barro batido onde se reuniam, entre uma e outra cuiada de chimarrão para discutir as peijas e as lidas diárias, sem nunca esquecerem de deixar atrás da porta principal uma arma sempre pronta para a ação.

Vivendo em sistema de pastoreio, de extração de madeira e erva-mate, grupos foram se distribuindo de forma hierárquica pelo poder de terras, gado, madeira ou ervais. QUEIROZ (1981, p. 43-48) faz a seguinte escala da sociedade sertaneja: a) coronéis, b) fazendeiros, c) criadores ou meio – fazendeiros, d) lavradores, e) agregados, f) peões.

Os "coronéis" eram os chefes políticos do lugar, apresentavam-se como

do patrao.

Abaixo dos coronéis na escala hierárquica encontravam-se os fazendeiros, aqueles que possuíam várias centenas de cabeças de gado, facilmente ultrapassavam a alguns milhares e os limites de sua propriedade deviam abranger mais que alguns milhares de alqueires.

Os meio-fazendeiros ou criadores de gado contavam apenas com algumas cabeças de gado que jamais ultrapassavam o milhar e suas terras variavam de cem a mil alqueires.

Na categoria dos lavradores incluíam-se alguns cabocios que viviam de suas roças, geralmente em terras afastadas dos centros urbanos. Também faziam parte do grupo os pequenos plantadores de tabaco, os criadores de porcos e a leva de colonos estrangeiros que vinham se fixando na região, entre eles os polacos, alemães e rutenos⁴. Ainda neste nível social encontravam-se os empreiteiros do mate, que dirigiam turmas constituídas por pessoas da própria família ou então peões contratados.

Quanto aos agregados, estes construía seus ranchos pelos campos das fazendas e aí viviam, prestando serviços gratuitos ao senhor em troca de um pedaço de terra para o plantio de feijão, milho e cria de uma ou outra cabeça de gado à semelhança do sistema feudal de produção, diante da prestação de um serviço diferente, o agregado recebia um salário (reflexo do modo de produção capitalista) também diferenciado, porém na maioria das vezes o patrão retinha o

necessária e sempre presente nas fazendas até mesmo para a conservação dos latifúndios e a prosperidade dos senhores, os “coronéis”.

Os peões eram vistos por toda parte. Onde o serviço pesado fosse necessário se faziam presentes, nas fazendas de gado, no corte da madeira, na coleta e poda da erva-mate e na condução das tropas. Seus salários eram mirrados e por muitas vezes faziam os serviços pela troca de comida e pouso.

Demerval PEIXOTO por sua vez descreve o homem do Contestado da seguinte forma:

Crentes fervorosos das instituições caídas em 1889, os seus habitantes, que carecem, sobretudo, **da instrução rudimentar**, entregando-se à idolatria das apregoadas excelências do Império.[...] [...] Os rapazes se fazem homens analfabetos, no rústico serviço da colheita e condução da nativa produção do mate; são habilíssimos no talho da erva e manejadores exímios do facão afiadíssimo; acostumados com o viver obscuro e despreocupado da roça, embrutecidos no convívio das florestas, irmanados com a vida de espírito inativo, têm compleição física extraordinariamente resistente. [...] As meninas chegam à maternidade muito cedo, desenvolvendo-se no mesmo meio obscuro, sob os mais exigentes preceitos de credence religiosa, trazendo enleados ao pescoço os rosários de contas, osculando constantemente os bentinhos e S. Sebastião milagrosos. Todos, varões e raparigas, velhas e crianças, trazem ao peito dependurada, a relíquia sagrada - um patuá encerrando a “Carta Celeste”, sempre nodosa e gordurenta. [...] A Crença predominante nos sertanejos do interior do Contestado é a que lhes foi pregada pelos monges, na peregrinação de muitos anos por lá: a “Monarquia que é a lei de Deus”. Conhecem a República apenas por ouvirem o mal que dela falam e pela companhia de descrédito que fazem os exploradores (1995, p. 32). (Sem grifos no original).

O sistema de propriedade, as relações de produção, o sistema de dominação, **a falta de formação escolar**, o catolicismo rústico e o misticismo, quer seja religioso, político ou compadresco no e do mundo sertanejo, foram sem dúvida os fenômenos que ofereceram as condições para que o Movimento do Contestado ganhasse força e eclodisse em forma de guerra, no ano de 1912.

Dou-te uma receita para criar um movimento místico. Ajeite um caldeirão de ferro sobre pedras. Não esqueça água da fonte antes do fogo em nós de pinho.

você pode chamar de fanático (SCHULER, 1994, p.50).

Em meio ao poder dos “coronéis”, chefes locais, com tendência de domínio na esfera privada e o poder das oligarquias estaduais dominando a esfera pública, surgem as figuras místicas de monges que, ao peregrinarem pelo Sul do país, deixaram rastros que ainda hoje marcam o povo da região do Contestado, como se tivessem sido eles santos milagreiros e protetores dos fracos e oprimidos.

Historiadores como Osvaldo Rodrigues CABRAL (1979), Maurício Vinhas de QUEIROZ (1981), Nilson THOMÉ (1992), Walter PIAZZA (1983) e outros, destacaram a presença de dois monges.

O primeiro deles, João Maria de Agostini, de origem italiana, chegou em Sorocaba (São Paulo) por volta de 1844, por onde viveu e parte de sua história pode ser reconstituída através da tradição oral e será por nós tratada em capítulo específico.

O povo carente de toda espécie de cuidados médicos, ensinamentos e cultura, armados, com poucas roupas e uma pequena barraca, seguiam o santo e, em torno das capelas, levantavam-se pequenos e verdadeiros reinos de respeito e fraternidade.

A capela vivia cheia de devotos e o cofre ao lado do altar recolhia os óbulos.[...] Os doentes eram de todos os tipos de moléstias. [...] gente que buscava a cura sobrenatural para seus males quando não haviam meios ou facilidades, ou quando haviam desesperado de encontrá-la, a desejada recuperação, por outros sistemas. [...] a imprensa do Rio de Janeiro e de outras cidades cultas do Brasil ocuparam-se desse personagem que, em pleno século das luzes estabeleceu por sua conta e risco a missão e operou milagres. [...] Para um escritor gaúcho, entretanto, o Monge era um analfabeto e um monomaniaco (CABRAL,1979, p. 121-122).

Monge.

De acordo com os relatos e documentos pesquisados, este primeiro João Maria, reunia as pessoas em torno de si e, à maneira do Jesus de Nazaré dos Evangelhos, **as ensinava**, não somente a respeito da fé, mas, também, as coisas da vida, da cultura, da maneira de pensar. Tratava-se de uma **prática pedagógica** que visava uma formação de mentalidade de não aceitação da situação tal qual ela se lhes apresentava – um não conformismo ao *status quo* vigente. O ensino deste João Maria, na sua informalidade, foi duradouro e deixou marcas que ainda não se apagaram no imaginário popular.

O segundo João Maria de Jesus surgiu nos rastros do primeiro, num mesmo tempo e espaço, porém em roteiro inverso, vindo do Rio Grande do Sul, logo após a Revolta Rio-grandense de 1893, trazia em suas caminhadas uma bandeira branca com uma pomba vermelha ao centro, conhecida como a bandeira do Divino (CABRAL, 1979).

Envolto em aura de santidade, ao passar pelos lugarejos batizava crianças, anunciava o fim do mundo com muitas pragas e muito sangue correndo, dizia ao sertanejo para trazer sempre pendente ao pescoço patuás e que rezassem e fizessem penitência para escapar do fim trágico que se aproximava; deixava claro suas idéias políticas e seu repúdio por tudo que viesse das propagandas do governo republicano do Marechal Floriano Peixoto e do positivismo gaúcho que considerava ordem do demônio contrário ao movimento revolucionário federalista do Rio Grande do Sul por ele admirado.

Este João Maria desapareceu nos primeiros anos do século XX, por volta de 1908. Uns disseram que morreu no hospital de Ponta Grossa, no Paraná; outros, que a sua sepultura fora cavada em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. Mas verdadeiros crentes, que eram a quase totalidade da população sertaneja da área, acreditavam que ele havia se retirado: 'O grande santo, o São João do Evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas para provar os seus fiéis vivendo por

que se alimentasse a religiosidade popular. Foi além a sua pregação. Incutiu atitudes políticas a serem tomadas e instigou pensamentos de revolta social. Mas, ainda, **instruiu** o povo, difundindo uma visão da história que o fazia tomar consciência da sua situação de povo explorado econômica e politicamente, fazendo com que seus seguidores introjetassem a idéia de que na democracia republicana tinham menos participação do que na autocracia monárquica. Esse discurso intenso, claro e constante, iria, pedagogicamente, preparar as mentes para a rebeldia e aplainar o caminho para o terceiro monge, José Maria.

Após a passagem deste monge, notícias de outros homens místicos foram anunciadas no sertão e o povo necessitado de quem lhe ouvisse chega mesmo a acreditar, até que em 1911 na região de Campos Novos - Santa Catarina, antiga Faxinal dos Padilhas, outra figura de importância vital e decisiva para o Movimento do Contestado apareceu arrebatando o espólio de seus antecessores José Maria de Santo Agostinho.

Seu verdadeiro nome era Miguel Lucena de Boaventura, ex-soldado do Exército ou da Força Policial do Paraná, do qual tornou-se desertor, não tinha semelhanças com seus antecessores, dos quais dizia-se irmão, não era adepto do isolamento, da solidão, das penitências, da caridade tão evidentes nos primeiros.

Sabia ler e escrever e, há muito, possuía uns cadernos nos quais anotava as propriedades medicinais - comprovadas pela prática e a experiência popular - numerosas plantas da flora de Serra-Acima. Ao mudar-se para o rancho do capataz, instituiu a Farmácia do Povo. [...] Esperando ser atendidos, os enfermos faziam fila no consultório improvisado; ele os atendia até bem tarde da noite. Ao entrar um paciente, José Maria, depois de ouvi-lo e examiná-lo, consultava seus cadernos. Um de seus secretários que o auxiliava, copiava a receita, que era entregue ao doente por escrito. Via de regra, nelas se ensinava a fazer complicadíssimas essências, misturando folhas, raízes e sementes. É

prescrições. Circulavam na área rezas manuscritas à cuja materialidade se atribuía uma força sobrenatural e, cosidas em patuás, serviam para fechar o corpo e outros fins igualmente benéficos. Certamente os papéis de José Maria, com as garatujas de seu secretário, passariam a ser encarados como pertencentes à mesma categoria mágica dessas rezas (QUEIROZ, 1981, p. 81-82).

Entre batizados e (muitos foram os que levaram os nomes de João e José Maria comuns até hoje na região) rezas, supostas curas milagrosas, prédicas e muita popularidade e recriminações ao Governo, José Maria reuniu em torno de si, nas proximidades de Curitiba, alguns milhares de adeptos; entre eles estavam aqueles que haviam sido expulsos das terras próximas à estrada de ferro e aqueles que a construtora havia trazido e, sem cumprir com as promessas de trabalho aqui, os abandonara; outros tantos que sem oportunidade de trabalho, viam no santo uma saída para a falta de sorte, vieram formar os *Quadros Santos*⁵.

Segundo Osvaldo Rodrigues CABRAL (1979), a história e as aventuras de um grande monarca - Carlos Magno - corriam de boca em boca, passando a admirá-lo, José Maria adquiriu uma velha edição da maravilhosa História de Carlos Magno que contava aventuras de heróis invencíveis, homens que sozinhos atacavam e venciam exércitos poderosos. Tentando fazer como aquele, criou os *Quadros Santos*, uma espécie de monarquia, formando, inclusive, uma guarda especial, composta de 24 sertanejos bem formados⁶, chamando-os de Pares de França (1979, p. 181).

Estes homens “escolhidos” dentre os seguidores, receberam uma instrução especial. Sua **formação teórico-prática** incluía além do preparo intelectual – conhecimento de história, de geografia e das primeiras letras - a instrução militar,

1.6 DESFECHO DA GUERRA

José Maria e seus seguidores foram convidados a fazer parte dos festejos religiosos do Senhor Bom Jesus no Arraial de São Sebastião das Perdizes Grandes - Taquaruçu - Curitibaanos. Sua presença daria reforço aos festeiros da região que, segundo Demerval PEIXOTO (1995), visavam uma monarquia, tendo como líder Manoel Alves de Assumpção Rocha, antigo morador, muito popular, proprietário de fazenda, que elaborou um manifesto revolucionário divulgado em Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, cujo teor diz o seguinte:

Carta aberta à Nação - Eu, D. Manoel Alves de Assumpção Rocha, aclamado imperador constitucional da Monarquia Sul Brasileira, em 1 de agosto do corrente ano, com sede no reduto de Taquaruçu do Bom Sucesso, convido a nação para lutar para o completo extermínio do decaído governo republicano, que durante 26 anos infelicitava esta pobre terra, trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e, finalmente, o desmembramento da pátria comum.

Comprometo-me:

- 1º) Em pouco tempo a eliminar o último soldado republicano do território da Monarquia, que compreende as três províncias do sul do Brasil - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- 2º) Para o futuro, anexar ao Império o estado Oriental do Uruguai, antiga província Cisplatina;
- 3º) Organizar um exército e armada dignos da Monarquia e reorganizar a guarda nacional;
- 4º) Dar ao país uma Constituição completamente liberal;
- 5º) Reduzir os impostos de exportação e importação e bem assim estabelecer o livre comércio dentro do território do Império.
- 6º) Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do planeta;
- 7º) Fazer garantir a inviolabilidade do lar e do voto, tão menosprezados pelo decaído regime;
- 8º) Fazer respeitar, em absoluto, a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga República;
- 9º) Tomar inexpugnável a barra do Rio Grande e todo o litoral do país;
- 10º) Guarnecer a fronteira com o Estado de São Paulo e fronteira argentina, logo que seja reconhecido oficialmente o novo império e organizado o exército

- 12º) O exército imperial será a primeira linha e a guarda nacional a segunda linha;
- 13º) Unificação da lei judiciária do país;
- 14º) Restringir a autonomia dos municípios;
- 15º) Emitir provisoriamente numerário nominal e em seguida a conversão metálica;
- 16º) A religião oficial será a católica apostólica romana;**
- 17º) Liberdade de culto;**
- 18º) Cogitar do desenvolvimento da lavoura sem desprezo da indústria;
- 19º) O imposto protecionista à indústria, e lavoura do Império;
- 20º) Livres os portos do Império a todo o estrangeiro sem cogitar-se da raça, crença, etc. ;
- 21º) Serão considerados nacionais todos os estrangeiros que residirem dois anos no país;
- 22º) Modificar o atual sistema de júri, que não está mais compatível com o século;
- 23º) O ensino será obrigatório, tanto para a infância como para o exército;**
- 24º) A criação do exército aviador que atualmente está dando resultado na guerra européia;
- 25º) Edificação da Corte Imperial, que será no centro do território imperial;
- 26º) A bandeira e coroa do Império Sul Brasileiro, será adotado as antigas da decaída Monarquia Brasileira;
- 27º) A pena de morte em vigor com a força;
- 28º) O serviço militar será obrigatório;
- 29º) À agricultura nacional será dada uma área de terra independente de pagamento, em terras nacionais;
- 30º) De 1 de setembro em diante entrará em vigor a lei marcial aos inimigos da Monarquia.
- Viva a Monarquia Sul Brasileira!
Deus guarde e vele pela Monarquia!
Reduto de Taquaruçu do Bom Sucesso, em 5 de agosto de 1914.
O Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira. D.Manuel Alves de Assumpção Rocha (PEIXOTO, 1995, p. 45-46). (Sem grifos no original).

Para um grupo de pessoas que viviam isolados em um mundo próprio e distante da religião oficial os artigos 16º e 17º são contraditórios entre si, pois se havia exigência de uma prática religiosa sob a tutela de D. Manuel Alves de Assumpção, nos moldes do Império, quando a religião oficial era a católica apostólica romana era portanto, impossível haver liberdade de culto no novo reino criado. No entanto, o artigo 23º demonstra que o caboclo não esqueceu da educação, pesando na formação escolar de seus súditos e no adestramento militar. Tratando-se de uma guerra santa contra o regime em vigor, e na

defensores da Monarquia. Na realidade, **a educação, no caso da sua forma escolar**, deveria surgir como veículo de transmissão de uma visão de mundo conservadora, pois favorável, à manutenção do *status quo*, o qual, seria passadista, um retorno ao antigo regime.

A “obrigatoriedade do ensino” corria lado a lado com sua gratuidade, uma concepção que se afinava com a visão liberal da educação escolar.

Nota-se que o monge José Maria, não somente fazia uso da instrução e da educação informal, mas, também, apontava para, no futuro, ser instaladas as escolas, institucionalizando, assim, o processo de formação intelectual dos seus “súditos”.

O deputado Cid Gonzaga Grande, Guilherme Gärtner, a título de piléria. Há quem conteste ainda a autenticidade afirmou que este manifesto foi confeccionado pelo comerciante de Perdizes deste, alegando que provavelmente seria posterior ao acontecimento, devido ao artigo que trata da aviação para fins de guerra que, em agosto de 1914, seguramente ainda não teria sido usada na I Guerra Mundial.

No entanto, Frei Menandro Kamps redigiu cópia desse manifesto em 1914 e seu trabalho foi publicado em 1915, citando o manifesto *ipsis verbis* (CABRAL, 1979).

Ainda se referindo a este documento PEIXOTO (1995) escreve que ele foi entendido como prova do desequilíbrio social do povo considerado inculto, entre eles o Monge e mais trezentos fiéis que o acompanharam. No entanto, a história do documento reflete o pensamento de alguém que possuía visão política e social

seus pares além das noções de responsabilidade sobre o ser ora em formação.

Como poucos moradores da região do Contestado o beato José Maria gozava do privilégio de saber ler e escrever. Ao se reunir com seus simpatizantes era comum estes ouvirem o monge contar as fantásticas proezas do imperador Carlos Magno e seus valentes cavaleiros. Diante desta história que lera e contava é que surgiu a idéia de formar como aquele imperador, uma guarda especial, de segurança e de honra, composta por 24 homens que formavam os doze Pares de França.

Além desta guarda de honra havia também “as virgens”, meninas que pela sua inocência e pureza tinham a “graça” de entrar em contato com o Monge João Maria, espíritos e, às vezes, até mesmo com Deus.

O monge José Maria, os Pares de França e as “virgens” e seus adeptos estavam reunidos em Curitiba que por sua vez estava sob o domínio da Intendência do “Coronel Francisco de Albuquerque” tendo por rival o “Pai da Pobreza” o Coronel Henriquinho de Almeida, um dos festeiros de Taquaruçu, que apoiava a coroação do imperador Manoel Alves de Assumpção Rocha da Folia do Divino, fato este que não soou bem aos ouvidos do intendente.

Na tentativa de trazer para junto de si aliados importantes como José Maria e seus seguidores, o Coronel Albuquerque mandou chamar o santo homem para uma cura de um doente na família. **Entendendo ser um plano político** a fim de ganhar prestígio junto à população, o monge não aceitou o convite, respondendo: “A distância da casa do coronel à sua era igual a sua à do coronel” (QUEIROZ, 1981. p. 87).

autoridade máxima da região, que ofendida telegrafou ao governador de Santa Catarina comunicando que: “[...] os fanáticos haviam proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu” (QUEIROZ, 1981, p. 88).

Este telegrama causou alarme em Florianópolis e Curitiba, repercutindo na Capital brasileira – Rio de Janeiro, através da imprensa como sendo um movimento semelhante ao de Canudos.

O presidente da república Marechal Hermes da Fonseca, temendo movimento semelhante ao do nordeste brasileiro, comunicou à tropa atenção a uma grave sublevação com o intuito de restaurar a monarquia no Sul do Brasil.

O governo catarinense na pessoa do desembargador Sálvio Gonzaga, chefe de polícia do Estado, tentou levar os rebeldes para o estado vizinho do Paraná, criando ali dificuldades governamentais. Com essa atitude, gerou maiores conflitos entre os dois estados.

José Maria e seus adeptos levantaram acampamento e dirigiram-se para os campos de Irani, município de Palmas, provocando mobilização das tropas do Regime de Segurança do Estado paranaense, comandadas pelo coronel João Gualberto que, a frente de aproximadamente 400 homens e de uma seção de metralhadoras, chegou a União da Vitória por via férrea a 14 de outubro de 1912, onde, no dia seguinte, marcharia a Palmas, governada pelo coronel Domingos Soares, que era também deputado estadual do Paraná e prefeito. (PEIXOTO, 1995)

Nilson THOMÉ afirma que antes do confronto vinte homens foram destacados para fazer o reconhecimento de exploração do terreno quando

armadas, estava cercado de pessoas de bem, homens, mulheres e crianças e por isso desejava a paz; e que nada tinha contra o Paraná; pedia que lhe deixassem sossegado, mas que, de pronto reagiria se fosse molestado“ (1992, p. 84).

Não levando em consideração o que os seus comandados diziam, João Gualberto dirigiu-se ao local do acampamento na madrugada do dia 22 de outubro.

Após nova tentativa de acalmar tropas militares e rebeldes seguidores do monge, como eram conhecidos, o coronel Domingos Soares argumentou que o governo do Paraná não perseguia o monge, mas não podia permitir que houvesse no estado grande formação humana para “reuniões ilícitas”, mandando entregar uma mensagem de João Gualberto a José Maria:

O famoso curandeiro foi lendo e depositando as folhas em cima da cama. Depois olhando para os homens, pelos quais estavam todos rodeados disse: - ‘Que garantias pode oferecer uma carta escrita a lápis?’ [...] Otávio Marcondes argumentou que o comandante, no acampamento, apenas dispunha de lápis para escrever. O monge deu a carta, que eram quatro laudas de papel, a um indivíduo, que estava perto, e que embaralhou as páginas (QUEIROZ, 1981, p. 97).

O coronel João Gualberto solicitava a rendição de José Maria e seus homens, caso contrário faria uma guerra de extermínio.

A partir deste momento, não houve mais negociação e partiram para a luta armada, no corpo a corpo.

Não amanhecera o dia 22, quando em combate de apenas duas horas:

Foram mortos no combate, além do Cel. João Gualberto, dois sargentos, três cabos, um anspeçada e quatro soldados, e ficaram feridos dois oficiais, um sargento, dois cabos, um anspeçada e sete soldados, enfrentando cerca de 300 cabocios. Ali morreu, entre os cabocios, o ‘monge’ José Maria e, dadas as

Este combate marcou o início de uma sangrenta LUTA que durou quatro longos anos, transformou homens de bem em fanáticos, rebeldes em jagunços, ceifou vidas tanto de caboclos sem bens quanto daqueles que defendiam propriedades próprias; outras, de empresas particulares e ainda aqueles que lutavam pelas forças governamentais nas terras contestadas e nas proximidades dos trilhos que cortavam os sertões sulinos.

Redutos caboclos foram formados nas mais diversas regiões e a partir de então, passaram a ser liderados pelos pares de França e por uma das “virgem” do monge: Maria Rosa.

Maria Rosa e Adeodato (caboclo rebelde), fanático que levou muitos brasileiros a acreditarem neste Movimento, não como luta de classes desapropriadas de seus direitos e de seus bens, mas como um Movimento organizado por bandidos a fim de provocar pilhagens, saques e ataques a cidades, vilas e às fábricas da multinacional “Lumber” instalada em Calmon e Três Barras - município de Canoinhas.

Usando táticas de guerrilhas cujo treinamento era dado por Henrique Wolland (o Alemãozinho), habilitado pela “virgem” Maria Rosa a assumir ações como aquela encontrada em um documento estudado por Soares e publicada por AURAS cujo conteúdo é o seguinte:

Abelito o Sr. Henrique Volland, de comandante dos doze pares de São Sebastião da irmandade dele e tenses hordes para ir em Papanduva, Iracema, Lucena e Rio Negro, Campo Alegre município Joinville e Blumenau para fazer guarda e trancar as estradas destes lugares para combater os peludos onde encontrar, quando tiver com precisão de gente combina com outros comandantes, pede auxílio também podendo resgatar tudo que for preciso para a irmandade, principal

Deste modo podemos entender que o ler e o escrever no sertão do Contestado era condição de poucos, mas que a visão de mundo dominado, oprimido e silenciado não era sinal de obediência, pois as lutas e o pipocar das armas rompiam o silêncio das matas e só se acalmaram quando defrontaram-se com o poderio militar do General Setembrino de Carvalho que assumiu as forças em nome do governo federal.

No entanto, entre as forças governamentais um homem procurou entender a visão de mundo⁷ dos caboclos: o capitão Matos Costa, que foi responsável pela manutenção da ordem entre o exército (peludos) e os rebeldes (pelados). Nos relatórios do General Setembrino de CARVALHO (1915), várias vezes encontramos escrita a forma como o capitão embrenhava-se mata adentro no intuito de ouvir, parlamentar e “tomar ciência da visão de mundo dos fanáticos rebeldes”. O PEIXOTO encontramos que o capitão João Teixeira de Matos Costa demonstrou ter um elevado espírito humanitário e uma percepção das causas que geraram a insurreição camponesa. Este autor, diz ainda que em uma das declarações de Matos Costa consta que: “A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de **instrução** e o suficiente **de justiça**, como um duplo produto que é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito” (1916, p. 94)

Por este motivo foi considerado pelo seu superior – General Setembrino de Carvalho como sendo parte da quadra mais escura nos acontecimentos: como

que faz o policiamento, chegando mesmo a provocar indisciplina entre seus subordinados e acirradas discussões entre seus líderes. Usou de estratégias próprios dos rebeldes para deles se aproximar, pregando a paz e fazendo promessas difíceis de cumprir como a que fez em meados de junho de 1914 quando os vaqueanos ligados ao “coronel” Fabrício Vieira, braço direito das forças policiais no Contestado, envolveram-se com um derrame de dinheiro falso na área, cujas notas eram passadas à força pelo pessoal do coronel. A fim de cumprir promessas feitas aos rebeldes Matos Costa mandou prender alguns homens, recolheu parcela desse dinheiro e deu ciência do fato ao Ministro da Guerra e ao senador Pinheiro Machado (AURAS, 1995)

QUEIROZ apresenta Matos Costa como um simpatizante da causa jagunça e que não escondia de ninguém seu ponto de vista. Conta, também, que em um dos encontros com os chefes dos redutos na estação de Paula Pereira (localidade de Canoinhas) disse a quem quisesse ouvi-lo: “Os culpados disto tudo são esses coronéis: o *coronel* Arthur de Paula, o *coronel* Fabrício e outros.” Neste mesmo encontro explicou aos comandantes rebeldes que os “coronéis vendiam terrenos para serem pagos em prestações; quando o lote estava quase remido, tocavam os caboclos de lá; depois pediam socorro ao governo” (1981, p.161).

Depois disto viajou ao Rio de Janeiro para relatar ao governo o que acontecia no Contestado. E lá acusou os coronéis, os políticos e as companhias estrangeiras como únicos culpados do levante sertanejo, porém o governo federal mais uma vez ignorou suas advertências. Em seu retorno do Rio de Janeiro

João de Lima, e além de desejar a posse de um grande território ainda ameaçavam União da Vitória e Canoinhas, assim o capitão na tentativa de apaziguar o entrevero, embarca no trem com sessenta soldados e dois sargentos que se faziam acompanhar pelo tenente médico Sylla Teixeira e mais alguns civis, entre os quais o engenheiro residente Zimel, outro engenheiro da "Lumber Colonization" além do chefe do comboio. Seguem para o local do conflito a três quilômetros da estação de São João⁸ entre os marcos 314 e 315, em território de combate, o capitão "desembarcou com quarenta de seus homens, determinado que o trem, sua única proteção ante qualquer fracasso, o acompanhasse em marcha lenta. Seria a garantia de uma retirada se preciso fosse" (PEIXOTO, 1995, p.160). De repente os rebeldes que ouviram o rumor da locomotiva aparecem, atacando Matos Costa e os homens que haviam descido do trem. Despreparados, sem esperar aquele ataque, as forças militares sofrem várias baixas. Entre elas o próprio capitão que tantas vezes protegera os rebeldes.

Mais tarde um sertanejo que participou do ataque disse a QUEIROZ: "Os fanáticos não reconheceram o capitão Matos Costa, pois se o reconhecessem ter-lo-iam poupado" (1981, p. 161).

Findava o ano de 1916 e a paz, há muito anunciada, não acontecera na sua totalidade, porém já era possível fazer uma travessia pelo território sem sofrer derramamento de sangue.

O entreguismo continuou quase da mesma maneira, pois a partir de então as multinacionais procederam as ocupações das terras, através de empresas colonizadoras, que promoveram a fixação de imigrantes europeus, ou descendentes destes, na maior parte egressos das colônias velhas do Rio Grande. E muitas terras do sertão, até então ainda inexploradas, foram ilegitimamente tituladas a importantes personalidades de plagas distantes, que as

...estratificação em que estava antes; em alguns lugares, trocou o feudo das fazendas pelo das serrarias, permanecendo no mato, onde se dava bem, e longe das cidades, onde era mal visto (CONTESTADO, 1987, p. 142).

Em 1º de dezembro de 1916, uma comissão especial formada por representantes das Assembléias do Paraná e Santa Catarina, assinou junto ao Presidente da República - Wenceslau Braz Pereira Gomes, o acordo de limites entre as terras contestadas.

Com o acordo, várias cidades foram fundadas e com elas vieram as prefeituras, as leis, escolas e cadeias, padres e policiais, empresas e sindicatos que representavam o reinício do desenvolvimento nos moldes estrangeiros. Por muitos anos o caboclo não viu com bons olhos o processo de implantação ou reimplantação do sistema capitalista de produção, o qual viria mais tarde afastá-lo do campo e das comunidades rurais nas quais tinha aprendido a viver com paciência, implorando por justiça até que outro movimento viesse lhe tirar a paz ou fazê-lo reencontrá-la.

No entanto, não se diluíram da sua memória as palavras e as ações do monge José Maria, que tanto denunciavam a servidão imposta pelo regime político em vigor quanto anunciava dias melhores. Diante desta lembrança, o que fazer? Tratar de atualizar o futuro anunciado, através do ensinamento do beato, ou aguardar, com paciência, que o amanhã chegue trazendo consigo, talvez, a bem-aventurança.

2.0 PRODUZINDO CABEÇAS

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais

KAREL KOSIK

Do início da construção do objeto e a maturação temática foi como se adentrássemos em um território de mata fechada, e este nos dava a impressão de caminharmos em uma floresta, onde há muitos caminhos e não tem caminho nenhum. Caminhos que se abrem e se fecham. “Para caminhar na floresta é preciso conhecer a floresta: cada pinheiro, cada pé de angico, cada rancho. **Tudo se individualiza**: os sulcos da casca, a curvatura do galho, a cinza do telhado. Aí estão escrita, mapa. Você conhece gramática e vocabulário ou por aqui você não anda” (SHÜLLER, 1994, p. 7). (sem grifos no original).

Deste modo, precisamos ver que a história não pode ser só a narração de fatos do passado distorcidos e intencionalmente organizados de forma que informem sem informar, fazendo da “Mestra da Vida” um instrumento massificante e conservador.

Ora se há uma relação de dupla mão entre passado e presente, entendemos que a História deveria ter uma vocação, a vocação de ser crítica, e ser crítica significa no nosso modo de pensar, levar os alunos a compreender o que são e o que não

Portanto, a apropriação da cultura e da inserção do indivíduo no processo histórico dá-se quando esse indivíduo apropria-se das objetivações já existentes no mundo que o circunda e na recuperação dos atos passados justapondo-se aos atos presentes, amarrando presente ao passado e num mesmo tempo a um futuro, sendo este melhor, mais criador, mais puro e gerador de novas produções, de modo que:

[...] encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial [...] as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. [...] A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes à atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade diversa (MARX & ENGELS. 1979, p. 56 - 70).

Essa produção acontece num processo que é cumulativo, ou seja, na objetivação acumulada nas várias experiências históricas das diferentes gerações vividas. Dessa forma é que o trabalho objetivado das pessoas que participaram dessa produção se reflete no resultado da história coletiva de uma comunidade.

A formação do indivíduo dá-se quando este vai se apropriando dos resultados da história e interiorizando-se na própria história, afirmação que é corroborada por LEONTIEV quando diz:

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que as encarnam, mas são aí apenas postas. Para apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, os órgãos da sua individualidade; a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função, este

processo de “formação de homens” não ocorreu de forma imediata, pois um leque de direções (causas) se abria e levava-nos a uma interpretação histórica dos fatos ocorridos no Sul do Brasil, no despontar do Século XX.

“... não se ensina recordação sem um apoio dialético no presente: não se pode reviver o passado sem o encadear num tema afetivo necessariamente presente” (BACHELARD, apud FOUREZ, 1995. p. 169).

Foi através dessas palavras de Gaston Bachelard que nos voltamos para especificidade do nosso tema que foi fazer um estudo sobre as intervenções educacionais na região contestada (1912-1916), designadamente em Canoinhas, e a forma como estas foram utilizadas pelos atores da e na Campanha do Contestado, pois nessa região desenvolveram-se práticas educacionais que, materializando-se em intervenções pedagógicas, foram utilizadas como veículos de formação de mentalidades pelos “contestadores” em conflito.

Desse modo é que nos voltamos para dois fortes elementos detectados e presentes na formação do homem que aqui viveu e vive atualmente. A religiosidade e o modo de produção.

O que me interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que se interrompa nas fronteiras entre as disciplinas. O que me interessa, é o fenômeno multidimensional, e não a disciplina que seleciona uma dimensão desse fenômeno. Tudo o que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que esses aspectos não sejam separados, mas concorram para uma visão ‘poliocular’ . O que me move é o desejo de ocultar o menos possível a complexidade do real. (MORIN, 1973, p. 45)

A partir das palavras de MORIN, buscamos entender a educação do homem do Contestado.

Educação este que, como já dissemos anteriormente, é vista neste

momentos na construção do homem, para produção de sua identidade, pois, acreditamos que “Existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar comum” (GIROUX; MCLAREM In: SILVA e MOREIRA, 1998, p.144).

Este lugar comum para muitos começou num período distante de nossos tempos, porém muito próximo dos nossos caboclos que viam o seu trabalho assemelhar-se àquele ocorrido na Europa Ocidental do século XV e XVI, quando o processo de trabalho desempenhado pelos artesãos nas oficinas tinha no seu conhecimento do ofício a base técnica para a produção dos objetos; no entanto, a qualidade do produto deste conhecimento subjetivo do trabalhador e da sua destreza no manuseio das ferramentas, iam sendo criadas diante das necessidades do artesão para cumprir determinada etapa do processo produtivo. Ali, os meios de produção existiam em função do grau de desenvolvimento da força de trabalho, pois eram as ferramentas que estavam à disposição do saber e da destreza do trabalhador. Desta forma, a dimensão intelectual do trabalho estava intimamente vinculada à dimensão material. O saber-fazer do trabalhador estava em seu poder, era controlado por ele e ninguém mais tinha acesso ou controle sobre ele (MARX, 1974).

Convém mostrarmos que o trabalho dos primeiros habitantes da região do Contestado também se parecia com o trabalho e a vida dos servos das comunidades primitivas existentes no período feudal, onde o cultivo da terra

As plantações eram cultivadas segundo as determinações da natureza e o **conhecimento empírico** advinha deste confronto do homem com a terra. O poder da manipulação da terra pelo servo estava, assim, condicionado pelos limites do seu entendimento e interpretação das leis da natureza, **sem nenhuma manifestação de um saber elaborado**. Conseqüentemente, o trabalho desenvolvido pelo servo, refletia muito mais um domínio das leis da natureza sobre ele, que um agir transformador dele na natureza.

Desse modo é que podemos entender o Contestado como um Movimento que foi influenciado pela Igreja que aqui, tanto quanto na Europa contribuiu para que este quadro de unidade política e social na medida em que se utilizava a palavra "divina" para justificar a condição de classe dos indivíduos, afirmando que os nobres eram escolhidos por Deus para administrar a vida em sociedade e, assim, abençoados pela "Santa Igreja" Católica, enquanto que para os servos, havia a justificação da sua miséria social, da sua condição social, estariam eles no paraíso celeste à espera da morte que os levaria a um novo mundo, onde havia luz e porvir (BONFIM, 1996). De tal modo podemos compreender como "os diferentes sistemas religiosos e as diferentes organizações eclesiais tiveram um único fim reforçar a dominação por parte dos senhores feudais sobre as massas populares, oprimidas e exploradas" (BIRIUKOVITCH E LEVITSKY, 1982, p. 178).

Não se opondo à hegemonia do catolicismo na sociedade, houve também, os problemas internos da Igreja, bem como o confronto dos nobres com o excesso de poder do clero, associados a interesses econômicos, que foram

a diminuição do poder de intervenção que ela tinha na realeza.

Tal situação despertou nos nobres a necessidade de acabar com a hegemonia da Igreja sobre seus reinos, para Luciano Sérgio Ventin BONFIM (1996) esta necessidade se constituiu no bojo das ações do clero, das contradições entre o que pregava e sua prática, no poderio econômico da Igreja, na subordinação da nobreza às ortodoxias impostas pelo clero. Esses aspectos tornavam a relação nobreza-clero, uma relação forçosamente amistosa, mas no momento em que a intensificação do comércio impulsionou o desenvolvimento da circulação monetária, fortalecendo os mercadores, formou-se um mercado consumidor com novas necessidades, da qual a nobreza era a ordem direta e representativa. Este fator despertou nos senhores feudais o interesse pela comercialização dos excedentes colhidos a fim de atender ao novo imperativo, bem como se ajustar ao novo quadro sócio-econômico que foi se traçando. Assim, os senhores feudais passaram a ter maior controle administrativo sobre os feudos, resultando na redistribuição deles, ou seja, na subenfeudação, e no aumento da coação sobre os servos através dos vassalos que faziam aumentar a produção excedente.

Esta determinação dos senhores feudais aos servos cobrando maior produtividade, defrontou-se com o acanhamento e o equilíbrio das forças produtivas, que impunham fortes limites à produção de excedentes. Isto provocou uma ruptura nas relações antes existentes ao mesmo tempo em que acendeu o êxodo dos servos para os centros urbanizados que surgiam em consequência da intensificação do comércio, fator este que permitiu a “livre” movimentação do

de dominação, menos aspera e agressiva ao corpo físico; no entanto, mais alienante e escravizadora quanto ao processo de desenvolvimento mental.

O desenvolvimento da circulação monetária resultou em acumulação de riqueza por parte da classe em ascensão, os comerciantes que na medida em que foram intensificando o comércio foram aumentando os seu poderes econômico, social e político, que a partir de então passou a cobrar maior produtividade ao mesmo tempo que foi intervindo diretamente sobre o que devia ser produzido. Estes, negociavam a venda das matérias-primas, compravam produtos acabados em diferentes regiões por onde passavam. E à medida em que este processo foi ocorrendo, foi-se inaugurando uma nova forma social de trabalho, mediante a qual o trabalho tornava-se “cativo” a um ente externo ao trabalhador – ao mestre artesão -, que passou a lhe cobrar por mais produtividade e a interferir no que devia ser produzido. Este fenômeno – que caracteriza uma nova organização do mundo do trabalho foi identificado por MARX (1987) e por ele denominado de subsunção formal do trabalho ao capital. Este conceito é a manifestação do início da gênese do modo capitalista de produção.

Mas a subsunção formal do trabalho só ocorria efetivamente quando havia a transformação de alguns mestres-artesãos em “capitalistas” . De modo que estes conseguiam acumular uma quantia mínima de riqueza que lhes proporcionasse a compra de mais alguns teares bem como a contratação de mestres-artesãos desprovidos dos meios de produção. Ao que MARX diz “A transformação do mestre-artesão em capitalista, da oficina artesanal em empresa, subordina o trabalho ao capital, isto é, o processo de trabalho torna-se meio material do

do processo produtivo, mediante o uso coletivo dos meios de produção, a reunião de vários trabalhadores sob um mesmo teto, desenvolvendo as mesmas atividades, e trabalhando sob a direção de um único proprietário dos meios de produção. No entanto, a compra da força de trabalho, no primeiro momento de manifestação do capital, não determina nenhuma mudança no processo de produção.

As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo (MARX, 1987, p. 413).

Desta forma é que a cooperação simples possibilitou o uso comum dos meios de produção, fazendo surgir mais mercadorias que iam sendo repostas à medida que ocorria o gasto na sua produção. Esta produção excedente, ao ser apropriada pelo comprador da força de trabalho, fez do trabalho implicado na sua produção, trabalho criador de riqueza. Assim, ele produz além do necessário para cobrir os gastos envolvidos na produção, o que é apropriado por outro. Com isto ocorre um segundo fenômeno que se desenvolveu e se desenvolve no mundo do trabalho, durante o processo de produção da mercadoria, também, identificado por MARX (1987) e por ele denominado, de mais-valia relativa. Diz ele que é mais-valia, porque se produz mais do que vale os gastos envolvidos na produção; e relativa, porque está na dependência da produtividade do trabalho que, no caso da manufatura, depende, fundamentalmente, do conhecimento e das possibilidades físicas do trabalhador.

limitação do desenvolvimento das forças produtivas, que a extração desta mais-valia relativa teve limites bem próximos, uma vez que se deparou com as possibilidades corporais da força de trabalho. Para este trabalhador de intensa jornada de trabalho havia e há garantias de um teto de pela sua produtividade que não lhe possibilitava e não lhe possibilita um nível de produção de excedente que resultasse/resulte na acumulação de capital necessário à universalização da força de trabalho, com a plena disponibilidade dela. Conseqüentemente, a hegemonia do capital, enquanto fator determinante na organização das relações sociais de produção, tornando a forma-mercadoria do produto como mediador das relações sociais, efetivamente não se deu e não se dá.

Frente ao exposto podemos entender como a forma capitalista das relações sociais foi basicamente fundamentada em meio à crise interna que ocorreu na sociedade feudal tal como ocorreu na região do Contestado. Esta foi decorrente das contradições que foram nela própria geradas e que resultaram em uma sociedade regida pela lógica do valor. Assim “Se compreende então, por meio de um princípio, que o trabalhador, despojado dos meios de produção, está também privado dos ‘meio de subsistência’, e que, ao contrário, um homem que está privado dos meios de subsistência, não possa criar qualquer meio de produção” (MARX, 1974, p. 35).

Desse modo, os meios de subsistência que até então mantinham-se “independentes” da forma através da qual o trabalho se dava, sob o modo de produção capitalista vão estar subordinados à lógica do capital e, desta forma, vão cumprir uma função de “capital” na relação empregador-força de trabalho. As

de trabalho. Nesta direção se encontram o trabalhador na sua trágica condição de trabalhador isolado e não como classe. Os meios de subsistência, ao serem a fonte de cálculo do valor da força de trabalho, cumprem assim o papel de agentes de capital contra o trabalhador, e tudo que este viesse a produzir e que ultrapassasse a soma desse valor mais o daquele gasto em objetos e meios de produção, seria sobre-valor, ou seja, valor criado sobre o valor investido, e do qual o trabalhador não receberia sua parcela:

Os meios de subsistência são uma particular forma material de existência sob a qual o capital se contrapõe ao trabalhador antes que este os adquira mediante a venda de sua capacidade de trabalho. Porém, mal começa o processo de produção, a capacidade de trabalho já está vendida, e os meios de subsistência já passaram, ao menos teoricamente, ao fundo de consumo do trabalhador (MARX, 1974, p. 36).

Assim, a propriedade privada dos meios de produção garante ao capitalista que o trabalhador produza não só mais-valor ao seu investimento, aumentando assim o volume do capital que tinha antes de desenrolar-se o processo de produção das mercadorias, mas acima de tudo, ela reproduz a relação capital-trabalho nos moldes-capitalistas. Ou seja, o ato de produzir sob as circunstâncias que o trabalhador produz, condiciona a reprodução das relações às quais está submetido; tornando-se, de tal modo, um processo dialético que continuamente enriquece o proprietário do meio de produção e reforça sua condição de criação de valor.

Portanto, a divisão do trabalho não se manifesta somente na forma de produção da vida social, mas também no núcleo da produção capitalista que é a indústria e especificamente através do processo de produção de mercadorias. O surgimento da indústria representou o rompimento da cidade com o campo a

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação da cidade e do campo [...] O antagonismo entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada que lhe é imposta, uma subordinação que de um lado faz um animal limitado da cidade, do outro um animal limitado do campo, e que dia a dia de novo produz o antagonismo dos interesses de ambos (1984, p. 64).

2.1 OCUPANDO OS ESPAÇOS “QUASE VAZIOS”

Essa retrospectiva ao passado foi necessária para que entendêssemos sobre o ambiente regional que como dissemos anteriormente não diferia em muito daquele vivido na Europa Ocidental, porém aqui o processo de colonização que ocorreu no epicentro do Movimento do Contestado ocorreu de forma mais lenta que em outras regiões brasileiras, e não foi muito diferente daquele falado por Gilberto FREYRE,

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela a espada do particular. Mas tudo pelo subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional (1992, p. 4).

Para entendermos melhor este processo, tomamos emprestadas as palavras de Milton SANTOS (1992) sobre o significado de espaço e elementos do espaço, pois para este geógrafo, o espaço é um “fator de evolução social, não apenas como condição,” mas, também, “como uma instância da sociedade, ao mesmo tempo em que a instância econômica e a instância cultural-ideológica” O

... e controlado pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está para a economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico” (SANTOS, 1992, p.1)

Enquanto os elementos são a “base de toda dedução”, “pelo fato de disporem de extensão, eles também são dotados de uma estrutura interna, pela qual participam da vida do todo de que são parte e que lhes atribui um comportamento diferente (para cada qual), como reação ao próprio jogo das forças que o atingem”. Nesta mesma visão, os elementos do espaço são, portanto, “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”. (SANTOS, 1992, p. 6) Dessa forma os homens são:

... ‘elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso’. [...] A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc. (SANTOS, 1992, p. 6)

E é na qualidade de fornecedores de trabalho que vamos encontrar entre a população rústica do Contestado, os caboclos lavradores, agregados, peões, fazendeiros, foreiros, posseiros entre outros, e podemos dizer que, pelo seu modo de comportar-se, pela sua simplicidade, pelo grau de conhecimento – analfabetos em sua maioria – podiam ser confundidos entre si; no entanto para AZEVEDO (1996, p. 603) em nenhuma época do século XIX se preparou tanto e se produziram acontecimentos tão importantes para a vida nacional quanto no último quarto do século, quando se verificou o primeiro surto industrial, estabeleceu-se

organização do trabalho livre e inaugurou-se a experiência de um novo regime.

2.2 TARTARUGAS ... LENTOS, MAS NEM TANTO

Nas províncias de Santa Catarina e Paraná:

... na fase inicial, a penetração não podia ser obra de empreendedores isolados, após o estabelecimento das fazendas e, não obstante o fato de a lida do gado exigir mão-de-obra relativamente pequena, persistia a necessidade de defesa contra as incursões indígenas e se acentuavam os conflitos entre os ocupantes. Somente pela exibição de poder ou pelo uso efetivo da violência, eram respeitados os limites das glebas apropriadas ou era possível a expansão na direção de novas áreas. (MONTEIRO, 1981, p. 19)

O cabocio sertanejo, que era trabalhador despossuído de bens materiais e rico em fé, fez-se um tipo humano e social que na época do Movimento foi considerado pelas autoridades governamentais e pela classe dominante como: “analfabeto”, “iletrado”, “marginal”, “fatalista” e “carente”, “lerdo como boi carreiro”. No entanto, em nível federal, as exigências aconteciam e era possível esperar. Por isso, nestas províncias, mesmo lentamente, as transformações de natureza político-administrativa que se seguiram à proclamação da República, somaram-se a um incipiente crescimento econômico e a uma progressiva diferenciação social, que acabou por dinamizá-las.

Porém, a formação social concreta só ocorria na medida em que as relações de produção iam se organizando, até mesmo no consciente do sertanejo. Desse modo é que podemos ver a inexpressividade da instituição escolar no norte catarinense, pois aqui residia e reside a população mais pobre do Estado (DIÁRIO CATARINENSE, 1 ago. 1977, p. 1) que mesmo constituída de

excesso de via, precipitava-se a morte.

Os grupos humanos eram esparsos na região norte catarinense, alguns povoadores reuniam vinte ou trinta famílias distantes entre si, tendo em comum a proximidade da Estrada de Tropas, o Caminho do Sul, a Rota dos Sertões para Viamão, aberta por Cristóvão Pereira de Abreu, cujo caminho desempenhou importante papel não só econômico, mas também social e político, pois constituiu-se no principal vínculo a unir o sul ao centro do país. Não passava como já dissemos anteriormente de uma trilha amoldada a casco do burro e ao passo das boiadas, cuja influência só se esvazia com a chegada do trem de ferro e navios a vapor que, mais tarde, serviram para o transporte tanto da madeira como da erva-mate que era nossa principal riqueza (QUEIROZ, 1981).

A população rústica do Contestado não sentia necessidade e **não reivindicou escolas** antes do início do século. Na realidade, a instrução informal lhe era suficiente.

Enquanto na capital a educação já era motivo de interesse dos governantes, a distante Canoinhas contrariava as idéias de modernização que viria ocorrer com a chegada dos primeiros imigrantes estrangeiros para formar núcleos urbanos mais concentrados.

No entanto, os primeiros habitantes se fizeram trabalhadores subalternos e não demonstravam ter consciência da necessidade da educação escolar como um meio de chegar ao mundo da produção. Isto só acontecia no pico da pirâmide que controlava o poder, entre os coronéis, os fazendeiros, cujas terras eram tão extensas que chegavam a demandar três dias de viagem. (QUEIROZ, 1981) Ali,

um professor ensinasse a educação básica a seus filhos.

Deste modo podemos dizer que a **educação escolar** se constituiu em uma forma de dominação da classe mais abastada, pois a transmissão do conhecimento elaborado e sistematizado se restringiu ao pequeno grupo composto pelos filhos dos fazendeiros que foram, portanto, os monopolizadores das letras e da cultura que asseguravam e reproduziam as relações sociais vigentes.

“A maneira da população cabocla foi, dessa forma, composta historicamente à margem do sistema de **educação oficial e formal**”. (JESUS, 1991, p. 27). (Sem grifos no original). Daí a importância das **pregações dos beatos** enquanto forma de exercer uma **prática pedagógica** inculcadora de visão de mundo.

Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam (MARX, 1987, p. 851)

Assim, foi que a formação dessa população no início do século XX se fez trabalhadora na região do Contestado, ora das fazendas, ora dos imigrantes que iam chegando ao Planalto Norte Catarinense, ora das Empresas de colonização ou mesmo da Lumber, que por pertencer ao sindicalista e empresário estrangeiro Percival Farquhar era detentora de grande poder e de capital, que quando não empregava, excluía, como veremos mais adiante nessa dissertação.

Deste modo a relação da produção que surgiu pela própria necessidade do trabalho que aflorou na consciência daquele homem numa dimensão educativa de

realidade.

Podemos dizer, a partir do que lemos, vimos e ouvimos, que a falta de consciência sócio-política não importava ao homem da região do Contestado, em especial o caboclo, desse valor à educação, até devido ao baixo nível sócio-político-econômico e cultural em que este se encontrava na região. Não tinha consciência, nem mesmo da necessidade da legalização do pouco espaço de chão de que era possuidor durante o Império.

Lílian Anna WACHOWICZ ao se referir à educação no Paraná apresenta algo que pode muito bem ser comparado ao que acontecia no vizinho Estado de Santa Catarina no início de seu povoamento e colonização: “A característica de isolamento, conjugada com o interesse do grupo dirigente de manter o poder local a qualquer preço, produziu o que se chama até hoje, na imprensa local, a síndrome de timidez/introversão que caracteriza o paranaense”. (1984, p. 34)

Como em todos os outros estados brasileiros, aqui também estava acontecendo uma transformação ocasionada pela mudança de regime governamental. É importante notar que nos Estados de Santa Catarina e Paraná a abertura para a vinda dos imigrantes era bastante incentivada principalmente pelas empresas de colonização que tomavam como base a “Lei das Terras” (LEI Nº 601, 18/09/1850), apesar desta não ter agradado os grandes latifundiários das áreas açucareiras e cafeeiras. “Assim, a chamada Lei das Terras, de 1850, embora visasse a criar tanto pequenos como grandes proprietários rurais, foi distorcida pelos potentados territoriais para legitimar suas reclamações de fato sobre vastas faixas de terra e, sistematicamente, impedir os pequenos

Era, na realidade, um ponto de atrito que se instalava na legislação brasileira, colocando antagonicamente, aqueles que viam, de um lado, a pequena propriedade como a salva-guarda da agricultura brasileira e, de outro, aqueles que tinham a agricultura extensiva e de exportação como a grande salvação da economia nacional.

Para que esta legislação se concretizasse algumas mudanças legais se fizeram necessárias, pois faltava-lhe a regulamentação e esta aconteceu através do Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que veio acrescida de nove capítulos que tratavam da criação da “Repartição Geral das Terras Públicas”, onde constavam: a medição das terras públicas, da revalidação e legitimação das terras, do modo de extremar o domínio público do particular, da mediação das terras que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo da venda das terras públicas, das terras reservadas, das terras devolutas situadas nos limites do Império com países estrangeiros, da conservação das terras devolutas e alheias e do registro das terras possuídas (PIAZZA, 1994).

No entanto, sobre este processo de colonização, Marli AURAS aponta os estudos de José de Souza Martins:

Os fundamentos principais da questão agrária brasileira estabeleceram-se pela combinação de duas instituições sociais: a propriedade capitalista da terra e o trabalho livre. A primeira adquiriu forma em 1850 através da Lei nº 601, conhecida como Lei das Terras. A segunda generalizou-se em 1888 com a abolição da escravatura. A Lei 601 foi promulgada em face da futura provável emancipação do trabalhador cativo para promover a criação de um mercado livre de força de trabalho após a libertação dos escravos. Supunha-se que a ampla faixa de terras livres ou devolutas do país poderia vir a ser ocupada por escravos emancipados, promovendo uma evasão de força de trabalho, se o Estado não restringisse artificialmente a abundância de terras. A Lei estabeleceu que a terra seria ocupada unicamente por meio de compra (1995, p. 29).

como já dissemos anteriormente, era muito tímido. O Decreto nº 2.168 de 1º de maio de 1858, aprovou o regulamento para transporte de imigrantes e, este foi complementado por outro Decreto, o de nº 3,254 de 20 de abril de 1864, que criava o cargo de Agente com atribuições especificadas.

Após estes, outros Decretos e correções, aprimoraram a Lei das Terras que incentivavam, assim a vinda de imigrantes em detrimento do brasileiro que era em grande escala escravo ou filho deste; portanto, não poderia ser um possuidor de terras (PIAZZA, 1994), pois não passavam de simples trabalhadores agrícolas, sem condições financeiras, sem propriedade, sem escolaridade, sem crédito, sem prestígio social-econômico-político, viviam de forma isolada, solitária e dependendo em “quase” tudo do poder dos coronéis, não podendo deste modo adquirir terras frente às exigências feitas pela própria criação da Lei das Terras.

O imigrante tinha na realidade como maior função suprir a mão-de-obra agrícola até mesmo na “lavoura de subsistência abandonada pelos naturais da terra e pelos povoadores que preferiram empregar-se no comércio de tropas, na exploração do mate e depois na exploração da madeira e do pinho” (WACHOWICZ, 1984, p. 35).

Na mesma obra de WACHOWICZ, menciona Pinheiro MACHADO para dizer que:

Negócios fáceis e rendosos como eram (pois a erva-mate é nativa e não exige cultura e o comércio de animais embora exigisse capital propiciava rendas com o simples arrendamento dos campos para períodos de internagem) – encerram dentro de seus quadros de atividades, a maioria da população, que abandonava cada vez mais os trabalhos da agricultura. E à medida que isso acontecia, ia sendo agravada a crise endêmica de abastecimento (1984, p. 35).

acabou por levar o caboclo a uma situação inferior a que já se encontrava e quando conseguia encontrar trabalho empregava-se tanto como peão, como mão-de-obra nos ervais e, como trabalhador braçal distinguia-se facilmente “por não ser proprietário das terras onde trabalhava [...]. Sua produção era destinada ao fazendeiro, via de regra, apesar de muitas vezes, possuir suas roças e até mesmo seus animais” (JESUS, 1991, p. 80).

Estavam assim, caracterizadas na região as condições de trabalho relacionado à forma de pagamento. O trabalhador, na maioria das vezes, recebia em troca de seu trabalho apenas os produtos necessários para sobrevivência. Evidenciava-se no caboclo o empregado e não o assalariado, característica do modo de produção feudal.

Maurício Vinhas de QUEIROZ (1981) caracterizou o não assalariamento e também o lugar do caboclo frente à sociedade, pois peões das fazendas de gado tinham nesta sociedade rústica, um lugar que mais lembrava o de servos domésticos do que a condição de proletário do campo.

Eram tão evidentes as diferenças sociais entre o proprietário e o camarada que Setembrino de CARVALHO (1916) chegou mesmo a dizer que tal sorte manifesta nas relações de trabalho, em muito se assemelhava àquela existente entre o escravo e o senhor. Frente a essa forma de servidão JESUS (1991, p. 81) referindo-se a posição de NOSELLA sobre sistemas sócio-econômicos com base no monopólio da terra, escreve:

Dentro de sistemas sócio-econômicos onde a produção é fundamentalmente de consumo, onde a terra é a dimensão do poder sócio-político das classes aristocráticas, onde a afirmação de que os homens são por natureza desiguais é tida como racional, o trabalho humano só podia ser concebido como estigma fatal

do Contestado, seu lugar de vida e de trabalho nas fazendas passou a ser a única opção, tinha “trabalho assalariado”, caso contrário, como já dissemos anteriormente, o pouco que tirava na lavoura de subsistência dava para seu sustento. Destarte, de que havia interesse por parte daqueles que controlavam o poder tanto na esfera pública como na privada de manter estas condições de penúria e pobreza.

A conservação e a reprodução dessas condições foram tratadas na obra de Oswaldo Rodrigues CABRAL intitulada *A campanha do Contestado*:

Se o senhor se via obrigado a desfazer-se dos escravos, vendendo-os, aos agregados despedia. Assim, constituíam eles uma população sem terra, sem gado, sem outros bens senão os recebidos da minificência do senhor. Duas ou três vacas leiteiras que possuísse e uma rocinha plantada geralmente nas terras do latifundiário eram tudo o que geralmente possuíam. A sua pobreza era permanente, embora fosse permanente a necessidade da sua existência, a fim de poder ser mantida a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio. (1979, p. 89)

O autor continua dizendo que “Quem possuísse menos de dois a três milhões de metros quadrados não poderia suportar o ônus da sua manutenção. Era pobre. Desclassificava-se economicamente. Conseqüentemente, também, no plano social”.

Deste modo podemos entender que aquele cabocio, caipira, sertanejo crente, místico e pobre não passava de um elemento gerador preparado pedagogicamente para manter o poder de seu senhor. Assim, o poder hegemônico do fazendeiro constituía-se em uma realidade que além de manter o *status quo*, persuadia a mão-de-obra da qual era praticamente o dono a aceitar os valores, os costumes e as tradições por ele impostos. Para GRAMSCI, “a hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, isto é, o poder de

Neste aspecto, podemos dizer que a fazenda do coronel não era apenas o lugar central da produção, mas também, o lugar de trabalho e de vida do caboclo trabalhador, onde **aprendia** a ser mais que um colaborador, aprendia a ser fiel e sempre solidário para com o patrão. Este procedimento nada mais era que o resultado do processo “educativo” sofrido pelo trabalhador transmitido de geração a geração, que também foi definido por CABRAL como:

A solidariedade entre os elementos do latifúndio – senhor e agregados – era, assim, uma imposição vital. Daí não possuir, via de regra o agregado, outros sentimentos, outras paixões, outros afetos que não os de seu senhor. [...] Tal organização, com o decorrer dos tempos e com o desenvolvimento da região, só poderia conduzir a um caminho: - o da formação de influências sociais baseadas não só nos laços de sangue, que congregavam as famílias oriundas de um mesmo tronco comum, como alicerçadas no prestígio econômico – conduzindo ambas, em última análise à importância política (1979, p. 90).

Nessa perspectiva é que mais uma vez emprestamos as idéias de JESUS (1991), interpretando este processo como um **processo educativo** do trabalhador no interior das relações econômico – sociais do tipo patrimonialista que consistia, de um lado, no aprimoramento reiterativo das mãos que trabalham e, de outro, na repressão de qualquer movimento de criatividade humana que, por ventura e heresia teimasse em descolar o corpo do homem trabalhador e mais adiante ele acrescenta: Educar era sinônimo de repressão, pois equivalia a cortar qualquer asa dos trabalhadores para que não voassem para além, para longe do seu feudo ou do *tripalium* do qual fazia parte naturalmente. Isso caracteriza um tipo de **ação pedagógica** que BOURDIEU-PASSERON chamaram de “violência simbólica” caracterizada pela ação da “autoridade pedagógica”, seja ela familiar, social ou institucional (1982, p. 21-25).

condicionada à relação produtiva e social da classe dominante. Ao que Octávio IANNI, citado por JESUS, explicita ao falar do trabalhador de fazenda:

... se encontra prática e ideologicamente, vinculado à fazenda, aos fazendeiros, aos meios de produção, aos outros trabalhadores e suas famílias, à capela e à casa grande. Ele se compreende como membro de um nó fortemente carregado de valores e relações de tipo comunitário. É bem verdade que neste ambiente ele não se apropria a não ser de uma parcela reduzida do produto do seu trabalho. Entretanto, as relações sociais em geral inclusive as suas relações com o fazendeiro (ou seus prepostos), estão carregadas de significativos peculiares dos valores e padrões de ação e pensamentos específicos da fazenda, como sistema patrimonial de organização social [...]. Nesse ambiente predominam as relações face a face, características dos grupos primários. Por isso, é que o fazendeiro pode ser compadre (do trabalhador) (1991, p. 84).

Essa observação nos estimula a lançar mão do que escreveu Celso

FURTADO em sua obra *Dialética do desenvolvimento*

O homem que sai e entra na sua casa está saindo ou entrando numa parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida de trabalhador escapa do sistema de normas que disciplinam sua vida de trabalhador. Dessa forma, a experiência de vida prática não lhe permite desenvolver-se como cidadão de ganhar a consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino [...] Esses homens pouco ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estão agrupadas em alguma aldeia; esta encontra-se implantada dentro de uma propriedade razão pela qual a vinculação pessoal com uma autoridade pública perde nitidez em face a presença ofuscante da autoridade privada (1984, p. 120-121).

Frente ao exposto, podemos entender o modo de vida do caboclo trabalhador do sertão, o seu jeito de pensar e o seu agir prendiam-se mais às relações sócio-econômicas de subsistência, pois seus objetivos não iam muito além dos limites fundamentais da vida. Assim, é que mais uma vez usamos as idéias de MARX (1987), quando diz que o processo de trabalho não se reduz e nem está sujeito à operação da lei do valor de troca, que constituiu a força coercitiva da competição que determina o tempo e o ritmo de trabalho dentro de

denominou "valor de uso e valor de troca", o que ele complementa dizendo "uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outro, dar a origem a valor-de-uso social" (1987, p. 47).

Diante disso, acreditamos que o modo como se desenvolveu a formação do caboclo do norte catarinense esteve longe de se constituir na história de homem livre, até porque foi preparado pedagogicamente para ser um trabalhador subalterno. Oprimido pela estrutura desigual e de dominação patrimonialista, que tomou por base os meios de produção detidos nas mãos e poderes dos coronéis, caracterizando assim, uma realidade de trabalho que se definiu historicamente dentro de um contexto voltado para as formas de opressão, dominação e exploração que se faziam sentir diretamente na relação patrão/servo, indiretamente pela inculcação de uma cultura de conformismo, via ação pedagógica.

Mesmo perante a criação das Leis e dos Decretos que facilitaram a vinda dos imigrantes, o processo começou acontecer de forma lenta dadas as dificuldades da própria natureza encontradas nessa região. Além destas confrontarem-se com pessoas pobres, que pertenciam ao mundo dos despossuídos, um mundo subalterno que estava inserido numa organização social onde prevaleciam e podemos dizer mesmo que prevalecem ainda hoje os interesses daqueles que detêm a hegemonia, não só pela estrutura econômica, mas também por meio de relações políticas e culturais. De modo que o caboclo

porque, em grande parte, tende a aceita-la" (1991, p. 97).

Neste contexto, a sociedade de dominação do tipo patrimonialista, assumida pelo coronelismo como forma de poder político deu conotações de direito natural do mais forte e do mais rico, onde o fazendeiro, chamado de coronel, oferecia proteção aos caboclos despossuídos ao mesmo tempo que exigia incondicional respeito e apoio, sobretudo, a todas as decisões. Pois este homem, matuto sertanejo desconhecia o que VÁSQUEZ, (1977, p. 15) nos fornece:

O homem comum corrente, enredado no mundo de interesses e necessidades da cotidianidade não ascende a uma verdadeira consciência da praxis capaz de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática para percebê-la, sobretudo em algumas de suas formas - o trabalho, a atividade política, etc. - em toda sua dimensão antropológica, gnoseológica e social. Ou seja, não consegue ver até que ponto, com seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana - como processo de formação e autocriação do homem - nem pode compreender até que grau a *praxis* necessita da teoria, ou até que ponto sua atividade prática se insere numa *praxis* humana social, o que faz com que seus atos individuais influam nos dos demais, assim como, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade. Pois bem, a superação dessa concepção da *praxis* que a reduz a uma atividade utilitária, individual e auto-suficiente (com relação à teoria) é uma empresa que está além das possibilidades da consciência comum e que ela não poderia cumprir sem negar-se a si mesma.

Trata-se de uma característica do clientelismo, relação social e política que se arraigou na vida brasileira até os dias de hoje. O clientelismo só é possível dentro de um modo de produção cujas relações de produção são hierarquizadas e mantidas pelo "favor" prestado pelo mais forte em forma de proteção e pela subserviência prestada pelo mais fraco ao mais forte. Podemos dizer que o clientelismo foi mantido, também, através da relação pedagógica estabelecida à margem da instituição escolar, entre os senhores (coronéis) e os trabalhadores.

eliminando a consciência daquilo que com ele ocorria. Era escrava pensando ser livre; poderia ser livre, mas se percebia acorrentado.

Os monges, em especial o segundo João Maria, e o terceiro, José Maria, souberam com inteligência, utilizar a ação educativa, via conversa informal, pregação e catequese, despertar a consciência desse homem pobre da campanha e, ao se dar conta da situação de opressão em que se encontrava, percebeu, também, que poderia, através da luta, da força, por abaixo o regime escravizador que o oprimia. A ação educativa então desenvolvida dispensava o concurso da escola, pois, ao partir da “prática social dos educandos: permitia-lhes responder as perguntas básicas de quem são, o que fazem, o que sabem, o que vivem, o que querem, que desafio enfrentam”. (FREI BETTO, 1986, p. 77).

3.0 ALIMENTANDO O MONSTRO COM FORÇAS CELESTIAIS: UMA “APRENDÊNCIA” DIVINA?

Temos que começar nossa busca de um novo sistema de valores naquele ponto de nossa história ocidental em que a religião não havia sido pervertida pelo culto à cobiça, à concorrência e ao rendimento. Isto significa que devemos voltar sobre nossos passos e desentranhar, na medida do possível, o cristianismo, que informou a cultura ocidental antes do aparecimento do mercantilismo, do capitalismo ou da industrialização

HARVEY COX

No quadro do fenômeno e do período histórico que estamos estudando não há como falar em educação sem falar em religião e sem fazermos uma retrospectiva analítica e histórica da Igreja, enquanto um dos principais aparelhos ideológicos a buscar e a trabalhar a questão da hegemonia.

Através das crenças individuais e dos movimentos de massas é que poderemos entender a formação dos conjuntos humanos na área, que é o objetivo de nossa pesquisa. Portanto, a formação dos grupos sociais que são gerados pelo próprio funcionamento dos conjuntos articulados e designados pelas relações que existem entre os atores sociais no Contestado.

Para tanto, uma volta ao passado nos faz lembrar que foram os conjuntos sociais que reivindicaram um sistema de instrução no primeiro quarto do século XVI, logo após a guerra dos camponeses na Alemanha de 1525, como aconteceu em muitas cidades européias e mais tarde em terras americanas, nas quais o

sejam abolidos e que ueies se tire o necessario para manter um pároco, capelão, mestre, que ensinem juntos, gratuitamente, os filhos dos ricos e dos pobres” (MANACORDA, 1997, p.195).

Podemos até mesmo dizer que foram os Reformadores os que mais provocaram levantes sociais e que ocasionaram mudanças nos projetos educacionais, como foi o caso da criação de um ginásio na cidade de Estrasburgo – 1538, por Johan Sturm, amigo de Melanchton e de Lutero. Da mesma forma, Ulrich Zwinglio publicou, na Suíça uma obra intitulada “Livreto para a instrução e a educação cristã das crianças” (1523). Lembremos, ainda, de Lutero que, em 1524, publicou um dos mais importantes manifestos da história da escola alemã.

Eis parte de seu conteúdo:

Aos conselheiros de todas as cidades da nação alemã, para que instituem e mantenham escolas cristãs: [...] Caros, Senhores, cada ano gasta-se tanto em espingardas, estradas, caminhos, diques e tantas outras coisas desse tipo, para dar a uma cidade paz e conforto; mas por que não se investe muito mais ou pelo menos o mesmo para a juventude pobre e necessitada, de modo que possam surgir entre eles um ou mais homens capazes, que se tornem mestres de escola? [...] a prosperidade, a saúde e a melhor força de uma cidade consiste em ter muitos cidadãos instruídos, cultos, racionais, honestos e bem-educados, capazes de acumular tesouros e riquezas, conservá-los e usá-los bem... E neste ponto os professores nos propõem, para nossa vergonha, um grande desafio, eles antigamente, especialmente os gregos e os romanos, sem saber que isto agradava a Deus, instruíam e educavam seus filhos e filhas com tanto empenho que se tornavam realmente hábeis: tanto que me envergonho de nossos cristãos e especialmente de nós, alemães, quando penso que somos verdadeiros caras-de-pau ou bestas, pois, contudo, ousamos dizer: Bah! Para que nos servem as escolas, a não ser para formar padres? Não obstante sabemos ou deveríamos saber o quanto é necessário, útil e agradável a Deus que um príncipe, senhor ou conselheiro seja instruído e capaz de viver cristãmente segundo sua condição. E, como disse, mesmo se não existisse a alma e não fossem necessárias a escola e as línguas para conhecer a escritura divina, todavia, para instituir escolas de ótima qualidade, para os meninos e as meninas juntos, em todas as localidades, bastará só esta razão: que o mundo, para conservar exteriormente sua condição terrena, precisa de homens e de mulheres instruídos e capazes; de modo que os homens sejam capazes de governar adequadamente cidades e cidadãos e as mulheres capazes de dirigir e manter a casa, as crianças e os servos. Ora, homens desse tipo devem ser educados assim desde crianças, como também mulheres desse

que na América, tem sido instrumento de diversas correntes de pensamento, credos e ideologias contribuindo para a hegemonia de grupos ou facções, ou oferecendo possibilidades de superação de condições insatisfatórias de vida.

Conforme podemos ler em Atos dos Apóstolos 2. 42-47

Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos os dias o tempo. Partiam o pão nas casas e tomavam a comida com alegria singela de coração, louvando a Deus e cativando a simpatia de todo o povo. E o Senhor cada dia lhes ajuntava outros, que estavam a caminho da salvação (BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento, p.144). (Sem grifos no original)

Os colonizadores que chegaram às Américas encontraram agrupamentos humanos onde **todos viviam unidos e tinham tudo em comum**, de acordo com sua fé e seu credo.

Mesmo as populações primitivas viam-se diante de insatisfações e “imperfeições do mundo, comparadas com a pureza de um modelo sobrenatural, segundo o qual deseja modificar o que de errado existe”. (QUEIROZ, 1976, p. 31) É neste aspecto que o colonizador encontra-se mais forte, pois, passou a fazer uso daquilo que tão bem conhecia na Europa – a religião, a educação, e o trabalho.

Aujor Ávila da LUZ em sua obra, *Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos: os fanáticos*, escrita em 1951 e reeditada em 1999, aponta que o povoamento do Planalto Norte Catarinense só ocorreu realmente a partir do século XIX, sem sofrer influência de brancos e índios litorâneos que já se encontravam em um processo de civilização mais adiantado. Mostra ainda que os índios kaingang – senhores da região, chegaram até mesmo a firmar acordos e

peças de terras e senhores catarinenses e que deste modo estão excluídos no processo de formação étnica da raça cabocla que surgiu na região (1999, p. 65-66).

Assim, podemos entender que o índio antes habitante da região, mesmo sendo considerado por muitos brancos (bandeirantes) como selvagem e feroz, sofreu diversas incursões e 'batidas', motivo este que permitiu que pouco ou quase nada influenciasse a formação etnogênica do caboclo; pois quando guerreado, ele se tornou o inimigo irreconciliável e, quando aprisionado, não se escravizou, nem se cruzou; fugiu ou morreu de doença ou nostalgia (LUZ, 1999, p. 66).

Portanto, para o mesmo autor, o sangue que corre nas veias daqueles homens de tez morena, acanhados, lerdos no pensar e falar, místicos e desconfiados, que não dispensavam uma arma e que se fizeram temidos guerreiros, herdaram tudo isto dos bandeirantes, dos mamelucos e dos índios "mansos" de São Paulo.

Durante o primeiro século após o descobrimento do Brasil, poucas foram as entradas de imigrantes brancos no Planalto Catarinense, fato que levou a pequena população paulista e branca a fazer uso do braço indígena para o beneficiamento das sesmarias e para a construção de vilas, sendo estes poucos os senhores do poder e do controle do mercado escravo silvícola, mas são estes mesmos senhores da escravidão do índio que caracterizaram a mesclagem das duas raças: a escravizadora e a escravizada (LUZ, 1999, p. 66).

A violência, vestindo o manto colorido da religião e do progresso deu início

região, porém mais que os próprios brancos apegados ao pai branco (MONTENEGRO, 1974, p. 33)

O mesmo autor descreve os caboclos como pessoas francas, leais e honradas, capazes de sacrificar sua vida em favor do patrão, mas também, tinham dentro de si o lato sentimento da justiça e ao mesmo tempo, temiam e odiavam a justiça deste homem. Eram “perfeitos conhecedores do território, afeitos à tática dos bandoleiros” (CARVALHO, 1916, p. 17). Corajosos e violentos, apegados à exibição de suas façanhas e valentes diante de proezas “imaginárias”, usavam armas como se estas fizessem parte da própria indumentária, e usavam-nas com grande destreza, habilidade que adquiriram através da lida e do manejo no corte da erva – mate, árvore nativa, produto cobiçado e rico na região.

Foram estes caboclos, caipiras e sertanejos que formaram a chamada sociedade rústica do Contestado que era composta, como já dissemos, praticamente de caboclos pardos, que apresentavam como características sociais a preferência aos modos simples de viver, que ao luxo dos casarios, mas mesmo na simplicidade de sua vivenda procuravam ser hospitaleiros, cheio de atividades, muitas das quais estavam diretamente ligadas aos costumes de seus antepassados, viviam com gosto, a solidão campeira. Eram homens de poucas palavras, que dormiam e acordavam muito cedo para as lidas diárias, eram afeiçoados à linguagem dialetal, heranças deixadas pelos gaúchos (TOKARSKI, 2000). Mas, eram, também, profundamente religiosos, vivendo a religião à sua maneira, até mesmo devido à ausência da Igreja oficial.

elementos marcantes e característicos, pois, era forte a presença dos “laços de interdependência entre iguais e entre desiguais, de um autoritarismo escalonado em pirâmides de poder e de chefias fundadas na possibilidade de disposição de recursos” (1974, p. 21).

1) *“necessidade de cooperação; 2) autoritarismo quase militar; 3) disponibilidade mínima de recursos materiais”*.

Em 1912, ao eclodir a Guerra do Contestado, as características que formavam as estruturas sociais no Planalto norte Catarinense só se evidenciaram, pois eram muito fortes a presença e a existência das clientelas e parentelas, que por sua vez formavam um sistema de compadrio, estudado por Antonio Candido de MELLO E SOUZA como população rústica.

A “população rústica” brasileira que é múltipla e colorida pela sua formação e colonização, viveu um período chamado por MELLO E SOUZA (1964) de “cultura rústica,” que para o mesmo autor não quer dizer que equivale à rural, ou rude, tosco, embora os englobe, o que ele pretende dizer aqui é que no Brasil há “um tipo social e cultural próprio” e que resultaram “universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajuntamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine” (1964, p. 7).

Podemos dizer que este conceito de cultura rústica é semelhante àquele utilizado por REDFIELD quando associa essa à cultura camponesa: “A condição

sociedades parciais, dotadas de culturas parciais” (MELLO E SOUZA, 1964, p. 8) e em uma destas culturas é que enquadramos o caboclo do Contestado, que para o mesmo autor essa cultura significa cultura do homem do campo.

Cultura esta que foi se processando de forma lenta, já tendo sido tratada por muitos autores em suas análises, como foi estudada na História da Educação, por Fernando de AZEVEDO, “[...] a vinda dos padres jesuítas em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas conseqüências que dela resultaram para a nossa cultura e civilização” (1996, p. 495).

Cultura esta, que tem sentido amplo e engloba além do senso comum, o conhecimento filosófico. É o que SPEYER procura explicitar à semelhança de SAVIANI⁹, ao tratar do tema em seu estudo sobre a cultura na encíclica “*Gaudium et Spes*”, nº 53 §

[...] ela é como a trama da vida quotidiana dos povos e compreende o conjunto de conhecimentos, mesmo os mais humildes, as maneiras de viver, de pensar e de agir. Resultam daqui várias conseqüências, cuja evocação encontramos no capítulo da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*: 1) Cada povo tem uma cultura que totaliza o conjunto de comportamentos, dos conhecimentos e das opiniões que ele aprova; é por isso que ele considera como “cultos” os seus membros que melhor realizam o conjunto dessa cultura. 2) Esta cultura concreta de cada povo está inteiramente ligada à sua própria história (n.º 53 § 3). Contém toda uma sabedoria de tradições transmitidas de geração em geração, pelo conjunto de uma vida social, inculcadas muito especialmente em cada indivíduo, durante os seus primeiros anos, pela vida familiar (n.º 61 § 2), cuja importância nunca deve ser descurada (1983, p. 9).

⁹ SAVIANI afirma que “passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção

... apresentam as condições de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais dependem a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade nas necessidades a serem satisfeitas” (MELLO E SOUZA, 1964, p. 9).

Diante destas necessidades sociais e culturais, é que podemos tratar dos motivos que trouxeram ao Brasil os padres jesuítas os quais segundo AZEVEDO teriam sido apóstolos dispostos a todos os sacrifícios, homens de “fé inabalável”, de disciplina rígida, haviam surgido na Europa em um momento de plena tempestade da Reforma, possuidores também de uma “[...] cultura literária sagrada e profana, erguida em alto nível e utilizada como instrumento de dominação, fizeram dos missionários a força mais eficaz e robusta na luta contra o protestantismo e na implantação do poder da Igreja entre os povos fiéis” (1996, p. 496).

Deste modo podemos ver que não foi por acaso que o planalto serrano de Santa Catarina e Sul do Paraná já estava estruturado nesta sociedade rústica, que apresentava, também, grande tendência ao **catolicismo rústico**, que foi estudado por Maria Izaura Pereira de QUEIROZ (1976) como sendo movimentos messiânicos rústicos, pois estão diretamente ligados à vida rural, do homem do campo, onde aparecem como elementos muito fortes e marcantes as Irmandades e as Confrarias, bem como as Lideranças Leigas.

Vários autores como BEOZZO (1977), AZZI (1986), OLIVEIRA (1976), QUEIROZ (1976) entre outros, que fizeram seus estudos sobre a vida monástica brasileira, apontam duas atividades religiosas de leigos anteriores ao processo de romanização do catolicismo brasileiro. São elas: as irmandades e confrarias, e as lideranças leigas.

As irmandades e confrarias são instituições que se fizeram presentes no Brasil desde o início da colonização portuguesa. De acordo com OLIVEIRA (1976, p.133), dois também foram os tipos que se fixaram no Brasil e se fizeram notar no sul do país.

O primeiro foi o das Irmandades de Misericórdia que eram destinadas à construção e manutenção de hospitais e abrigos para indigentes. Estas perduram até hoje. No segundo grupo ou tipo, podemos encontrar as irmandades de fins devocionais e cultuais. Estas também tinham atividades beneficentes, mas exclusivamente para os confrades e suas famílias, enquanto as Irmandades de Misericórdia atendiam a todos, fossem ou não membros.

Para entender de que modo estas intervieram na região do Contestado é interessante um estudo no desempenho das Irmandades e confrarias, já que estas tinham finalidade cultual e tiveram enorme difusão no Brasil, algumas existindo até hoje, outras por sua vez, tiveram duração efêmera. Sua principal finalidade era o culto ao santo patrono.

Entre as diversas irmandades há aquelas que se destacaram:

acompanhava o sacerdote que levava o viático; seus membros – só homens – tinham o privilégio de assistir à Missa entre o altar e a mesa da comunhão e de neste local, quando mortos, serem enterrados. Associados a esta supremacia religiosa estavam sua preeminência social: em geral, congregavam os homens mais importantes da elite local (OLIVEIRA, 1976, p.134).

Destacava-se também a Irmandade do Rosário que, não tendo finalidade litúrgica, congregava homens e mulheres para a reza do “breviário dos que não sabem ler” , e encarregava-se da manutenção do altar do lado do Evangelho, dedicado a Nossa Senhora do Rosário (OLIVEIRA, 1976).

Dentre todas as irmandades, essa era a que mais gente congregava, chegando mesmo a ocorrer casos de mais de uma Irmandade do Rosário na mesma cidade: uma para os Brancos, outra para os Pardos e outra para os Negros. Mas, além dessas, muitas outras irmandades e confrarias existiam, dedicadas ao culto de outros santos patronos, ou encarregadas de uma determinada festa. Assim, a Irmandade do Senhor dos Passos tinha a guarda da imagem a ser usada na procissão do enterro, na Sexta-Feira Santa era também a responsável pela procissão.

O mesmo OLIVEIRA cita o exemplo de São Paulo onde havia uma irmandade encarregada especialmente da celebração da descida da Cruz, que tinha uma imagem com engonços do Senhor Morto especialmente para este fim. (1976, p.135)

Não foram só as irmandades e confrarias que existiram, houve também as

expulsão. As Ordens Terceiras diferenciavam-se das demais irmandades e confrarias por estarem vinculadas à Ordem Primeira, mas em seu funcionamento (incentivar a devoção ao santo patrono e fins beneficentes para os confrades) seguiam os mesmos moldes das demais.

Segundo Pedro Ribeiro de OLIVEIRA, é necessário chamar atenção a três características das irmandades e confrarias.

1. Sua direção estava nas mãos dos leigos. Os confrades elegiam uma diretoria – mesa provedora – que tinha o poder para deliberar e decidir sobre todos os negócios da irmandade. O clérigo – o capelão – tinha uma atribuição exclusivamente religiosa: rezar missas pelos membros defuntos, encomendar o corpo e celebrar as missas festivas (que, conforme as capacidades econômicas das irmandades, podiam se constituir numa importante fonte de rendimentos para os padres). O capelão era contratado pela mesa provedora da Irmandade, podendo o contrato ser ou não renovado, para prestar seus serviços religiosos.
2. Cada irmandade ou confraria era uma entidade autônoma e isolada. Tanto ao nível paroquial – pois não havia um órgão de coordenação das irmandades – quanto ao nível supraparoquial – não havia confederação de irmandades, nem mesmo daquelas que se dedicassem ao mesmo fim (Irmandades de Misericórdia) ou ao mesmo patrono (Santíssimo Sacramento, Rosário, etc.). Uma vez aprovados seus estatutos pela autoridade diocesana e pelo Rei de Portugal, cada irmandade seguia seus próprios caminhos.
3. Das irmandades dependia o brilhantismo das cerimônias religiosas, especialmente das procissões. Cada Irmandade se encarregava de ornamentar a imagem do padroeiro, organizar os fiéis, animar a procissão com sua banda de música e seus cânticos, competindo entre si para promover a melhor festa ou se apresentar com mais força. Nas festas religiosas, a única atribuição do sacerdote era de rezar a Missa solene e atender os eventuais pedidos de sacramentos. Toda organização e todo o desenrolar das festas corria por conta das irmandades (1976, p. 135).

Essas características das irmandades e confrarias realçaram sua importância no quadro religioso brasileiro e muito especificamente na região do Contestado como forma de congregação e mobilização dos fiéis para as atividades religiosas, pois os próprios **leigos** se encarregavam de organizar a vida religiosa e as atividades beneficentes, enquanto o sacerdote se encarregava de

Os domingos de Páscoa de nossa região ainda apresentam as características que acabamos de descrever. É comum encontrarmos leigos (com dois e cinco anos de escola) que se faziam líderes religiosos ao mesmo tempo em que puxavam rezas e procissões, **ensinavam** o povo que os seguem.

Um ensinamento ambíguo, pois tanto poderia instruir para aceitação do *status quo* vigente quanto inculcar um espírito de rebeldia, preparando, diante desta última hipótese, o caminho para aceitação das homilias dos beatos. Tudo dependia de quem eram os líderes destes aparelhos laicos de ação pedagógica. Se membros da elite agrária, instruía para a conservação; se leigos ligados à camadas populares, atuavam no sentido de dotar a membresia de uma consciência capaz de por em xeque o senso comum.

Durante nossa pesquisa pudemos acompanhar algumas destas manifestações, mas duas merecem destaque por terem sido de maior relevância pelo fato de contarem com a presença de mais de duzentas pessoas e tanto uma quanto outra ocorram em municípios vizinhos e eram puxadas por mulheres de idade avançada.

Mulheres estas que naquele momento não eram representantes das instituições oficiais ou das estabelecidas, não eram também representantes do *status quo*, sequer correspondiam ao poder dominador vigente, no entanto, se faziam ouvir por algumas centenas pessoas que as seguiam e a partir de então deixavam de ser apenas dirigentes religiosas para se tornarem orientadoras de mentes carentes de toda espécie de necessidades, social, religiosa, médica e

não dava vivas somente aos Santos e ao Divino, mas também àquelas franzinas mulheres que rompiam com os “padrões” normais e atendiam a um público sem distinção de raça, cor ou carência e se transformavam desse modo em “grandes” mulheres que orientavam e praticavam assim, uma forma de educação, o exemplo mais forte desta liderança foi por nós observada durante a pesquisa quando encontramos com dona Maria Eufrásia.

Pudemos notar que entre os participantes desta procissão havia desde pessoas consideradas “bem de vida” como alguns acadêmicos, até crianças e jovens, adultos e idosos. Também foi possível percebermos nos traços e aspectos físicos daqueles devotos, que a grande maioria era de descendência cabocla e mestiços de poloneses e ucranianos. No entanto, nos traços de dona Maria Eufrásia nada indicava o porquê de tamanha liderança entre o povo que vimos segui-la.

Por este motivo nada melhor que chamarmos Riolando AZZI (1986) quando diz que os líderes locais eram pessoas que ocupavam posição proeminente nas atividades religiosas por sua dedicação ou vocação pessoal, e não por fazer parte de irmandades. Essas lideranças podiam ser ou não institucionalmente reconhecidas.

Recebiam autorização eclesiástica para o desempenho de suas funções (embora não recebessem cóngruas como os ministros ordenados) e podiam usar roupas pardas compridas.

Houve também as lideranças “não – institucionais”; eram homens que se dedicavam à vida profana / comitês / instâncias de governo /

faziam penitências e rezavam pelos próprios pecados e pelos pecados alheios.

Foram estes últimos que marcaram e escreveram a história de um Movimento que marcou sobremaneira a cultura da região, inclusive a sua educação (como veremos adiante) que ainda é muito presente em todo o sul do Brasil, pois é com grande frequência que podemos encontrar casas, tanto no interior do Paraná, como em Santa Catarina, onde em um lugar de destaque (geralmente a sala para entrada), a figura amarelada pela fumaça de velas, daquele que foi acusado por uma carnificina – São João Maria, mas que em verdade conquistou um lugar de respeito, de adoração e foi canonizado pelo amor do sertanejo que o mantém junto às imagens de santos consagrados pela Igreja.

Assim como a **religião não tinha necessidade de um local específico para realizar os seus rituais**, e as imagens de santos acompanhavam a figura do beato e os seus seguidores, **a educação não exigia a presença de um “templo” para se efetivar**. Em qualquer lugar e a qualquer hora os mais velhos ensinavam os mais novos, transmitindo-lhes as suas experiências e o seu conhecimento empírico. Se não se pode falar em escola peregrina, pode-se perceber uma **educação andarilha** que acompanha os “irmãos” na sua peregrinação e nas suas lutas, pois foram os primeiros “ermitães” e “sacristãos”, leigos devotos que reuniram o povo para as práticas religiosas, dirigiam o culto e tinham a responsabilidade pela guarda da capela ou ermida (local de culto). Esta forma de realizar a prática pedagógica desmistificou a escola enquanto lugar especialmente reservado para a transmissão do conhecimento das gerações mais velhas para as mais novas. Na realidade, fazia da prática pedagógica, do ensinar

3.2 PEDAGOGOS DA FÉ, PREGADORES DA EDUCAÇÃO

Falar nos habitantes do território CONTESTADO exige que falemos também naqueles que dedicaram parte ou toda sua vida à pregação religiosa, na forma de uma prática pedagógica continuada e persistente, mesmo que esta não fosse vista como um “bem” para a Igreja.

Era comum ver homens e mulheres que levavam dependurados ao pescoço pequenos oratórios e relicários, que eram objeto de piedade da população. Peregrinando pelo interior, rezavam, benziavam, casavam, batizavam e levavam a palavra divina até os mais humildes. Tidos como homens santos pelo povo, para quem sua reza equivalia a uma Missa, mas freqüentemente sofrendo oposição por parte do clero que os temia por ver neles educadores diretamente ligados a massa popular ao mesmo tempo que combatiam a ignorância religiosa.

Em momentos de crise social, esses “beatos” assumiram também liderança política, sendo considerados “fanáticos” e, como tais, combatidos pelas forças policiais e, nos casos mais sérios de “messianismo” pelas forças do exército federal. (OLIVEIRA, 1976, p. 137). Diante do quadro que se delineava, o catolicismo assentado sobre organizações e lideranças leigas debilitava o clero, porém dava dinamismo ao catolicismo do passado. A Romanização do catolicismo brasileiro iria, pouco a pouco enfraquecendo as lideranças leigas.

O processo de romanização do catolicismo brasileiro só poderia ser efetivo

(OLIVEIRA, 1985, p. 27), por motivos como esse e que a ação dos “Bispos Reformadores” pautou-se na restrição apenas à área especificamente religiosa sem recorrer ao poder político ou a pressões sociais para efetuar a reforma desejada; só em última instância as lutas ocorreriam fora da área especificamente religiosa. Como foi o caso dos messianismos destruídos pelas forças das armas, e também o caso da luta entre os Bispos e os leigos das irmandades no que se chamou a “Questão Religiosa” (1872-1875), em que foram usadas as armas políticas.

Este processo de destituição dos leigos nas irmandades e confrarias foi acompanhado do processo de destituição das lideranças leigas pelo clero secular que, voltado exclusivamente para as atividades religiosas e para o governo da paróquia, assumia efetivamente as funções de controle das atividades religiosas, recebendo relevante ajuda das “missões populares” que davam o tratamento de choque, o forte impacto emocional para a conversão à Igreja Romana e seus sacramentos.

OLIVEIRA apresenta um pequeno exemplo no processo de romanização:

Tanto quanto possível, eles preferiam não combater diretamente as devoções tradicionais, limitando-se a não participar delas e a condenar os excessos cometidos durante as festas de santos, como a dança, a bebida e o mau uso do dinheiro recolhido pelos devotos. Assim, o culto tradicional tinha que ser mantido exclusivamente pelo esforço das irmandades e confrarias, sem o apoio dos padres, que se limitavam a celebrar a missa solene em dia da festa e a conclamar o povo para participar dos sacramentos. (1985, p. 285)

Uma medida importante, nesta estratégia, foi trazer a guarda das imagens dos santos de devoção para os templos paroquiais (matriz ou capela), em substituição às ermidas e oratórios particulares, onde as imagens eram

congregações religiosas, como os redentoristas que além das práticas religiosas, exigiam um comportamento moral dentro dos preceitos da Igreja.

“Foram várias as devoções introduzidas pelos agentes romanizadores. Cada congregação trazia os santos de sua predileção: os redentoristas, como dissemos anteriormente, favoreceram Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Santo Afonso de Liguori; os Salesianos preferiram Nossa Senhora Auxiliadora e São João Bosco; com os Jesuítas vieram São Luiz Gonzaga”... (OLIVEIRA, 1985, p.286) Ora, nestes termos quem tinha o controle da festa e da devoção, detinha o poder e o controle sobre as famílias e as práticas tradicionais, pois estes estavam diretamente ligados as forças celestiais.

Deste modo, o padre deixou de ser apenas o celebrante da Missa no dia da festa, para tornar-se o principal “festeiro”. Era ele quem organizava a festa, dirigia os cantos, as novenas e rezas, bem como mobilizava a população para abrilhantá-la (além, é claro, de controlar os rendimentos financeiros).

Esse procedimento de mudança encontrou resistência ativa e presente em várias regiões do Brasil, nas figuras que exerciam as lideranças leigas.

No final da segunda metade do século XIX, o Catolicismo romanizado já estava implantado no Brasil, deixando sobreviver o antigo catolicismo aqui existente apenas em setores marginais ou em populações sem atendimento de padres.

Entretanto nas capelas rurais o processo de romanização foi bem mais difícil para o clero. Não contando com a presença permanente do vigário, a estratégia de substituição gradual das devoções tornou-se pouco eficaz. Isoladas no interior, dispersas, sem contato permanente com o vigário, as capelas rurais permaneciam nas mãos dos agentes religiosos leigos. Os rezadores, capelães, beatos e beatas, em suma, toda sorte de leigos que tomavam conta das atividades religiosas locais. mantinham as tradições do catolicismo popular (OLIVEIRA 1985 n 288)

Roma, nas cidades e vilas de maior porte, este processo foi se acelerando com a República, ao ser substituída a tutela que o Estado exercia sobre a Igreja no Brasil, por um estreito controle por parte de Roma.

No campo da inculcação e da difusão das idéias a influência romana foi reforçada pela entrada maciça de ordens e congregações européias que levaram adiante o fervor missionário do projeto de “europeização” e “romanização” do catolicismo brasileiro. OLIVEIRA utilizando as palavras de Antonio GRAMSCI diz:

A religião ou tal Igreja mantém a comunidade dos fiéis (no interior de certos limites impostos pelas necessidades de desenvolvimento histórico geral) na medida em que ela mantém permanentemente e por uma organização adequada a sua própria fé, repetindo a apologética sem se cansar, sempre e a todo instante com os mesmos argumentos, e mantendo uma hierarquia de intelectuais encarregados de dar à fé pelos menos a aparência de dignidade de pensamento (1985, p. 308).

Ainda em OLIVEIRA podemos observar que esta resistência que ocorria

Por ocasião da visita do padre, ou mais raramente de missões populares, todo o povo do lugar vinha à capela receber os sacramentos, ouvir a missa, escutar os sermões, cumprindo os deveres religiosos prescritos pela Igreja; porém, na ausência de padres, todos retornavam às suas práticas tradicionais de culto aos santos sendo virtualmente impossível implantar novas devoções por falta de agentes permanentes de romanização (1985, p. 288).

Deste modo, a situação da Igreja era de tentar controlar e assumir os centros de irradiação do catolicismo popular, pois era necessário combater “a todo movimento cultural que se proponha a substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo, a nunca cansar-se de repetir os argumentos e a trabalhar sem descanso para a elevação intelectual de camadas populares cada vez mais amplas” (OLIVEIRA, 1985, p. 308) No entanto, a Igreja ainda sentia-se incapaz de controlar as capelas rurais e dispersas, isto porque nas fazendas ou nas grandes propriedades rurais da região, havia sempre, uma capela que *fazia às*

Para falar desta resistência e dificuldades, emprestamos as palavras de BEOZZO (1977, p. 754) quando trata do catolicismo rústico e diz que para entender esta religião, não podemos buscar o seu cerne na matriz das vilas e cidades, com seu vigário e conventos. Ela se enraíza longe da matriz, em torno de capelas e cruzeiros muito raramente servidos por um padre. Na maioria das vezes foram construídas pelo povo, mesmo sem pedir licença ao padre ou bispo. Seu espaço não é feito para abrigar altar e missa e sim para se colocar a imagem do santo. Ampla era a área em frente da capela, lugar de reuniões do povo para tratar dos interesses locais. O espaço externo era extensão do espaço interno da capela e nos dias de festa o mastro do santo era levantado fora da ermida, exprimindo simbolicamente a apropriação deste ambiente pelo santo padroeiro.

Assim, foi que procuramos ver como a Igreja influenciou a educação, a formação do homem do Planalto Norte Catarinense e mais especificamente do homem de Canoinhas, região do Contestado, pois a história deste catolicismo rústico está intimamente ligado às peripécias legítimas, reais, e às lendas relatadas ainda hoje, tanto por idosos quanto por crianças ao falarem a respeito da passagem das figuras místicas. Mauricio Vinhas de QUEIROZ esclarece que:

Como em outras partes do Brasil rural, havia ali nas vilas, nos arraiais, no meio dos latifúndios pastoris ou nas posses que se escondiam no âmago das florestas, um número proporcionalmente enorme de curandeiros, benzedores, mandraqueiras, entendidos, puxadores de reza, advinhos, penitentes, capelães leigos. Em outras palavras, abundavam os especialistas para o controle sobrenatural, mágico ou religioso, de diversas atividades humanas ou de fenômenos da natureza (1981, p. 50).

Os estudos de Duglas Teixeira MONTEIRO dizem que da mesma forma

se estabelecido em Lages e mais tarde em outras regiões, como Curitiba, até atingir todo Planalto Catarinense. No entanto, enquanto esta expansão ocorria, a Igreja permanecia nela mesma, ou seja, missa somente em templo próprio, reza somente em Igreja, a não ser em casos extremos de atendimento particular por motivos de doença ou aconselhamentos a famílias abastadas.

Portanto, o catolicismo oficial ficava restrito às quatro paredes do templo enquanto o catolicismo rústico ganhava forças nas palavras, nos locais e nas longas caminhadas feitas pelos monges que ao exercer o papel de agentes religiosos e de inculcação eram transmissores do “processo molecular, muito tênue, capilar... do qual nasce uma vontade coletiva de um certo grau de hegemonia necessária e suficiente para determinar uma ação coordenada no tempo e no espaço geográfico onde se produz o fato histórico” (GRAMSCI apud OLIVEIRA, 1985, p. 323). Os beatos iam, assim, se misturando à população rústica e dela assimilando e também, **inculcando costumes** que serviam **como ensinamento e criação de cultura**.

A distância que acontecia entre o povo humilde e a Igreja não era muito diferente daquela observada com relação aqueles que se encontravam em melhores condições econômicas e sociais, pois não foram poucas as pessoas citadas por SINZIG (1939, p. 81-83) que haviam confessado seus pecados a Santa Madre Igreja há mais de doze anos, ou ainda relatos da pouca presença da população nas rezas do domingo e nas Santas Missas. Mas era freqüente em dia de festa que estas mesmas pessoas buscassem a paróquia festeira para divertimento

pessoa do primeiro monge, João Maria de Agostini, que permanecia na memória destes como santo, pois como eles, vivera de forma humilde e na “solidão de seu abrigo” (CABRAL, 1979, p. 111) contrariando ao que dizem alguns pesquisadores, como é o caso de STULZER (1982) (que acreditamos fazer comentários sobre a atuação do segundo monge e não desse primeiro) “Não desdenhava assistir ao santo sacrifício da Missa, aproveitando a oportunidade para, depois dela dirigir-se aos assistentes”.

GALLO (1999, p. 71) diz que possivelmente este monge esteve ligado a alguma ordem religiosa, pois vestia hábito e justificava sua peregrinação através de seu ministério. Mas tal afirmação não pode ser comprovada devido à pobreza de informações. Entretanto, estudos realizados por Gorniski citado por GALLO (1999, p. 78), demonstram que João Maria de Agostini, cujo registro aparece no livro de estrangeiros no ano de 1844, na prefeitura de Sorocaba, recebeu autorização do vigário local para pregar na Matriz daquela cidade, pois a sua fé, ao que se depreende, poderia ter sido um tanto exaltada, algo hipertrofiada. Mas, não cabe dúvidas, “era pura, ortodoxa, sem desvios que o tornassem alvo das censuras e sanções eclesiásticas” (CABRAL, 1979, p.111). O mesmo autor diz ainda que “Nada consta a respeito de haver proferido em tais práticas palavras que conduzissem à heresia ou ao cisma, nem que estas se refletissem em suas atitudes, pois a sua atuação teria, no caso, sido de imediato coibida pelo sacerdote” (CABRAL, 1979, p. 112).

Habitou em grutas ou elevações onde dormia no chão de pedras, sobre tábuas, alimentando-se de frutos e dólidos dos macedons. Deixou alguns

... para se aproximar de Deus (SILVEIRA apud GALLO, 1999, p.71).

Ao conversar com as pessoas, sempre procurava tratar das “cousas” santas, entremeando *ensinamentos*, conselhos a preces e penitências, tudo conforme os mandamentos da Igreja; no entanto, isto não impedia que o mesmo fosse, cercado por caboclos e sertanejos que viam nele as imagens bíblicas dos profetas apocalípticos do Antigo Testamento que anunciavam o fim dos tempos e as calamidades contra aqueles que oprimiam os homens simples da terra.

Sabemos, através de CABRAL (1979) e WALDRIGUES (1985), que este monge foi motivo de algumas zombarias em lugares por onde passou, na maioria das vezes estimulada pelo pároco. Porém não encontramos documentos que pudessem provar ou dizer da imagem denegrida deste homem por atos de maldade, buscas policiais ou ainda qualquer deslize em matéria de conduta religiosa, pois não ficou lembrança de “que tivesse alguma vez tentando aliciar prosélitos para nova seita ou confissão, divorciada da Igreja, muito menos a de se fazer acompanhar pela sua dialética ou seduzidos pela sua atitude” (CABRAL, 1979, p.112).

Considerado pelo povo humilde como um homem de bem, pacífico e cheio de mistério, teve como objetivo “estimular a fé, sem atos que o condenassem, sem heresia ou cisma”. (SILVEIRA apud GALLO, 1999, p.72) e por isso mesmo despertou preocupação entre as autoridades das regiões por onde passava e acampava.

A fama de João Maria de Agostini como santo se espalhou do Mato Grosso

que se impressionaram com este monge que, no pleno século das luzes estabeleceu, por sua conta e risco, uma missão e operou milagres” (CABRAL, 1979, p. 122).

CABRAL apresenta em seu livro, o depoimento de Felicíssimo (ex-combate da Revolução Federalista) que deu seu testemunho sobre os visitantes e romeiros e dos que seguiam o “profeta”. “Cada um armava a sua barraca onde quisesse, havendo-as de todos os tipos. Reinava uma perfeita fraternidade, havia decência e o maior respeito às famílias” (1979, p. 121).

Nesta região e também por muitos outros lugares, tratou doentes de todos os tipos e moléstias que iam das dores físicas às da alma. A gente simples que o seguia, procurava além da cura, a visão do Messias, do sobrenatural, os ensinamentos do monge. Muitos foram os que diante do santo já sentiram-se curados, pois eram confortados já na chegada pelas suas palavras, ditas com muita fé, e envoltas a muitos mistérios, quando se dizia ser um enviado de Deus e ali se encontrava para liberar os pecadores dos pecados que os atormentavam e conduzi-los, pela pregação e ensinamentos na direção do céu. Sua palavra era doce, calma, profunda, de modo que penetrava nos corações daquele povo simples e ingênuo, “arraiga-se-lhe na alma, e cresce e se avigora como a semente boa lançada em terra fértil” (CABRAL, 1979, p. 123). Foi assim que catarinenses, paranaenses, paulistas, uruguaiois e argentinos, abandonavam o pouco que tinham e iam em busca da “terra prometida para curar os seus males, nas águas puras do Campestre” recebendo o *batismo* e a “unção” de uma *prática pedagógica de resistência* à escravidão que lhes impunham os senhores da terra.

envia quando fala que o monge João Maria de Agostini era analfabeto e monomaniaco, porém, aponta uma carta deixada pelo monge, contendo instruções sobre sua prática religiosa no Campestre, portanto, não deixa dúvida sobre seu conhecimento. Apesar de que o autor anteriormente citado assinala que “por letra de quem escreveu (o documento) estava – João Maria de Agostini, Solitário Eremita do Serro do Campestre de Santa Maria da Boca do Monte e do Serro do Botucaraí, de 1849”. Porém, à margem “deste amarelecido papel de Hollanda, está o fac-símile (*sic*) do solitário, em letra quase indecifrável – *Joannes Mã de agostini, sol. erem. de botucaraí*” (*sic*) (1979, p. 125).

Não há precisão sobre o período em que este monge desapareceu para dar vez ao segundo, pois a partir de 1895 já se tem registro deste, no Alto da Lapa, que não foi visto como o outro que daí saíra em 1855.

Sua origem incerta, tanto podia ser de origem francesa, como Síria, porém em confronto com o Frei Rogério Neuhaus, padre da Ordem dos Franciscanos diz que o sotaque era forte tendendo para espanhol ou italiano, mas com certeza não era o primeiro, pois neste faltavam-lhe dois dedos na mão esquerda “defeito” que em momento algum fora notado em João Maria de Agostini (GALLO, 1999, p. 75).

A hipótese de se tratar do mesmo homem até surgiu, porém para aqueles que viveram e pesquisaram a história uma série de fatores e elementos tornam tal hipótese incompatível com a realidade.

Um dos fatores que nos leva acreditar na passagem é exatamente os livros tombo das igrejas das cidades por onde este homem deu passagem.

Johannh Jeshona. “Aos 20 anos, teria raptado uma muçulmana e convertera-se ao islamismo. Teria abandonado a fé , família e pátria, para residir com ela em Alexandria. Ali combatera sobre as ordens de Murad-Rey. Depois que soube da morte da esposa, por quem fora muito apaixonado, voltou à Palestina, onde recebera a visão de Paulo, o Apóstolo, e a partir disso consagrara sua vida à pregação do bem e do cristianismo” (1999, p. 76).

A mesma autora evidencia que aí não reside uma verdade histórica e sim um conto que em muito se assemelha aos *Exempla* medievais que, ao misturarem a fantasia com a realidade, traziam um fundo moralizador. “Anastás Marcaf sofreu uma punição severa – a perda da esposa por ter-se convertido ao islamismo. Essa função educativa dos contos parece ter-se originado com o cristianismo, e os apóstolos, que, contrariamente aos profetas mais antigos, exerciam um papel pedagógico e missionário” (GALLO, 1999, p.76).

CABRAL assinala ainda:

“O monge é um tipo especial que convém ser conhecido. Caminha só por estes sertões, nada conduz, nada pede. Se chega a uma casa, dão-lhe de comer, ele só aceita o que é mais frugal e em pequena quantidade; não dorme dentro das casas a não ser nas noites de chuva torrencial. Conversa com os moradores sem ostentação, sem impostura, sua conversa é calma, como quem fala para si só, porém todos o ouvem, todos lhe obedecem; sua figura é humilde, porém todos o respeitam e estimam. Nunca diz para onde vai, nem quando volta. Anoitece e não amanhece; raramente, porém, passa por um lugar mais de uma vez. Quer chova, quer os rios estejam transbordando, vai-se. Não há canoas e ele passa, ninguém sabe dizer como passou” (1979, p. 147).

Mais uma vez, observamos que, para aqueles que viveram aquela história a fantasia e o mistério se misturavam com a realidade.

Envolto a todo este mistério é que vamos encontrá-lo Serra Acima, entre os

terras gaúchas, catarinenses e paranaenses com se fossem estas “domínios do monge”.

Quando ainda no Rio Grande, durante a Revolução Federalista (1893), Dr. Ângelo Dourado, médico de campanha, em depoimentos a CABRAL assim o descreveu:

O monge é moço ainda, figura simpática, ascética. Onde ele passa, acompanhavam-no descobertos. Veio falar-me, conversamos pouco, por que ele estava muito ocupado no curativo dos feridos e por já ser tarde. Ele pediu-me para deixar tocar a sua bandeira nos feridos ao que acedi de boa vontade. Disse-lhe que sabia que ele advogava a nossa causa, e que já se tinha encontrado no lugar onde se brigava, e por isso agradecia-lhe. Ele respondeu-me que não era por nós, mas pela justiça de Deus, mandou que se sofra com os que sofrem. Quando proclamaram a República, ele anunciava por onde passara grandes calamidades e para preservarem-se dela plantassem cruzes nos portais. Quem havia de matar e roubar, porque todos estes teriam em si o diabo (1979, p. 148).

A Proclamação da República, em 1889, desencadeou forças até então adormecidas. O monge se declarou, juntamente com os que o seguiam uma luta contra o novo regime, e utilizando-se do ardid de que a luta era somente sua, desejava, na realidade, que as pessoas que o acompanhavam, o seguissem na campanha. Hábil conhecedor da mata, era visto em muitos lugares e cantos na região; dizem que como Jesus Cristo atravessava os rios flutuando, sem se molhar.

Motivos como este é que fizeram com que este monge fosse visto como a própria reencarnação de Cristo, fazendo com que o imaginário do povo simples do Contestado sobrepusesse a imagem do Messias com a imagem do profeta.

Frei Rogério Neuhaus, como já dissemos anteriormente, piedoso sacerdote franciscano, que deixou sua fama de santidade por suas conhecidas virtudes, e

espanhada em todo planalto a fama do monge como pregador e catequista (CABRAL, 1979, p. 150).

A partir de então, com freqüência que encontramos elogios e verdadeiras lendas a respeito deste que foi considerado um profeta pelos conselhos, pedidos para que o povo tivesse bastante crença em Deus e que trabalhasse para desviar as tentações do demônio. João Maria, homem pacífico e popular pelos sertões que iam do Rio Grande do Sul até Goiás, parou para aconselhar, ensinando os moradores de Porto União – Santa Catarina e plantar uma cruz no morro mais alto da cidade (CABRAL, 1979, p. 151).

QUEIROZ diz ainda que o monge passou a pedido do Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque – Intendente de Curitiba pelo povoado fundado por Francisco de Paula Pereira, atual cidade de Canoinhas, onde

Pereira, muito fanático, levantou no lugar em que dormia, no alto do morro, uma grande cruz. Perto, uma vertente d'água pura, o Monge dela bebia, os fanáticos acreditavam que a água era santa e que curava os que bebessem ou se lavassem ali; ergueu-se junto uma cruz preta. Quando o monge se retirou, Pereira ergueu sobre a cruz uma capela e todos os domingos, auxiliado por um preto de nome Romão, ali ia cantar a ladainha. Francisco Pereira morreu em outubro de 1898 e a capela ficou aos cuidados de uma comissão, a cujo presidente, os caboclos levavam ofertas para a "Santa Cruz", inclusive animais. Mais tarde ergueu-se a Igreja no lugar da capela; mas a cruz continuou a mesma levantada sobre o altar-mor (1981, p. 151).

O primeiro pároco de Canoinhas – Frei Menandro Kamps, citado por STULZER escreveu sobre o segundo João Maria "... era um homem de vida nômade, que vagava há quinze anos pelos matos, distribuía remédios, pregando àquele povo de natural religiosidade e oficiando novenas. Usava de preferência o Apocalipse de São João e de acordo com ele profetizava os tremendos castigos de Deus, como guerras, entre os quais a próxima e Santa Guerra de São

que o monge voltava-se contra o Governo da Nação, maxime por motivos religiosos entre outros”. Ensinava e pregava a fé e a volta da monarquia, falando de acordo com o sentir do povo, que debaixo do manso regime do imperador quase não pagava imposto,” enquanto naqueles tempos correntes a carga tributária mais e mais pesava” (1982, p. 30-31).

Percebemos aqui, que o monge colocava frente a frente os dois regimes salientando aquilo que mais continha a população trabalhadora: a carga de impostos estipulados pela República sobre os direitos dos cidadãos. Além disso, viam a república como regime aliado das camadas dominantes.

STULZER também, afirma que “É supérfluo penetrar nos grandes males que à Religião causou esse João Maria. A guerra dos Fanáticos só foi possível na fé do mensageiro. Uma palavra de sua boca valia e vale ainda hoje mais do que as verdades eternas do Evangelho, do que quaisquer instruções de sacerdotes e bispos, e até o Santo Padre só acerta ensinar a verdade se esta confere com a pregação de João Maria” (1982, p. 31).

Ao lermos sobre esta fé que unia grupos totalmente diversos entre si é que começamos a entender a formação da irmandade nas vilas santas que surgiram na região quando da passagem e morte do terceiro monge, José Maria; porém a transparência das santidades não acontecia na cabeça do povo, que, a cada dia que passava, beatificava o monge, João Maria. Isto acontecia ao ponto das pessoas saírem mata adentro em busca de remédios considerados infalíveis, eram estes o resultado das cinzas ou folhas onde o monge acendera sua fogueira ou fizera um pouso.

CABRAL (p. 15) tem a seguinte nota.

[...] cada lugar onde João Maria pousava, os fanáticos erguiam uma cruz feita de 'aroeira', árvore que podada e fincada como estaca na terra brota muito facilmente. Assim é que os caboclos vêem nisso um milagre do Santo, por que a cruz depois de quarenta dias começa a brotar [...] É bom que se diga; não somente os pobres e ignorantes caboclos fazem isto; gente rica, fazendeiros abastados conhecemos fazendo uso da tal 'vassourinha'.

Desde então este homem passou a ser cada vez mais respeitado, idolatrado e auxiliado no levantar e plantar cruzeiros de madeira de lei, que são freqüentemente encontrados nas regiões por quais transitou.

Nossa análise da atividade deste beato aponta para o fato de que ele não se limitou às pregações sem interesses políticos, pois que em muitos de seus discursos demonstrou ser não só um anunciante dos fins dos tempos, como transferia este final de mundo para o poder republicano. Isto ficou evidente nos estudos de seus diálogos e conversas, quando tratava da política, pois falava sobre a revolução e anunciava a volta dos federalistas de Itararé, através de um discurso pedagógico capaz de formar novas mentalidades.

Em depoimentos colhidos por CABRAL (1979) encontramos um de 1896 em Três Barras (terras paranaenses, naquele momento), que dizia ter São João Maria prevenido que naquelas "terras ainda teria gente de muito valor e seria uma terra boa para nela se viver. E que as terras seriam, ali, logo, valorizadas, porque breve teriam estrada de ferro".

Outro depoimento frisa: "linhas de burros pretos, de ferro, carregando pessoal surgiriam. E aí viriam as guerras e haveria a derrota dos moradores. Gafanhotos de ferro – estes seriam os mais perigosos ..." (CABRAL, 1979. p. 168).

Através desses e outros tantos depoimentos que ocorreram ao tempo de

inculcando no povo da região um sentimento de revolta contra os republicanos, e despertando o desejo do retorno da Monarquia, pois o Estado a cada ano lhes impunha novas exigências:

Neste sentido, vemos que a pregação do “beato” era contra a República, fator que se constituiu em um ato de rebeldia à ordem do poder estabelecido.

Foi na Ordem dos Franciscanos estabelecidos em Lages, como já dissemos anteriormente, que vamos encontrar aquele que lutou contra os ensinamentos e as práticas exercidas por João Maria. Frei Rogério Neuhaus considerado entre seus pares como homem simples e bondoso de coração. Natural de Borcken, Alemanha, chegou ao Brasil e em Santa Catarina e no Paraná como verdadeiro missionário, pois não temia as distâncias. Sua fé e a esperança de conversão o levava até mesmo abrir picadas pelo sertão catarinense.

“Humilde, pacífico, paciente. Também corajoso”, prestou serviços ao governo na luta contra os monges, apareceu incumbido pelas forças militares de pacificar o Movimento que eclodira em 1912. “Deus o predestinara para ser o sacerdote consolador das vítimas da guerra, porque já na revolução federalista de 1893 condoera-se em Lages (SC) da triste sorte futura dos entusiasmados maragatos que, em lides de guerra, deixavam de plantar “suas roças” (STULZER, 1982, p. 14).

A fim de converter através do ensino o povo lageano, criou um resistente edifício onde hoje funciona o Hospital de N. Sra dos Prazeres, o Colégio de São José, mas sua vontade de auxiliar chegava à exaustão “para atrair devotos e fazer com que aceitassem a confissão e a comunhão, munir-se de um pequena

seus próprios colegas (FELLIPE, 1995, p. 66).

Desse modo vemos que tanto os monges como os frades tentavam conquistar sua clientela não somente através das palavras, mas, através de práticas pedagógicas que levavam os habitantes da região contestada a crer que estes eram também, curandeiros.

Euclides José FELLIPE relata ainda que:

Viajando pela região serrana, batizando e pregando... ameaçando com as penas do inferno os casais não ligados pelo casamento religioso, exorcizando os possessos do diabo, durante longo tempo fez concorrência a João Maria. Não conseguiu, porém, vencer sua fama – porque os padres estrangeiros cobravam pelos batismos, casamentos e missas. ... João Maria não tocava em dinheiro (1995, p. 66).

Diante disso, mais uma vez podemos ver que as pregações do monge ao longo das romarias e peregrinações, eram mais que uma simples passagem; eram acima de tudo, um discurso pedagógico: uma prática pedagógica de ensino e instrução, sem a presença da escola como local de aprendizagem.

Fato este que ficou evidente em um dos confrontos verbais entre o sacerdote e o beato que *vinha provocando enorme mal e que só Deus saberia se com ou sem culpa*, chegando mesmo a despertar confiança cega àqueles que o “seguiram”.

Em dezembro de 1897, Frei Rogério e João Maria se encontraram em conversa pouco amistosa em Capão Alto, município de Lages, ao que CABRAL (1979, p. 152 – 154) relata após estudo nas cartas do próprio frei, que diz ter o monge se aproximado sem um cumprimento foi logo dizendo:

- Frei Rogério, é preciso que o povo faça penitência, porque vem muitos castigos de Deus” Mais adiante, depois de outras interpelações, o beato

Neunaus: - Frei Redento nunca deu ordem de matar um bugre.

Logo em seguida, o Frei chamou atenção sobre a proibição que a Igreja fazia quanto ao batismo praticado pelo monge, ao que ele responde: - Deixe-me batizar, frei Rogério, porque o povo tem muita fé comigo. Porém o pároco continuava irredutível quanto às práticas utilizadas por João Maria.

Vendo que era cada vez mais difícil uma conversa com o monge, o sacerdote o desafia: - “Se quer **ensinar o povo**, deve dar-lhe bom exemplo. Tenha bondade de se confessar”. Assim, completa o convite para que o beato e seus fiéis seguidores assistam à Santa Missa, pois esta sim, era divina e merecia o respeito do povo. Porém o monge lhe responde dizendo que era só este esperar, pois antes ele tinha que atender gente que precisava de cura por remédios, fato este que foi confirmado inclusive por várias pessoas que os cercavam.

Diante de tal expectativa, o Frei disse não poder esperar e aconselhou o povo a ir à hora marcada à Santa Missa ao que foi imediatamente respondido pelo monge, João Maria:

- “A minha reza vale tanto quanto uma missa”.

- “Impossível” – replica o Frei; - “nem as orações de Nossa Senhora têm o valor dum missa, pois nesta Jesus Cristo vem descendo sobre o altar” (CABRAL, 1979, p. 154).

O mesmo autor diz, ainda, que após este encontro, o Frei Rogério descreveu: “que durante toda aquela noite o povo ficou ao lado de João Maria, homens, mulheres, crianças e que, supersticioso ‘ guardava as cinzas do fogão

plantando nele uma cruz” (1979, p. 154).

Somente as quatro e meia da madrugada é que a romaria do beato cessou e este veio ter com o sacerdote que lhe perguntou; “Como vigário tenho que vigiar sobre a doutrina. Quem lhe deu a missão de **ensinar ao povo**? Donde vem?” (1979, p. 155)

–“Eu nasci no mar” – respondeu João Maria; “criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos eu tive um sonho, percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente”. (1982, p.154).

Depois disso o frei celebrou a santa missa, enquanto o beato manteve-se no meio do povo. Ao ler o evangelho, o prelado falou aos ouvintes que estes deviam ouvir os padres, por serem ministros de Deus (CABRAL, 1979, p. 155).

Diante dessas palavras, João Maria demonstrava rebeldia pois sua doutrina pregada no “mundo inculto” e para quem mais quisesse ouvir, era que “a República era ordem do demônio, enquanto a Monarquia era a ordem de Deus. Fato que era compreensível, pois que os sertanejos viam a monarquia como um sistema de vida oposto ao regime dos coronéis” (QUEIROZ, 1981, p. 62). Coronelismo este que atuou no reduzido cenário local. Seu habitat eram os municípios do interior, o que equivale dizer os municípios rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. De modo que o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. Isolamento, ausência ou rarefação do

sua volta, pelo fato destes roubarem-lhes algumas frutas ou esgotando-lhes o leite das vacas.

Podemos entender que o Frei Rogério Neuhaus exercia além da prática religiosa, uma prática pedagógica de mediação entre o mundo inculto, ignorante do catolicismo rústico para o mundo civilizado, do catolicismo erudito, que mesmo sendo mundos opostos não estavam parados, estaques, isolados um do outro, ao contrário se influenciam mutuamente. Enquanto no “mundo culto” o frei realizava prodígios ao transitar livremente nas ante-salas do poder, no “mundo inculto” a simples presença do monge já realizava milagres, fato este que nos leva a crer que a prática pedagógica realizada pelo monge articulava entre as fronteiras do sobrenatural para o real, conduzindo seus seguidores a uma visão de mundo livre de implicações e dominação.

Após ter despertado, através da sua **pedagogia da fé e da prática de uma pregação pedagógica**, tanta confiança nos sertanejos, é curioso ver que este homem enquanto precursor de uma tragédia, simplesmente desaparece da região na primeira década do século XX.

Assim entendemos que os dois monges preencheram as lacunas sociais vazias nas distantes vilas e agrupamentos sociais do interior sertanejo e neles concentravam as figuras do sacerdote pregador ausente, do professor que até então era figura presente somente entre as classes mais abastadas, do benzedor que atuava na falta do médico, do juiz de paz, do profeta que se fazia amigo do homem, do mediador e do compadre que estava sempre pronto a auxiliar diante das dificuldades, mas em qualquer tarefa e prática usava seus conhecimentos

pregadores como o de uma prática pedagógica que não só mudou a história de alguns camponeses humildes, mas sim de uma região brasileira que demonstrou sua insatisfação contra as forças e o poder republicano que se transformou objeto de repressão nacional e de atenção por parte da Igreja.

Foi neste chão e neste clima que, nas sombras dos monges, surgiu, em 1912, o boato do ressurgimento de São João Maria. Pois, na crença arraigada daqueles caboclos, este homem não poderia ter morrido, e assim, é que se faz homem José Maria que, provavelmente, valendo-se da supersticiosa convicção dos sertanejos, o ex-soldado do exército, depois desertor do Regimento de Segurança do Paraná, Miguel Lucena de Boaventura, à imitação daqueles anteriores e cognominando-se José Maria de Santo Agostinho, arregimentou o povo crédulo do monge desaparecido (PEIXOTO, 1995, p. 55).

Logo ao surgir, reformou as pregações e as obras de seu antecessor reiniciando a doutrina antes inacabada, porém CABRAL (1979, p. 180) afirma que este sempre procurou tirar lucros de seus atos e até mesmo aproveitar-se de meninas bonitas a ponto de fazê-las suas companheiras, mesmo com hábitos totalmente diferentes dos monges já estudados, este logo viu seu prestígio e influência ganhar notoriedade entre os caboclos do sertão.

Ao contrário dos anteriores, este gostava dos ajuntamentos, para isto reunia o povo em quadros santos onde procurava disciplinar os adeptos mais fervorosos, em comandos responsáveis pelas rezas e formas daquela comunidade. Para descrevê-lo emprestamos as palavras de Mauricio Vinhas QUEIROS (1981, p. 79):

Ostentava um boné de jaguatirica semelhante ao do velho João Maria, porém adornado de penacho e fitas.

Para a fama atingida tão logo por este terceiro monge, fazemos uso do que RIBEIRO (1988) descreveu: a fama de José Maria se espalhou muito rapidamente após seu primeiro milagre, que fora a cura da mulher de um rico coronel da região – Francisco Almeida, motivo pelo qual foi coroado no ato por não aceitar os muitos presentes que lhe foram oferecidos, aceitando apenas morar com todos seus seguidores em terras do coronel. Some-se a isto, José Maria, como João Maria era ferrenho opositor da República, motivo pelo qual seus discursos em forma de prédicas religiosas era o de sempre demonstrar as maldades que este sistema trouxera ao país, inclusive fazendo doação de terras a estrangeiros em detrimento do homem carente do nosso país.

Duglas Teixeira MONTEIRO (1974) em sua obra intitulada **Os errantes do novo século**, afirma que ao constituírem os Quadros Santos (Vilas Santas), onde os caboclos viviam num sistema de compadrio só conhecido por eles próprios, onde o indivíduo era dotado com a qualidade de membro de um de nós em uma relação de incorporação, formando cidades fraternas, onde existe outro sentido ideológico para a relação de aliança que se opõem à ideologia que havia entre as relações estabelecidas entre outros grupos da mesma espécie nas relações de aliança.

Considerando que no sistema de compadrio existe a presença de substâncias comuns - relações de incorporação e as de influência metafísica ou influência religiosa - relações de aliança, é que podemos avaliar a força da

irmandade cabocla. O autor identificou também quatro aspectos da prefiguração do reino, nestes **novos centros do mundo**, onde se desenvolveram **práticas** que foram adotadas sem a necessidade da instituição formal e legal, eram normas organizatórias e relevantes para o entendimento e a compreensão da ideologia da irmandade: o significado das “formas”, o sentido do igualitarismo, o papel da virgindade e da inocência e por último o lugar da festa.

As *formas* aconteciam duas vezes por dia, eram momentos de culto, ensinamentos e de adoração de todos os fiéis da irmandade. Ali, seguindo critérios funcionais, “distribuíram-se pelo terreno da praça demarcada por quatro cruzeiros para receberem ordens que o comandante “porta-voz direto ou indireto das potências do céu, fazia chegar até eles. Essas determinações, tanto diziam respeito a questões práticas (distribuição de tarefas, por exemplo), como as questões de conduta religiosa e moral” (MONTEIRO, 1974, p. 128).

Neste mesmo local eram aplicados castigos desde faltas veniais pelos espancamentos com vara, rabo-de-tatu ou a face de facões, até punições capitais. Depois de várias rezas e de genuflexões os fiéis processionalmente percorriam os limites do quadro santo, beijando suas quatro cruzes. Em seguida, davam vivas a Deus, à Santa Religião, a São João Maria, a São Sebastião. Só então encerravam as “formas” para iniciar a execução das tarefas a que tinham sido incumbidos.

Frente às “formas” podemos ver como a irmandade se organizava de maneira ritualizada tanto quanto a Igreja em suas missas e novenas a fim de afirmar-se e reafirmar-se. “A forma” não se tratava, porém de afirmação de uma

entre os indivíduos, o igualitarismo e a fraternidade eram os balizamentos fundamentais. “Do que um comia, tudo tinha que comer; do que um bebia, tudo tinha que beber; todos eram irmãos”. “Ninguém tinha o direito de vender nada para o outro. Se eu precisava de um vestido era dado. Tudo era dado” (MONTEIRO, 1974, p. 129).

“Gente abastada, que comprovadamente se convertia, punha o que era seu a serviço de todos. Os mais humildes, dentro da irmandade, passavam a ser iguais. A liderança cabia aos detentores de carismas religiosos, servidores maiores escolhidos pelas “divindades” de quem eles recebiam instruções. “Havia entre os sertanejos, francamente fanatizados, a convicção de que não deviam possuir bens, nem dinheiro, nem terras – estavam imbuídos de uma fraternidade absoluta, idealizada pelo monge e depois reavivada pelos monarquistas das selvas” (RIBEIRO, 1988, p. 86-87).

A *virgindade e a inocência* por sua vez, eram a retomada de valores institucionais pretéritos, até porque estas eram dotadas de poderes sobrenaturais, ao que MONTEIRO (1976, p. 132) descreve: “José Maria, ainda vivo, fazia-se rodear por virgens que desempenhavam o papel de porta-vozes dos poderes celestiais e de co-adjutoras do monge. Sua primeira manifestação após a morte fez-se através de uma menina – a virgem Teodora. Entre esta e Maria Rosa, sem dúvida, a mais importante de todas, várias outras existiram”.

Contudo a virgindade e a inocência, dois estados que a comunidade deveria zelar pois os santos se comunicavam por meio das virgens e das crianças do sexo masculino. Eles foram os inúmeros puros a quem coube diversas vezes a

submetidos alguns deuses, como por exemplo: Manoel, filho de Eusebio. Ele era chefe do reduto e, nessa qualidade, havia dito ao povo ter São José Maria ordenado que ele dormisse com duas virgens; imediatamente perdeu a condição de “enviado de Deus” e levou uma surra, como ele próprio estabelecera em lei (RIBEIRO, 1988, p. 87).

Maria Isaura de QUEIROZ (1976) que descreve o catolicismo rústico anterior a Guerra do Contestado, como uma religião alegre, e foi assim a vida religiosa que se viveu nos redutos que, mesmo diante das proibições de bailes e bebidas alcoólicas, apenas mostravam satisfação e prazer nas reuniões.

As procissões, os batizados, os casamentos, as comemorações dos padroeiros, as novas adesões, as “formas”, as mudanças de acampamentos: tudo era constante motivo de festa com freqüente tiroteio para o alto. A festa era ocasião de diversão comunitária e descarga de tensões. A gente chegando e saindo, o preparo e as refeições comunais, os vestidos novos, os saques nas casas de comércio, eram outros tantos motivos da alegria e da irmandade. A construção de novos ranchos, da qual tantos participavam, era lá também ocasião alegre da solidariedade comunal. Sem dúvida esta festividade escondeu muitas vezes tristeza, a tensão e a angústia, particularmente com as estratégicas mudanças de arraiais, ou com a morte matada de muitos irmãos ou ainda com notícias apreensivas que chegavam sobre o poderio bélico com que se armava o “maldito exército nacional”.

Assim, o terreno fértil encontrado no fim do regime monárquico era de poucos sertanejos dotados de instrução pública e muitos apegados ao

se pensa em educação para o povo.

Para definir este quadro é que emprestamos as palavras de GRAMSCI citado por GRUPPI (1984, p. 84) quando diz: “**intelectual é o dirigente**, o quadro social [...] . **São os intelectuais**, os que mantêm coeso o bloco histórico, os que elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem os intelectuais não poderia ser dirigente: seria apenas dominante e opressiva, faltar-lhe-ia a base de massa, o consenso necessário para exercer seu poder”. (Sem grifos no original).

No entanto, José Maria, seria segundo Gramsci, um intelectual, pois fazia da prática pedagógica um elemento de formação de mentalidades.

3.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR: INCULCANDO A CONCEPÇÃO DE MUNDO AOS DOMINADOS

A população procurava pelos monges pelo motivo que estes não cobravam pelos ofícios que exerciam, além de sua conversa girar em torno dos problemas individuais, de ensinamentos e de conselhos que eram dados através de preces e penitências e sempre dentro dos mandamentos da Igreja.

Esta história, ainda se encontra muito forte na tradição oral dos nossos habitantes, pois em 1992, época em que nossa pesquisa sobre o tema já era foco de estudo encontramos o senhor FERREIRA (1994) um trovador de versos de 94 anos, que neste período havia se tornado evangélico (nesta religião que agora freqüentava não há prática de adoração a santos) falava com carinho e respeito daquele que conhecera e dizia ter sido um

o santo monae um verdadeiro homem de milagres e adivinhações, pois nós até

... ele ia passando e veio conversa com eu e mais dois primo. Nós ficamos muito surpreendido porque a gente tinha acabado de fazer umas malvadeza com os bicho e ele disse que tudo que nós tinha acabado de fazer com as cria ia se voltar contra nós. Mas assim como ele falou isto ele perguntou do meu irmão mais pequeno que era muito doentio. Aí ele foi te com meu pai e minha mãe e logo depois disso meus pai tiveram uma vontade de largar tudo e ir embora com ele lá pro lado de Curitiba só pra curar meu irmão, mas o santo disse que não era necessário eles largar tudo naquela hora, pois o mano ia ficar bom logo. E foi o que de fato aconteceu uns par de dias depois (*sic*).

Perguntamos-lhe como era a educação e se ele e os outros meninos do lugar sabiam ler ou freqüentavam a escola ao que ele respondeu, dizendo que lembrava de uma escola na vila e próxima ao rio Canoinhas, mas que nem ele ou os primos freqüentaram esta porque lá “só ia os arrumados da vila” (*sic*).

Frente a este depoimento é que buscamos entender quem era o monge a quem FERREIRA se referia, de que escola se tratava e quem eram “os arrumados da vila” citados durante nossa conversa.

Os “arrumados” a quem nosso entrevistado se referia, eram os filhos dos cidadãos e moradores da vila de Canoinhas, cujos pais haviam migrado de outras regiões como Campo Largo, Lapa (Paraná), São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Corupá, Joinville (Santa Catarina) entre outras, que já acostumados a outras leituras e um pouco mais de conhecimento europeu eram levados àquela escola pelo próprio pai que agora era também um “sócio” do saber.

Foi então que fugimos um pouco do século passado para entendermos a forma como as oralidades dos fatos intervieram na formação deste homem do Contestado que é tão presente em nosso contexto.

Quando entrevistamos “seu” FERREIRA ele estava com 94 anos, portanto não poderia estar se referindo ao João Maria de Agostini, que teria então mais de

iviana (Miguel Lucena de Buaventura).

Quanto à escola, esta sim, não há dúvida de que existiu, mesmo com poucos documentos, foi possível localizá-la em pequenas notas de um antigo jornal local que hoje voltou a ser publicado em nossa cidade.

A escola fora fruto das idéias avançadas de Emílio Gothard Wendt que se unira a outros pioneiros como Roberto Elhke, Adelino Magno de Oliveira Jorge, Vitorino Bacelar Junior, Miguel Arnold, João Sotter Matoso, André Cornelsen, João Vicente Ferreira e Gustavo Schade para em 1907 fundar a “Sociedade Escolar” que existiu até o final da Guerra do Contestado, 1916 (ELHKE, 1952).

Dizemos idéias avançadas pelo fato de termos encontrado registros de Ciro ELHKE (1952) que apontam o mesmo Emílio Gothard Wendt como fundador de “O CANOINHAS” (1902) primeiro jornal de nossa cidade, além de ter sido ele também mentor do cinema “FÊNIX” que fazia uso das mesmas instalações da “Sociedade Escolar”. Como inovador, contribuiu para a criação do primeiro bar com jogo de bilhar (podemos dizer que seguia o modelo americano que estava penetrando no país, através do capital internacional que será tema explorado por nós logo a seguir), cujos freqüentadores poderiam além do jogo pagar uma pequena importância de 200 réis e ouvir discos que eram tocados em um moderno gramofone.

Sobre a Sociedade Escolar que, como o nome indica, era uma instituição educacional e funcionava, também como ponto de encontro das autoridades do município. Através da primeira ata, aquela que registrou o ato de emancipação política de Canoinhas, podemos verificar que salas de aula serviam também de

LEI nº 001 de 06/12/1911.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO CONSELHO
INTENDENTE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE
SANTA CRUZ DE CANOINHAS.

Aos seis dias do mês de Dezembro de um mil novecentos e onze, nesta vila de Santa Cruz de Canoinhas, sede do Município do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, **na sala da sociedade escolar**, gentilmente cedida para esse fim, compareceram os conselheiros eleitos; Capitães, Eugenio Manoel de Souza, **Anthero Alves**, José Sabatk, Rodolfo Wolff Filho, faltando o conselheiro Capitão **Miguel Pereira dos Santos**, e o suplente Laurindo Cordeiro Bello, ambos com motivos justificados; acompanhados de seletos auditório, pelas onze horas da manhã assumiu a Presidência, o conselheiro Capitão Rodolfo Wolff Filho, por ter Juramentado no Conselho Municipal de Curitiba, o qual convidou os demais Conselheiros e suplentes a tomarem assento na mesa, o que fizeram, exibindo os seus respectivos Diplomas. Em ato contínuo o Presidente deferiu aos mesmos o compromisso estituído no Art 94 da Constituição do Estado, declarando acharem-se empossados dos seus respectivos cargos. Após o que na forma presença no mesmo numero II do art 75 da constituição proceder-se a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário, que deu o resultado seguinte; Para Presidente Capitão Eugenio Manoel de Souza, Três votos, Anthero Alves um voto; para Vice-Presidente Miguel Pereira dos Santos, três votos, José Sabatk um voto. Em seguida o Presidente eleito assumiu a Presidência, assim como o Vice e o Secretário os seus respectivos lugares. Nomeou em seguida uma comissão composta dos conselheiros Anthero Alves e José Sabatk para darem ingresso no recinto do Sr. Major Manoel Thomaz Vieira, superintendente deste Município, que tomou assento a **direita do Presidente** e depois de ter prestado o compromisso da Lei já declarada; Vossa Senhoria usou da palavra e logo pediu ao Capitão Cornélio de Lara Varella, para que interpretasse em seu nome quais bases da sua Administração na gestão dos negócios do Município. Dada a palavra ao Capitão Varella, **este com aptidão que lhe é peculiar externou brilhantemente o modo de pensar do Major Superintendente no desempenho da alta missão que se acha investido**. Depois ainda, dada a palavra a quem dela quisesse usar falou o Sr. Eurico Bacelar que historiou minuciosamente e com brilho o desenvolvimento de Canoinhas, desde os tempos primitivos até a atualidade salientando os feitos de Francisco de Paula Pereira, o primeiro habitante deste município. Ninguém mais querendo usar da palavra e não havendo nada mais a tratar-se o Sr Presidente DECLAROU INSTALADO ESTE MUNICÍPIO. E para constar mandou o Sr Presidente lavrar a presente ata em que assina com os demais conselheiros, superintendente e demais pessoas presentes. Eu Rodolfo Wolff Filho secretário a escrevi. Em tempo achava-se presente os suplentes, Lucindo José de Paula, Estanislau Schumann, Julio Eloy da Costa, e Eustaquio Affonso Moreira que com os conselheiros prestaram o compromisso legal, sendo eleito secretário Rodolfo Wolff Filho com tres votos.

Assinaturas: Eugenio Manoel de Souza, Anthero Alves, José Sabatk, Rodolfo Wolff Filho, Lucindo José de Paula, Estanislau Schumann, José Eloy da Costa, Eustaquio Afonso Moreira, Manoel Thomaz Vieira, Arthur Baroni, Emilio Wendt-Sub Delegado de Policia, João Vicente Ferreira - Juiz de Paz em Exercício, Brasiliano Vicente Ferreira- Negociante, João Kecha, Eurico Bacelar, Manoel de

... e assinaram as atas: José da Silva, Herculano Xavier Nunes, Narciso Rodrigues Machado, Affonso Wendt, Francisco Teixeira da Rocha. (sem grifos no original)

A ata de “instalação” do município de Canoinhas se reveste de importância histórica, não somente porque é o documento oficial da criação do município, como também, pelo fato das reuniões se realizarem **na escola** e não na Igreja. Isso nos permite avaliar o quão arraigada permanecia no imaginário popular a passagem dos monges e como era de pequena importância a presença do templo, geralmente sem padre.

Importante também foi a análise aos pontos grifados por nós, pois em nosso estudo as outras atas que sucederam a essa, jamais o prefeito sentou do lado esquerdo do presidente da Câmara, fato que nos leva a crer que mesmo as reuniões ocorrendo na escola havia a presença da Igreja que não via com bons olhos até mesmo aqueles que se assentavam do lado “esquerdo”, pois isto era um sinal de ser contra os princípios bíblicos, sendo também contrários ao poder do Estado e das instituições por ele criadas.

As reuniões na escola ocorriam paralelamente ao Movimento do Contestado quando o Major Superintendente Manoel Thomaz Vieira e o Presidente Rodolfo Wolff Filho eram pessoas bem vistas pelo governo do Estado, eram, portanto, a situação e mais, estavam entre os mandatários locais onde havia “autoritarismo militar” que em nada diferia do período imperial para o republicano. MONTEIRO diz que

... na Colônia, os ‘coronéis’ dominavam as terras e, no Império, comandavam a política. A república seria apenas ‘... uma ampliação de seu domínio...’. Se, no Império, os presidentes provinciais e seus secretários eram nomeados pelo poder central e dispunham de larga autoridade, viam-se, de fato, envolvidos pelas

Apesar de a emancipação política do município ser algo novo para a região, os senhores e “coronéis” continuavam a ser os mesmos, mas, mesmo diante desta situação, havia um novo sentido para o local, pois a partir de então estava se dando uma certa autonomia que envolvia decisões político-administrativas, agora transferidas para a órbita do município, ao mesmo tempo em que isto ocorria, estas autoridades passavam a assumir maior poder quando como chefes locais se lhe atribuíam funções dentro da própria municipalidade.

Quanto aos grifos feitos aos senhores capitães Anthero Alves e Miguel Pereira dos Santos, outra rápida análise.

Nas Atas seguintes, em específico no número dois e a primeira sessão ordinária do Conselho Municipal de Santa Cruz de Canoinhas elege quatro (4) Comissões de Pareceres que apresentou o seguinte resultado: I Comissão da Fazenda, Contas e Orçamentos: Anthero Alves e Rudolfo Wolff Filho; II Comissão Leis, Posturas e Regimentos: Miguel Pereira dos Santos e José Sabatk; III Comissão de Obras Públicas, Comércio e Indústria: José Sabatk e Rudolfo Wolff Filho; IV Comissão Instrução, Segurança Pública e Higiene: Anthero Alves e Miguel Pereira dos Santos.

Esta quarta Comissão é que nos chamou a atenção pois foram nomeados para atender a Educação do Município, duas pessoas de níveis culturais totalmente diferentes entre si e que em muito influenciaram na formação dos habitantes que aqui vivem.

Em entrevista ao jornalista Fernando TOKARSKI (2000), encontramos o

(RS) em 03 de janeiro de 1866. Capitão da Guarda Nacional. Foi um dos primeiros subdelegados de Canoinhas, exercendo as funções inclusive em 1910. Em 1913, residia na localidade de Marcílio Dias. De origem francesa, Alves, falava 12 idiomas. Era compadre do primeiro prefeito de Canoinhas, Manoel Thomaz Vieira (vide) e do fazendeiro Manoel Fabrício Vieira (vide). Era sobrinho do legendário comendador gaúcho Domingos Faustino Corrêa. Um dos líderes pela emancipação de Canoinhas, foi vereador na primeira legislatura do município. Seu nome foi cogitado para assumir o governo local, mas preferiu abdicar em favor do compadre Vieira, que possuía maior apoio político. Alves era detentor de 22 propriedades rurais em Canoinhas, Rio Negro (PR) e Curitibanos (SC).

Uma das fazendas do capitão Anthero tinha 6.000 alqueires e estava situada entre as localidades de Valinhos, Manduri e Mato Preto, foi adquirida da posse de Salvador Leal Cardoso. Em 1926, essa fazenda foi apropriada pela empresa multinacional "Southern Brazil Lumber & Colonization Company".

No depoimento desta senhora Maria Gessi Linhares a Fernando TOKARSKI, temos ainda, que a empresa quis comprar os cerca de 100 mil pinheiros nela existentes, propondo o pagamento de 100 contos de réis e como Alves não desejou vendê-los à 'LUMBER' achou outro jeito de explorar a madeira.

Na fazenda de Valinhos, possuía duas serrarias e produzia grande quantidade de erva-mate, enviada através de vapores até Rio Negro. Outra gleba menor, também pertencente a Alves, era a fazenda 'Rosalina', de 137 alqueires de terras devolutas, situada na localidade de Salseiro e requerida em 15 de janeiro de 1907, embora o nome já em nome de Alves, seja de 08 de outubro de 1907.

em 29 de novembro de 1911, possibilitando que a compra da 'Rosalina' fosse quitada parceladamente.

Anthero Alves também esteve envolvido na Revolução de 1924, acompanhando dois de seus compadres. Nesse período tinha cerca de 200 homens sob sua proteção, dando-lhes inclusive fardamento e alimentação, fato que ajudou a empobrecê-lo, após fracassada a revolução, Alves teve medo de ser processado e desapareceu da região. Enquanto isso suas terras eram tomadas.

No fim da vida, pobre e morando em Porto União (SC), queixava-se dos maus momentos que viveu. Trotava com uma vaca pelos terrenos baldios da cidade, enquanto lamentava seus desígnios. Morreu em 30 de abril de 1939, aos 73 anos (TOKARSKI, 2000).

A narrativa que acabamos de fazer se explica pelo fato de não entendermos como um homem com tantos conhecimentos e dotado de tantos bens materiais, expôs tão poucos projetos à Câmara e fez tão pouco pelo município que lhe deu abrigo.

Do segundo, Miguel Pereira dos Santos a história restringiu-se à oralidade, à leitura e à análise das atas de reuniões municipais.

Quando da instalação do Município, na primeira e segunda reunião, consta em ata que o Senhor Capitão Miguel Pereira dos Santos, não se fez presente, no entanto, fora indicado pelas autoridades (elite) presentes a fazer parte integrante das decisões do novo Município que fora criado.

A partir da terceira sessão, sua presença foi constante nas reuniões, bem como se fez notar através da apresentação de projetos que foram direcionados na maioria das vezes à Comissão de Leis, Posturas e Regulamentos, pois na sessão

juramentado toma assento já delibera o seu primeiro projeto que leva o nº IV – Lei Orçamentária, esta que levou a todos que ali se encontravam a uma longa reflexão. O motivo era que este conselheiro dizia que “em virtude do artigo 2º da Lei 907 de 12 de setembro do anno próximo findo, que criou este Município, parte integrante da Comarca de Curitybanos não põem dúvida adaptar neste Município as Leis Orgânica, Código de Posturas e Regimento Interno do Município de Curitybanos até que sejam aprovadas e sancionadas alludidos projetos nº I, II e III” (sic) (Ata nº 3, 08/12/1911).

Em outras sessões apresentou projetos como: feriado para as repartições municipais no dia 6 de julho em comemoração ao triunfo obtido pelo Estado de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná; a implantação da cobrança de uma taxa fixa para os possuidores de escrituras públicas e valor de multa quando não efetuado o pagamento das mesmas. Entre os direcionado à Educação encontra-se o Projeto nº 15 da 6ª sessão ordinária de 02/01/1912 que diz:

Fica o Superintendente Municipal autorizado a subvencionar pela verba Instrução Pública com a quantia de 30.000 (trinta mil réis) mensais a atual escola particular de instrução primária da Sociedade Escoliar nesta Villa, conquanto que o professor que rege a alludida escola se obrigue apresentar mensalmente a superintendência Municipal um mapa de frequência e falta dos alumnos durante o mês. Art 2º. A escola que receber subvenção Municipal fica sujeita a ser inspecionada pelo Superintendente Municipal ou quem por elle , e obrigado a ter um livro para matrícula dos alumnos e outro de frequência e falta dos mesmos (ATA, 02 jan., 1912).

Através desse projeto podemos observar que a bandeira da inspeção escolar já vinha sendo desfraldada na região; no entanto, Miguel Pereira dos Santos não se encontrava impassível aos procedimentos políticos partidários que

auge, ele, Santos, passou a ser visto por muitos “cidadãos” como um dos rebeldes que também fez uso da escola como aparelho de **inculcação** sobre aqueles que o ouvem, bem como demonstrava obediência às leis ali votadas, nos três primeiros anos de mandato, procurando sempre favorecer o Governo do Estado que pouco divulgava suas ideologias e políticas, porém nos três anos seguintes, 1913 a 1916, fez ele mesmo uso da instituição a favor do povo humilde que lutou contra as forças republicanas, pois até aquele momento a escola vinha formando pessoas apenas para serem mandados, súditos do poder vigente.

Não foi somente Miguel Pereira dos Santos, homem de bem a deixar sua vida normal de cidadão para refugiar-se nas matas e ser considerado bandido, jagunço e fanático, pois juntaram-se a ele, outros líderes rebeldes como Eusébio Ferreira dos Santos, que não era fazendeiro abastado, mas tinha algumas posses, já que se dedicava à indústria agrícola e ao pastoreio em pequena escala. Francisco Pais de Farias (o Chico Ventura) homem de posição social econômica semelhante a de Eusébio Ferreira dos Santos.

Havia, também, Elias de Moraes (o major) que era um rico fazendeiro, juiz de paz do sertão. O “capitão” Aleixo Gonçalves, homem muito considerado, pelo seu modo abastado de viver, entrou para o Movimento fazendo-se acompanhar de mais de quarenta caboclos “cabras”, foi chefe local de grande prestígio e de muita fama. Bonifácio José dos Santos (o Bonifácio Papudo) também fez parte da Guarda Nacional e era figura de destaque que combatia em prol de Canoinhas. Outro homem de estudos a fazer parte do Movimento foi Antônio Tavares, ex-chefe escolar e também adjunto de promotor, não foi considerado propriamente

evidenciaram-se entre as camadas e estratos superiores da população (QUEIRÓZ, 1981)

Porém, não foram poucos os rebeldes que comprovadamente abandonavam tudo o que haviam adquirido para tornarem-se adeptos da causa. Houve também aqueles que procedentes das camadas mais baixas eram considerados marginais da justiça em outros Estados, também se engajaram ao Movimento. Exemplo disso foi o caso de Benvenuto Baiano, “remanescente das lutas de 93, tido às vezes como bandido perigoso era ao que tudo indica, um adventício homiziado no sertão” (MONTEIRO, 1974, p. 130).

QUEIROZ (1981) diz que do povo simples, humilde e sem estudos surgiu Adeodato Manoel Ramos – que se tornou Joaquim José Ramos durante a guerra, nascido em Lages, muito jovem mudou-se com o pai, Manoel Telêmaco, o velho Teleme, para a região de Trombudo, onde ambos trabalhavam como peões. Mais tarde, já casado, foi tropeiro e ajudava a conduzir boiadas para Lages e Florianópolis. Durante as muitas viagens aprendeu muita coisa, analfabeto, jamais lhe ensinaram a ler e escrever; no entanto, era hábil no manejo de armas como podemos notar no depoimento de PORFÍRIO citado por QUEIROZ(1981”, p. 205) “Era bom atirador [...]” no entanto ele foi resistente ao Movimento no seu início, pois, até mesmo quando recebeu o convite de Elias de Moraes para aderir, negou-se, porém ao conhecer um reduto logo se fez líder geral, e munido de uma bandeira branca foi organizando e atacando vilas a frente de muitos homens. Ficou conhecido como um dos mais violentos rebeldes fanáticos da Guerra.

santos e a interação da irmandade que como falamos buscava não a divisão, mas a soma e a igualdade de todos.

Deodato, Liodato, Diodato, Joaquim ou mesmo Adeodato foi um dos personagens que ganhou notoriedade na Campanha do Contestado pelo papel que desempenhou. Ora atacado, ora justificado, ora defendido foi apontado no final da Guerra por Maurício Vinhas de QUEIROZ como o autor de umas das mais famosas frases que chamou atenção de jornalistas e escritores da época.

- Perdemos a guerra; a guerra está perdida. Quem quiser ir para o mato, vá. Não quero ninguém comigo. **O que vale na luta é a sabedoria e não a coragem.** Uma sabedoria que somente a informalidade da vida constrói, não a escola.

Foram estes motivos que levaram à eclosão do Movimento armado do Contestado em outubro de 1912; porém, temos que observar que a prática pedagógica exercida pelos monges e a profunda religiosidade dos sertanejos que as exercitavam se tornaram fecundas pela falta tanto da presença religiosa como pela educação formal que se fizeram ausentes na vida sofrida marginalizada e discriminada do caboclo do sertão, meio branco, meio índio, meio..., meio peão, meio lavrador, meio homem, pois,

Por toda a parte onde a propriedade constitui direito individual, e onde todas as coisas se avaliam por dinheiro, nunca poderá organizar-se a justiça e a prosperidade social, a menos que chameis justa a sociedade na qual o que há de melhor é pertença dos piores, a menos que considereis feliz aquele Estado em que a fortuna pública é presa de um punhado de indivíduos insaciáveis, enquanto a massa é devorada pela miséria. [...] Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável só terá de partilhar miséria, tormentos e desespero (MORUS, 1990, p. 66).

No solo fértil de toda espécie de exploração. os beatos que exerceram

de mundo.

João Maria, quer seja o primeiro, ou o segundo, quer seja José Maria não representava para o povo o *status quo* estabelecido pelas camadas dominantes que lhes impunham uma **educação domesticadora**, submissa e pronta para aceitar o papel de subordinado.

3.4 O ESTADO: UMA NOVA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO *STATUS QUO*

Poucas foram às vezes que o capitão Manoel Pereira dos Santos concordou com os atos governamentais das autoridades instituídas no Município de Canoinhas, porém podemos observar que ele já tinha conhecimento da reforma que estava para ser implantada em Santa Catarina pelo professor Orestes Guimarães, durante o governo de Vidal Ramos, reforma esta, que constituiu-se mais numa reforma cultural do que uma simples reforma educacional.

Em nível de Estado, foi contratado o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães, que já era conhecido no Estado pelas reformas implantadas em 1907 no Município de Joinville, onde fora criador e diretor do Colégio Municipal e criador de leis que versavam sobre a população em idade escolar que pouco entendia do idioma pátrio, pois que em sua maioria, adotava a língua germânica.

O Estado de Santa Catarina pouco prometia em relação à educação, mesmo após várias tentativas de reformas durante o período republicano, nos governos estaduais de Lauro Muller, Manoel Joaquim Machado (1892), Hercílio

MULLER (1904) e Orestes de Oliveira Guimarães (1907). A educação em Santa Catarina

numero de eleitores.

A situação agravou-se mais no ano de 1903, quando o vice-governador em exercício Vidal Ramos, teve que reduzir drasticamente os vencimentos do funcionalismo público, o que ocasionou a evasão do corpo docente, tendo permanecido somente os professores mais velhos que não haviam perdido os direitos adquiridos e os mais incompetentes por não conseguirem outro emprego (CORRÊA 1997, p. 105)

O mesmo autor diz ainda que durante o período imperial, em Santa Catarina, todo exemplo de desenvolvimento estava centrado mais em Paris do que na própria corte do Brasil. No entanto, com a República, surgiu o reconhecimento de que alguns centros brasileiros, entre eles São Paulo, deveriam ser copiados, pois em muitos pontos ela se encontrava mais avançada e aperfeiçoada com relação ao caos educacional catarinense de onde surgiu a prática governamental de enviar professores para aquele Estado a fim de se atualizarem e aprenderem novas técnicas de ensino.

CORRÊA (1997, p. 107) afirma que coube “Vidal Ramos solicitar o governo de São Paulo a disposição do Professor Orestes Guimarães, pois dois anos, período suficiente para a implantação da reforma necessária”. Contudo sabemos que este viveu no Estado de Santa Catarina até sua morte 1931.

Orestes Guimarães tinha como missão não somente resolver os problemas do analfabetismo no Estado, mas, também, o de assimilação dos vários grupos étnicos estrangeiros, portanto sua responsabilidade como professor ultrapassava a uma simples renovação, continuação ou expansão daquilo já estabelecido

educacional (FIORI, apud CORREA, 1997, p. 108).

Uma mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo governador Vidal Ramos continha o seguinte teor: "... fundar um novo tipo de escola, dar à sociedade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante, foi o escopo da reforma que empreendi, convencido de que nisso reside todo o segredo do êxito futuro" (id. ibid. p. 108).

A partir de então a Reforma teve início na Escola Normal de Florianópolis, onde se implantou um novo regulamento e programa de admissão, além de ver um considerável aumento do mínimo de atividades na escola, as disciplinas foram redistribuídas e um terço delas passaram a ser de aulas práticas.

O método trabalhado era o intuitivo e as lições deveriam ser adequadas às idades, alternadas por cantos, marchas, exercícios ginásticos e trabalhos manuais de torno e modelagem (FIORI apud CORRÊA, 1997, p. 109).

Para aquela época os avanços eram intensos nos programas que passaram a ser elaborados com muita rigidez de modo a provocar sua uniformidade em todo o Estado, não era permitido que escola de lugar algum fizesse qualquer alteração em seu conteúdo ou calendário.

De acordo com CORRÊA (1997): O processo de aprendizagem, por seu lado, foi igualmente revolucionário, porque afastou qualquer possibilidade de memorização, o que caracterizava toda a aprendizagem até então. Aos alunos era proibido decorarem livros ou apontamentos ditados pelos professores e, para que esta reforma se concretizasse foi instituído a obrigatoriedade de escolas para as crianças de sete a quatorze anos de idade e residentes a uma distância de até

monge. Esta obrigatoriedade não era completamente desconhecida até então, por melhores que fossem as intenções dos governos anteriores, tanto da República, quanto do período imperial.

Mesmo frente a esta Reforma o norte catarinense e a região do Contestado pareciam indiferentes à mudança institucional que ocorreu, somente a parte da inspeção vigorou, pois o dever e obrigatoriedade de freqüentar a escola ainda parecem não ser artigo de lei constitucional. Isso pode ocorrer pelo que apanhamos no depoimento do Sr. Augusto Nunes da Rocha – 77 anos ex-tropeiro, residente em Rancho Grande, município de Monte Castelo –SC.

Quando a gente era pequeno, nossos pais falavam muito da jagunçada, mas nós nunca vimos nada. Diziam que a guerra já tinha acabado, mas um o outro ainda atacava aí pelos interior. Quanto nós ir na escola? A gente até foi, só que nós já tinha consciência que a escola mesmo não ensina nada do prático, só trabalha com coisa pra quem é bom de memória, então já no segundo ano primário, nós abandonamos a escola. E digo mais, a escola do tipo que era e é ainda não ensina pras carência do dia-a-dia (*sic*).

Este testemunho mais uma vez nos levou a refletir sobre as palavras que emprestamos de Paulo FREIRE “Transformar o mundo através de seu trabalho, ‘dizer’ o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos [...] A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade” (1976, p. 48).

Acreditamos que os homens místicos que por aqui andaram eram homens comuns que tentaram “satisfazer as aspirações, **prática** do homem comum e corrente, desenvolve-se, às vezes, a partir do poder, um trabalho destinado a deformar, castrar ou esvaziar sua consciência política” VASQUEZ (1990, p. 12)

Campanha do Contestado foi sim um processo educativo no sentido mais puro da palavra e que associado à educação escolar trabalhou o indivíduo na sua totalidade, pois este segundo processo faz a mediação do indivíduo-meio, do indivíduo-ser produtor de elementos e de suas próprias especificidades a fim de atingir objetivos que dizem respeito à sua individualidade e à coletividade, pois o ambiente criminógeno que predominava no Planalto Catarinense constituiu-se pela ação lenta, mas sempre acentuada de diversos fatores: primeiro, as deficiências econômicas ligando pela servidão, muitos homens pobres e uns poucos ricos, depois o analfabetismo, a ignorância e a incultura, a vida rústica não oferecendo condições de aperfeiçoamento espiritual; a justiça rara e ausente, fazendo com que o homem, principalmente, o do campo, achasse melhor uma má arrumação do que uma causa ganha e preferisse, nos seus litígios e contendas, desiludidos dos recursos judiciários, apelar diretamente para a força e as próprias armas.

Recorremos a Antônio Cândido de MELLO E SOUZA quando diz que o equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. Diante da evolução das sociedades, o processo de emergência de necessidades sempre renovadas e multiplicadas se alteram e se multiplicam e novamente se renovam diante do espaço e dos vínculos entre o homem e o meio natural. Destas necessidades resulta “uma solidariedade estreita em que as oposições se obliteram, de tal forma vai o meio tornando, cada vez mais, reflexo do homem na dimensão tempo... o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos

... por meio da solidariedade, **da prática pedagógica e da religiosidade que faziam entre si um elo de ligação** dada as distâncias territoriais existentes entre núcleos populacionais existentes, pois ao findar o século XIX não só a população rústica como a sociedade brasileira encontrava-se 'levemente' desestruturada devido às alterações que haviam ocorrido nas esferas do poder, fim do regime monárquico e um novo regime toma conta do Brasil – o republicano, porém nem um nem outro apresentara ao povo humilde “justificativa” para as mudanças que acabavam por acontecer e por este motivo a sociedade e principalmente a população rústica que era arraigada aos costumes tradicionais sentiram a instabilidade, e o desequilíbrio social foi se acentuando.

Assim, enquanto a escola, aparelho institucionalizado pelo Estado ou pela Igreja, assumia, naquele momento histórico, “um papel fundamental na reprodução de falsas consciências e com isso das relações materiais e sociais de produção” (FREITAG, 1979, p 33) a ação pedagógica informal do beato José Maria despertava a consciência do caboclo para a sua realidade de subordinado, oprimido e para a necessidade de se rebelar contra as amarras que o prendiam e o escravizavam. Era a luta do passado em favor da liberdade futura, e do presente liberal em favor da subordinação e da dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo de aniquilar os egoísmos, destronar o carreirismo, de matar o oportunismo. Os que nos querem passivos, estão com a faca ente os dentes, escolhendo que cabeças devem cortar, para que nem o mundo, nem o futuro, possam nascer. Devemos todos juntos, deter suas mãos antes que eles matem o porvir

MILTON SANTOS

Ao concluirmos essa pesquisa nada melhor que buscarmos o objetivo principal desse nosso trabalho que foi investigar a ação dos atores sócio-políticos envolvidos no Movimento do Contestado e de que forma utilizaram a educação para manter o status quo ou mudar a realidade.

Acreditamos que essa pesquisa não esgotou o tema, pois, o mesmo é amplo e complexo. Portanto, não produzimos um trabalho pronto e acabado, nem o resultado dessa investigação científica pode ser considerado cem por cento correto, como as leis que, por muitas vezes, foram impostas e aplicadas aos caboclos do planalto norte catarinense. Dessa maneira, temos consciência que este estudo não foi o último, pois, como WEBER, entendemos que “sermos superados não é apenas destino de todos nós, mas também tarefa específica de nossa tarefa comum”.

Percebemos que tanto a elite agrária quanto os “contestadores” fizeram uso da educação para “formar mentes”, ou para excluir o caboclo de seu próprio mundo, fato que, neste caso específico, contesta a afirmação de GRAMSCI,

que a classe burguesa tem um programa escolar a ser cumprido com energia e perseverança; a escola seria uma escola viva. Isso não acontece: a burguesia, classe que domina o Estado, desinteressa-se da escola, deixa que os burocratas façam dela o que quiserem, deixa que os ministros da educação sejam escolhidos ao acaso de interesses políticos, de intrigas, de 'conchavos' de partidos e arranjos de gabinetes... (SAVIANI, 1989, p. 14).

Essa descoberta deixou-nos desconcertada, pois alguns elementos do nosso referencial teórico indicava na direção contrária da constatação que apontamos acima. Assim, percebemos que nem sempre as hipóteses que balizaram o início de uma pesquisa, são comprovadas pelos documentos ou pelos fatos históricos.

Acreditamos que este trabalho contribuiu para a história dos que ainda hoje ousam lutar em nome de uma classe que vê o **ser** sujeito não como um produto, mas também produtor da história.

Como a nossa pesquisa demonstrou, a educação formal se constituiu numa prática privilegiada daqueles que estavam em melhores condições de vida; foi, também, erigida à altura de um **totem revolucionário**, no sentido gramsciano de "revolução passiva", na tentativa de "formar a mentalidade" de um povo que foi, ou é caracterizado como inculto, ignorante e fanático, assumindo, portanto, o papel de uma prática pedagógica domesticadora que conduz o aprendiz à aceitação do papel de subordinado, moldando as consciências de modo a interiorizar uma concepção de mundo dual que divide a sociedade em dominantes e dominados, elite e massa, dirigentes e dirigidos, comandantes e comandados, como é o caso daquela que fundamenta o sistema capitalista.

Não foram os habitantes do planalto norte catarinense um "bando de rebeldes" como é expressão de muitos "cidadãos honrados" de hoje. A nossa

se impunha. Acrescentamos, sim, que a prática exercida durante as peregrinações foi uma arma que aquele povo teve para mostrar sua insatisfação contra o poder e aceitação de um mundo que os excluía de direitos que o próprio liberalismo havia teoricamente consagrado como “inalienáveis”.

Através dessa pesquisa, entendemos ainda que para o caboclo do sertão catarinense, gente que confiava e adotava os ensinamentos do beato João Maria, tudo era obstaculizado, inclusive o direito de acreditar, solidarizar-se e seguir o monge a fim de aliviar suas angústias, seus sofrimentos e agruras. Assim, a recusa ao mundo que lhes impunham surgiu como um manifesto da não aceitação da sociedade que lhes negava tudo e, ao mesmo tempo, exigia uma formação social limpa, organizada, submissa e trabalhadora.

Como vimos, muitos daqueles que seguiam os beatos, viram-se impotentes diante da superioridade dos exploradores que possuíam vários meios para impor e exercer a dominação, tais como o Estado, como força governamental, forças militares, forças policiais, forças paramilitares, meios de comunicação e tantas outras instituições criadas para este fim, ainda que apresentassem uma camuflagem de benfeitoras do povo.

Tomando a atitude da não-aceitação, o caboclo sertanejo, humilde e trabalhador, demonstrou através do Movimento do Contestado, sua forma de ser contra o mundo hostil que se vislumbrava e que era o oposto do sonho sonhado junto com aquele em quem depositava confiança e fé: uma sociedade liberta, igualitária e fraterna. Frente a isso é que AURAS (1995) afirma que a religiosidade popular do Contestado dirigiu a ação dos sertanejos em sua rejeição à realidade onerosa, mas a nossa pesquisa mostrou que não somente a religiosidade

para construir uma consciência de rebelião às imposições da dominação. Esta ação, por sua vez, implicou na necessidade de repensar seguidamente a própria representação pedagógico-religiosa, conferindo-lhe novas explicações de mundo, de maneira a possibilitar a continuidade e a coesão do movimento rebelde.

Essas atitudes de contestação são explicadas por FACHEL, transcrevendo parte de um texto inédito de WANDERLEY:

Antropologicamente – a religiosidade popular –, é significativa porque, ao invés de ser construído como sobrevivência de um arcaico e como sintoma de descompasso cultural, é tomado como expressão de resistência: a religiosidade popular é um protesto contra uma realidade estranha (cultural, econômica e política), que é imposta de cima para baixo, que não brotou do próprio povo (1995, p. 70).

Desse modo podemos ver que a acentuada limitação do nível de saber vigente, frente a profundas transformações históricas, promoveu a elasticidade do discurso pedagógico-religioso, que a tudo explicou e a tudo deu sentido. Esse discurso representou para os habitantes da região do Contestado, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma limitação e uma possibilidade. Somente assim é possível compreender o fato de que a guerra foi à resposta concreta aos problemas sentidos e vividos por eles.

Constatamos, pois, que os atores sócio-políticos envolvidos na Guerra do Contestado, lançaram mão de uma prática pedagógica que ultrapassou as barreiras da sala de aula, do contato “professor” – “aluno” e aconteceu de forma ativa entre aqueles que, ao admirar, confiar e seguir os monges, exerceram, ora o papel de professor que precisava aprender, ora o de aluno que, por necessidade, aprendia a também ser professor. Podemos dizer como Antonio GRAMSCI que:

... a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente

conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército. Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre diversas forças que a compõem... (1995, p.37).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMAVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.
- ASSUMPÇÃO. Herculano Teixeira d'. **A campanha do Contestado**: as operações da columna do Sul. v. I e II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2. ed. . UFSC. Florianópolis. 1985.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/UnB, 1996.
- AZZI, Riolando. **Os leigos na vida religiosa do Brasil**: síntese histórica. Rio de Janeiro: CERIS/CNBB, 1969.
- _____. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. V. 34, fasc. 135, set. 1974.
- BARROS, Souza. **Messianismo e violência de massa no Brasil**. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1986.
- BEOZZO, Oscar. Irmandades, santuários e capelinhas de beira de estrada. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.37, fasc. 148, dez. 1977, p.741-758.
- BERNADET, Jean Claude. **Guerra camponesa no Contestado**. São Paulo: Parma, 1979.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais hebraico, aramaico e grego, mediante versão francesa dos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico de São Paulo. 11. ed. São Paulo: Ave Maria, 1967.
- BIRIUKOVITCH e LEVITSKY In: PINSKY, Jaime (Org.) **Modo de produção feudal**. 2 ed. São Paulo, 1982

- na Universidade Federal de Santa Catarina. 1996. (inédita)
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Nacional, 1960.
- _____. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. Lunardeli. Florianópolis, 1979.
- CADERNO ESPECIAL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1. ago. 1997.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de divisão José Caetano de Faria, Ministro de Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
- CORRÊA, CARLOS Humbero P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: UFSC/Diário catarinense, 1997.
- CORRÊA, Maria Eufrázia. Depoimentos colhidos pela pesquisadora em abril de 2000. Papanduva.
- CONSORTE, Josildeth Gomes; NEGRÃO, Lísias Nogueira. **O messianismo no Brasil contemporâneo**. São Paulo. Editora FFLCH/USP – CER, 1991.
- CONTESTADO. Editora Index Ltda. Rio de Janeiro, 1987. Fundação Roberto Marinho.
- COX, Harvey. **La seducción del espíritu**: usos y abusos de la región popular. Bilbao : Sal Terrae, 1979.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 8.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- ELKE, Ciro. Figuras do passado de Canoinhas. **Correio do Norte**, Canoinhas. 1952.
- _____. **A conquista do Planalto Catarinense**. Florianópolis: Laudes, 1973.
- FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria**: recusa dos excluídos. Florianópolis: UFSC, 1995.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e luta. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Universidade federal do Ceará, 1980.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 1989. São Paulo: Globo, 1989.

- FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço**. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.
- FERREIRA, Sebastião. **Um dedo de prosa**. Entrevista concedida a Maria da Salete Sachweh na Universidade do Contestado em junho de 1994 em Canoinhas – S.C.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário básico da língua portuguesa**. São Paulo : Nova Fronteira, 1995.
- FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e republicano. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 1991.
- FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências** : introdução à filosofia e a éticas das ciências. São Paulo : UNESP, 1995.
- FREI BETO. **Esta escola chamada vida**. São Paulo : Ática, 1986.
- FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 36. ed. Rio de Janeiro/são Paulo: Record, 1999.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1984.
- _____. **Política educacional e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. In: IANNI, Octávio. 1984.
- FURTER, Pierre. **Les espaces de la formation**: essais de microcomparaison et de microplanification. Lausanne: Presses Polytechniques Romandes, 1983.
- GALLO, Ivone Cecília D'Avila. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Unicamp, 1999.
- GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIANOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**: Estudos sobre a lógica do jovem Marx. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- GIROUX, Henry A. e MCLAREM, Peter L.. **Por uma pedagogia crítica da representação**. In: SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flávio

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel: a política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Concepção dialética da História.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** Porto Alegre : L & PM, 1984.

HOBBSAW, Eric J. **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

IANNI, Otávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos.** Florianópolis: UDESC, 1974.

JESUS, Samir Ribeiro. **A formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo no planalto serrano.** Dissertação de mestrado no curso de pós-graduação em história. Florianópolis: 1991.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci.** São Paulo: Cultrix, 1977.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUBO, Maria Elvira. **A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5a. Comarca da Província de São Paulo.** Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba, 1986 (Paraná Memória Momento).

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEONARDOS, Stella. **Romanceiro do Contestado.** Florianópolis: UFSC, 1996.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do Psiquismo.** Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

LIVRO DE ATAS Nº 1. Prefeitura Municipal de Canoinhas, 1911 – 1912.

LORENZETTI, Altair Anacleto. **Romanização do catolicismo (1890-1930) e educação no Brasil.** Um estudo de caso: os franciscanos. Dissertação de mestrado em educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1998.

capocios: os tanaticos. 2. ed. Florianopolis, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação da Antigüidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 1995.

MARX, Karl. **El capital.** 3. ed. Argentina: Siglo Veintiuno, 1974.

_____. **O capital.** São Paulo: Bertrand Brasil, v. I, livro 1, 1987.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELLO e SOUZA, Antonio Candido. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil.** São Paulo /Juiz de Fora: Editeo/EDUFJF, 1994.

METTE, Norbert. **Pedagogia da religião.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho.** Curitiba: UFPR, 1997.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século:** um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido :** a natureza humana. 5.ed. Portugal : Europa América, 1973.

MORUS, Tomás. **A utopia (1516).** Lisboa: Guimaraes Editora, 1990.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho - educação:** do “*tripalium* da escravatura ao “labor” da burguesia à Poiesis” Socialista. In: SIMPÓSIO Educação e Trabalho. IV CBE, Goiânia, 02-05/09/1986

_____. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. V. 36, fasc. 141, mar. 1976.
- PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado I**: raízes de rebeldia. Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 1995.
- _____. **Campanha do Contestado II**. O Cerco e a Retirada. Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 1995.
- _____. **Campanha do Contestado III**. A grande ofensiva. Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba, Curitiba, 1995.
- PIAZZA, Walter. **Santa Catarina. Sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- _____. **Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987
- _____. **A colonização de Santa Catarina**. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. **História econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 - 1916). 3. ed. São Paulo. Editora Ática, 1981.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Helcion. **Da periferia o povo se levanta**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Educação. Coordenadoria de Ensino. Proposta Curricular. Florianópolis: SEC, 1991.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1992

SANTOS, Silvio Coelho dos. (Org.) **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: UFSC/FCC, 2000.

SASSI, Guido Wilmar. **Geração do deserto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SARTRE, Jean-Paul. **A idade da razão**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1989.

SCHÜLER, Donaldo. **Império caboclo**. Florianópolis/Porto Alegre: UFSC/Movimento, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA Antonio Flavio. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998

SILVEIRA, Efigênia. Depoimento colhidos por Maria da Salete Sachweh em Três Barras, 1990.

SINDERSKI, João Rubens. **Repercussão do coronelismo na educação na nova república**. Caçador - SC, jul./2000. 85 p. Dissertação [Mestrado em Educação] Universidade do Contestado convenio UNICAMP. (Inédita)

SINZIG, Pedro. **Frei Rogério Neuhaus**. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1939.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983.

STULZER, Frei Aurélio. **A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos**. Vila Velha (ES), 1982

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro: a ferrovia do Contestado**. Caçador, Imprensa Universal Ltda., 1980.

_____. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Incon edições. UnC. Caçador - 1992.

_____. **Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Insular, 1999.

Florianópolis: Insular, 1998.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez, **Filosofia da Práxis**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Relação professor-Estado**: no Paraná tradicional. São Paulo: Cortez, 1984.

WALDRIGUES, Augusto. **História do monge São João Maria**. Curitiba. 1985. (sem editora).

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México : Fondo de Cultura económica, 1922.